



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

DÉBORA EDUARDA SILVA MOURA

**MEMORIAL MUNICIPAL DE GRAVATÁ: ANÁLISE DOS RASTROS DE
MEMÓRIA EM SUA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO**

Salvador

2024

DÉBORA EDUARDA SILVA MOURA

**MEMORIAL MUNICIPAL DE GRAVATÁ: ANÁLISE DOS RASTROS DE
MEMÓRIA EM SUA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia, Linha de Pesquisa Museologia e Desenvolvimento Social, Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria das Graças de Souza Teixeira.

Salvador

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva Moura, Débora Eduarda
MEMORIAL MUNICIPAL DE GRAVATÁ: ANÁLISE DOS RASTROS
DE MEMÓRIA EM SUA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO / Débora
Eduarda Silva Moura. -- Salvador, 2024.
159 f.

Orientadora: Maria das Graças de Souza Teixeira.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-graduação em
Museologia) -- Universidade Federal da Bahia,
Universidade Federal da Bahia, 2024.


1. Memorial da Cidade de Gravatá. 2. Expografia.
3. Representação. 4. Memória Coletiva. 5. Lugar de
Memória. I. de Souza Teixeira, Maria das Graças. II.
Título.

DÉBORA EDUARDA SILVA MOURA


**MEMORIAL MUNICIPAL DE GRAVATÁ: ANÁLISE DOS RASTROS DE
MEMÓRIA EM SUA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Museologia, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:


Aprovada em 28 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DAS GRACAS DE SOUZA TEIXEIRA**
Data: 11/07/2024 09:52:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria das Graças de Souza Teixeira – Orientadora - UFBA

Documento assinado digitalmente
 **CLOVIS CARVALHO BRITTO**
Data: 10/07/2024 20:26:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Clóvis Carvalho Britto – UFBA/UNB

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO MELO DE ARAUJO**
Data: 10/07/2024 14:33:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Bruno Melo de Araújo – UFPE

AGRADECIMENTOS

Apesar de meu nome está como autora dessa dissertação, ela foi escrita por muita gente. Calma! Eu não paguei ninguém para fazer essa pesquisa. Mas muita gente me ajudou de inúmeras formas para que eu pudesse obter esse resultado. Talvez eu esqueça de várias coisas, mas vou tentar abranger o máximo possível.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, ao Senhor Jesus Cristo, a Nossa Senhora Aparecida, aos meus mentores espirituais e ao meu anjo da guarda, por me fortalecer, me amparar, me proteger, me abençoar, me dar paciência (não que eu tenha), me dar inteligência, me acolher, se fazerem presentes todos os dias na minha vida e por colocar pessoas tão queridas no meu caminho. (Estranho agradecer à espiritualidade, ela nem vai ler rsrs)

Agradeço aos meus pais, por minha vida, por minha educação, por me criarem tão bem, pela comida afetiva quando eu chego em casa, por me apoiarem independente da aventura que eu decida seguir, por ter me dado subsídios suficientes para que eu possa ser a mulher que sou e por tudo o que fizeram e ainda fazem por mim.

Agradeço a minha irmã, por ser minha melhor amiga, por me ouvir nas noites de angústia, por me mandar vídeos motivadores no Instagram todos os dias, por me ensinar que a fé transforma nossa vida, por cantar comigo para espantar a tristeza, pelos abraços que me mostram que eu não estou sozinha, por me mostrar como ser independente, responsável, determinada e menos debochada (rsrs) e obrigada por me dar Heitor como sobrinho e afilhado, mesmo ele gostando mais de Eduardo do que de mim (rsrs), eu o amo mais que tudo.

Agradeço ao amor da minha vida: Eduardo. Com certeza Deus o enviou para que eu pudesse conhecer o amor, a paciência e a leveza. Eduardo me amparou em todos os momentos que eu quis desistir, segurou todas as pontas quando eu as larguei, me mostrou que eu sou mais forte do que pensei, faz com que eu me sinta a mulher mais inteligente, proativa, responsável, independente e focada do mundo. Obrigada meu amor, por todos os cheiros nos olhos, os beijos nas costas, os carinhos no covão (todo mundo tem um costume estranho, então sem julgamentos, tá?) e pelas palavras de aconchego.

Agradeço a meus avós maternos pelos carinhos em forma de banana, acerola, almoços e chás da tarde. Eu amo a forma como vocês não entendem nada do que está acontecendo na minha vida e mesmo assim dizem que eu vou conseguir, que tudo vai ficar bem e que eu estou mais bonita (essa parte ajuda demais).

Agradeço a minhas amigas (pelo amor de Deus, está na ordem que eu lembrei e não de importância, algumas de vocês são tóxicas rsrs): Angélica Borges, Natália Veiga, Monique Suanne, Laísa Souza, Camila Santos, Danúbia Ferreira, Karyna Pestana, Rosimere Soares, Larissa Queiroz, Suanny Pimentel, Laís Albuquerque, Elisa Vasconcelos, Laura Selva, Rayanne Simões, Maria Tamyres, Sabrina Menezes, Elaine Agrelli, Thaís Olimpio, Izabelly Silva, Adrielly Aline, Laira Myrele, Eduarda Ramos, Karla Milena, Giovana Alane, Carol Cristofolli, Bruna Vilarim, Estéfany Santos, Alice França, Priscila Araújo e tantas outras que me tiram do fundo do poço, abrem meus olhos, me aconselham, me acolhem, me mostram novas possibilidades, me dão o ombro para chorar, me fazem sorrir, escutam meus lamentos, me apresentam outras faces da vida e me mostram que a vida é linda e que pessoas como vocês são raridade.

Agradeço aos meus frangos também (rsrs): Erivan Bezerra, Junior Lemos, Adeildo Arruda e Lucas Simplicio, por deixarem minha vida MUITO mais leve, sem dúvida vocês são responsáveis pelos melhores momentos da minha vida.

Agradeço a minha orientadora Graça Teixeira, que mesmo depois de ver o quanto eu sou chata e metódica persistiu e se manteve no desafio de orientar minha pesquisa. Ela sabe o quanto eu tenho dificuldade em delimitar tema, problemática e metodologia, mas fez um ótimo trabalho comigo, afinal, eu consegui, né? Obrigada por abraçar minhas ideias, por ser empática, humana e flexível, com certeza tive muita sorte em ter a senhora nessa trajetória.

Agradeço aos professores Mariela Brazon (UFBA), Clóvis Britto (UFBA/UNB) e Bruno Araújo (UFPE) por tornarem o meu mestrado mais leve, mostrando que obter o título de mestre pode ser uma experiência longe de traumas e terror. Vocês são a personificação de competência, responsabilidade, humildade, inteligência e humanidade. O mundo acadêmico precisa de mais pessoas como vocês.

Agradeço à FAPESB pelo subsídio financeiro no último ano. Com certeza fazer esse curso em outro estado sem esse apoio de vocês não teria sido possível. Quem não é herdeira(o) sabe o sacrifício que é ter que se virar com o mínimo para dar o seu máximo.

Agradeço ao PPGMuseu/UFBA pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa.

Agradeço ao Memorial da Cidade de Gravatá, à professora Dilsa Farias e aos participantes da pesquisa, com certeza essa pesquisa não estaria pronta se não fosse a enorme ajuda de vocês.

E agradeço a vocês que estão lendo. Não teria sentido escrever tudo isso se não tivesse quem fosse ler, né? Boa leitura! ◆ ^

MOURA, Débora Eduarda Silva. **Memorial Municipal de Gravatá: análise dos rastros de memória em sua exposição de longa duração.** Orientadora: Graça Teixeira. 2024. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós Graduação em Museologia, Universidade Federal da Bahia, 2024.

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo analisar os rastros de memórias impressos na exposição do acervo material do Memorial Municipal de Gravatá-PE, considerando as limitações e potencialidades que um dispositivo cultural municipal possui. Por meio da revisão bibliográfica foi possível compreender a tipologia do Memorial através dos conceitos de “lugar de memória” de Pierre Nora (1993) e das contribuições do termo “memorial” por Jorge Barcellos (1999), assim como comparar as atribuições desses lugares com a conceituação de “museu” pelo ICOM (2022) e suas funções sociais através da Sociomuseologia. Além de disso, apresentou-se a história e cultura da cidade de Gravatá, assim como os personagens masculinos e femininos que estão na memória do município e suas contribuições para a população, sendo possível identificar as influências para a construção cultural do município. A história e o funcionamento do Memorial Municipal também ganharam destaque, sendo possível identificar como essa instituição está inserida na realidade gravataense, uma vez que é o único espaço institucionalizado de memória e cultura da cidade. Contudo, esses indivíduos não são os únicos que contribuíram para a constituição da cidade, por isso, o estudo também teve o intuito de analisar como a comunidade está representada na narrativa do Memorial. Para compreender essa representação, foram realizadas entrevistas descritivas com os funcionários da instituição, buscando expor as percepções de quem está diariamente fazendo o espaço funcionar, e aplicou-se um formulário à população, como modo de apresentar a forma que os gravataenses se relacionam com o Memorial e o visualizam. Com isso, a pesquisa buscou apresentar as capacidades e as restrições que o Memorial Municipal possui, visto que a memória gravataense possui diversidades sociais, culturais e políticas que a instituição por vezes deixa de fora, mas que através de constante estudo e revisão pode se transformar em um espaço inclusivo.

Palavras-chave: Memorial da Cidade de Gravatá. Expografia. Representação. Memória Coletiva. Lugar de Memória.

MOURA, Débora Eduarda Silva. **Municipal Memorial of Gravatá: analysis of memory traces in its long-term exhibition.** Advisor: Graça Teixeira. 2024. Dissertation (Master's in Museology) – Postgraduate Program in Museology, Federal University of Bahia, 2024.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the traces of memories printed in the exhibition of the material collection of the Municipal Memorial of Gravatá-PE, considering the limitations and potential that a municipal cultural device has. Through the bibliographical review, it was possible to understand the typology of the Memorial through the concepts of “place of memory” by Pierre Nora (1993) and the contributions of the term “memorial” by Jorge Barcellos (1999), as well as comparing the attributions of these places with the conceptualization of “museum” by ICOM (2022) and its social functions through Sociomuseology. Furthermore, the history and culture of the city of Gravatá was presented, as well as the male and female characters that are in the memory of the municipality and their contributions to the population, making it possible to identify the influences on the cultural construction of the municipality. The history and functioning of the Municipal Memorial also gained prominence, making it possible to identify how this institution is inserted into the reality of Gravatá, since it is the only institutionalized space of memory and culture in the city. However, these individuals are not the only ones who contributed to the constitution of the city, therefore, the study also aimed to analyze how the community is represented in the Memorial's narrative. To understand this representation, descriptive interviews were carried out with the institution's employees, seeking to expose the perceptions of those who are making the space work on a daily basis, and a form was applied to the population, as a way of presenting the way in which people from Gravatá relate to the environment. Memorial and view it. With this, the research sought to present the capabilities and restrictions that the Municipal Memorial has, given that memory has social, cultural and political diversities that the institution sometimes leaves out, but that through constant study and review can be transformed in an inclusive space.

Keywords: Gravatá City Memorial. Expography. Representation. Collective Memory. Place of Memory.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUN/USP	Agência Universitária de Notícias – Universidade de São Paulo
BR	Brasil
COHAB	Conjunto habitacional
CZ	República Tcheca
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MINOM-ICOM	Movimento Internacional da Nova Museologia – Conselho Internacional de Museus
MPF	Ministério Público Federal
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PE	Pernambuco
PNM	Política Nacional de Museus
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro
TED	Tecnologia, Entretenimento e Design
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Instituto Neo Pitagórico – Templo das Musas – Curitiba/PR	22
Figura 2: Fachada da entrada do Museu da Maré – RJ	26
Figura 3: Terreiro de Xambá – PE	29
Figura 4: Salão expositivo do Memorial Chico Science – PE	33
Figura 5: Salão expositivo do Memorial Luiz Gonzaga – PE	34
Figura 6: Planta gravatá no canteiro às margens da BR-232, no acesso ao centro de Gravatá	56
Figura 7: <i>Screenshot</i> da rota simulada entre os trechos Gravatá-Recife/PE	57
Figura 8: Pintura intitulada “Fazenda Gravatá”, exposta no Memorial Municipal de Gravatá	60
Figura 9: Notícia sobre a inauguração da Estrada de Ferro em Gravatá dada pelo Jornal do Recife, janeiro de 1894	63
Figura 10: Antiga Estação Ferroviária de Gravatá, atual Estação do Artesão	64
Figura 11: Pontilhão da linha férrea antes da demolição	65
Figura 12: Pontilhão da linha férrea depois da demolição	65
Figura 13: Feira livre da cidade em frente à Cadeia Pública de Gravatá, em meados da década de 20	68
Figura 14: Memorial Municipal de Gravatá	69
Figura 15: Mapa do centro urbano da cidade de Gravatá	69
Figura 16: Planta baixa do Memorial Municipal de Gravatá	76
Figura 17: Hall de entrada	77
Figura 18: Pintura “Fazenda Gravatá” de Jersom Nascimento, localizada atrás da mesa de atendimento	78
Figura 19: Lado direito – hall de entrada	78
Figura 20: Corpo da guarda da Cadeia de Gravatá	79
Figura 21: Pilão manual, localizado entre a porta de entrada e a Cella 02	79
Figura 22: Moinho manual localizado entre a porta de entrada e a Cella 01	80
Figura 23: Disposição do fole e do marcador de pontos nas paredes, entre a porta principal e a Cella 01	80
Figura 24: Quarto de malta da Cadeia Pública de Gravatá	81
Figura 25: Grades da Cella 01 restauradas após deterioração	82
Figura 26: Entrada da Cella 01	83

Figura 27: Penicos esmaltados	84
Figura 28: Escultura do busto do Tenente Cleto Campelo	84
Figura 29: Armamentos utilizados no combate de 1926	85
Figura 30: Espaço expositivo sobre a política gravataense	85
Figura 31: Painéis expositivos sobre o desenvolvimento de Gravató	86
Figura 32: Elementos arquitetônicos e utensílios domésticos antigos	87
Figura 33: Cella 02	87
Figura 34: Expositores da Cella 02	87
Figura 35: Mobiliário Cella 02	88
Figura 36: Moedor de café e vista do Hall de Entrada do interior da Cella 02	89
Figura 37: Cella 03	90
Figura 38: Expositores da Cella 03	90
Figura 39: Painéis expositivos e instrumentos musicais da Sociedade Musical XV de Novembro	91
Figura 40: Vitrine em vidro com a exposição de obras literárias gravataense	91
Figura 41: Tocha olímpica	92
Figura 42: Painel expositivo sobre Luiz Gonzaga	92
Figura 43: Cristaleira com louças em cerâmica	93
Figura 44: Cômodas e painéis do hall	94
Figura 45: Cella 04	95
Figura 46: Móvel, escultura e vestimenta religiosa expostos na Cella 04	95
Figura 47: Joaquim do Rêgo Maciel Didier	98
Figura 48: Casa paroquial da cidade de Gravató	98
Figura 49: Fábrica São José, beneficiamento de couros, em Gravató	99
Figura 50: Paço Municipal, atual sede da Prefeitura de Gravató	100
Figura 51: Cadeia Pública de Gravató	100
Figura 52: Mercado Público, atual Mercado Cultural de Gravató	101
Figura 53: Visão aérea do atual Instituto Nossa Senhora de Lourdes, antigo Solar dos Didier	101
Figura 54: Cleto Campelo Filho – 2º Tenente – 1921	104
Figura 55: Movimentação popular em frente à Cadeia Pública logo após o assassinato do Tenente Cleto Campelo no dia 18/02/1926	105

Figura 56: José Luiz Truan	106
Figura 57: Bandeira de Gravatá e sua criadora, Maria do Socorro Leão Brasil	109
Figura 58: Maria José de Carvalho, autora do Hino de Gravatá	110
Figura 59: Cartolinha, o pedidor de esmola	112
Figura 60: Coruja, o vendedor de pastel	112
Figura 61: Arnaud, “cliente” da cadeia	113
Figura 62: Bonequinha da sorte de Gravatá	115
Figura 63: Reconhecimento de Nilsa Bezerra enquanto Patrimônio Vivo de Pernambuco, pelo prefeito de Gravatá, Joselito Gomes, em 2023	115
Figura 64: Polo moveleiro – Rua Duarte Coelho, Gravatá	117
Figura 65: Cella 01 atualmente	144
Figura 66: Cella 01 esvaziada atualmente	144
Figura 67: Hall de entrada atualmente	145
Figura 68: Cella 03 e 04 atualmente	145
Figura 69: Hall atualmente	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tempo passado da visitação ao Memorial dos participantes	136
Quadro 2: Motivação da visitação ao Memorial dos participantes	137
Quadro 3: Percepção dos participantes acerca da existência de interação entre a população e o Memorial	138
Quadro 4: Opinião dos participantes a respeito da modificação de algo no Memorial	141

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. DISPOSITIVOS CULTURAIS MEDIADORES DE MEMÓRIAS.....	22
2.1 SIGNIFICAÇÕES E USOS DOS DISPOSITIVOS CULTURAIS DE MEMÓRIA	22
2.2 MUSEALIZANDO RASTROS DE MEMÓRIAS	37
2.3 MARCADORES SOCIAIS E AS RELAÇÕES DE PODER.....	42
2.4 O PODER DE NARRAR E SEU REVÉRBERO	48
3. EXPOSIÇÃO DO PASSADO, REFLEXÃO DO FUTURO	57
3.1 GRAVATÁ: HISTÓRIA E TURISMO	58
3.2 DA FAZENDA À PRIMEIRA <i>FOUNDE</i> DO BRASIL	61
4 PERCURSO HISTÓRICO: DA CADEIA AO MEMORIAL MUNICIPAL DE GRAVATÁ.....	69
4.1 CELAS ABERTAS, OLHOS FECHADOS	73
4.1.1. <i>Hall de entrada</i>	79
4.1.2. <i>Cela 01</i>	83
4.1.3. <i>Cela 02</i>	89
4.1.4 <i>Cela 03</i>	91
4.1.5 <i>Hall</i>	95
4.1.6 <i>Cela 04</i>	96
5. RASTROS DE MEMÓRIAS GRAVATAENSES.....	99
5.1 MEMÓRIAS MASCULINAS ENFATIZADAS PELO MEMORIAL MUNICIPAL DE GRAVATÁ	99
5.2 MULHERES DESTACADAS NO MEMORIAL MUNICIPAL DE GRAVATÁ.....	110
5.3 MEMÓRIAS OCULTADAS	113
6. MÃOS QUE CONSTRÓEM GRAVATÁ.....	120
6.1. REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE: ATÉ ONDE É REAL? 120	
6.2. INSTITUCIONALMENTE FALANDO	128
6.3. RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO A PARTIR DA MATERIALIDADE	137
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A	156
ANEXO A.....	157
ANEXO B.....	158
ANEXO C.....	159
ANEXO D.....	160

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo, intitulado **Memorial Municipal de Gravatá-PE: análise dos rastros de memória em sua expografia**, busca investigar como se apresentam os rastros de memórias através de objetos materiais dispostos em exposições de longa duração de instituições municipais de cultura e memória. Tendo como aporte central para a análise as discussões acerca das diferentes formas de poder que são exercidas na construção de narrativas expográficas, desde o cuidado no manuseio de determinadas peças até a escolha da localização de exibição, uma vez que os significados atribuídos podem influenciar diretamente nas relações entre a memória e a materialidade. Para tanto, a pesquisa se debruça sobre a exposição de longa duração do Memorial Municipal de Gravatá enquanto objeto de estudo.

Gravatá está situada às margens do Planalto da Borborema, no estado de Pernambuco, precisamente no agreste central, há 84km de distância da capital Recife. A cidade possui picos de elevadas altitudes, como a Serra das Russas, a Serra do Maroto e o Alto do Cruzeiro, o que proporcionam ao município baixas temperaturas e altas nebulosidades. O clima é um dos atrativos turísticos da região, em conjunto com a culinária local, a produção de artesanato, a produção de móveis em madeira maciça e o estilo arquitetônico suíço dos chalés situados às margens da BR-232. Por causa dessas características, Gravatá ficou conhecida informalmente como “Suíça Pernambucana”, atraindo turistas de diversas partes do mundo e sendo incluída na rota turística do interior pernambucano.

Dentro da cidade, o turismo se faz nos seguintes pontos: o Alto do Cruzeiro e sua escadaria; as trilhas nos túneis e pontes ferroviárias desativadas; as plantações de flores; a Rua Duarte Coelho, popularmente conhecida como Polo Moveleiro; a estação ferroviária desativada, nomeada Estação do Artesão; e a antiga Cadeia Pública da cidade, hoje o atual Memorial Municipal de Gravatá. Esses dispositivos culturais buscam marcar a cultura da cidade e reforçar sua popularidade na sociedade. Esses espaços, junto aos festejos das datas comemorativas, atraem turistas e movimentam a economia local, sendo uma das principais ferramentas que utilizam a informação, a memória, a geografia, a cultura e a história em capital econômico.

Possuo relação direta com o Memorial por ter sido criada na cidade em que ele se localiza, mas desde a infância pouco me recordo de acessar os espaços culturais e de memória da cidade. Nos tempos de escola, ia à Biblioteca Pública fazer trabalhos

escolares e por consequência visitava a “Casa da Cultura¹” e a Estação do Artesão², mas sem maiores aproximações. Com o passar do tempo, a curiosidade e os interesses se modificaram, significativamente através da formação acadêmica em Museologia³, passando a visualizar esses espaços enquanto potências de salvaguarda da cultura e história gravataense.

Cresci na cidade de Gravatá e sou progênita de família de agricultores (paterna e materna), sendo a família materna constituída, em sua maioria, por mulheres negras que trabalharam na agricultura em paralelo com as atividades domésticas nas famosas “casas de família”. Neste sentido, reconheço ser fruto de luta e resistência e de ocupar um lugar de privilégios, onde muitos das(os) semelhantes não puderam estar, como o fato de estudar e poder retribuir à sociedade os conhecimentos adquiridos. Assim, assumi a responsabilidade de pesquisar, identificar e expor as múltiplas formas de apagamento que sofrem as memórias de gravataenses que não constituem a hegemonia social, principalmente no âmbito cultural e histórico.

Visualizava o Memorial Municipal de Gravatá enquanto uma ferramenta de pesquisa para obter as respostas necessárias para meus trabalhos escolares, sendo perceptível o mesmo uso pelas pessoas próximas, sem despertar a noção de que aquele espaço busca representar a construção identitária gravataense. E compreender os rastros de uma memória local passou despercebido, uma vez que sua função de preservação memorialística e histórica não despertou minha atenção.

Contudo, após minha formação acadêmica, foi possível observar que o Memorial Municipal se caracteriza enquanto o único local institucionalizado de cultura sem fins lucrativos existente na cidade, com a intencionalidade de preservar a história do surgimento e desenvolvimento da cidade. O espaço possui um acervo referente a diferentes momentos da sociedade gravataense, com aspectos políticos, religiosos e domésticos, constituído por mobiliário, pinturas, fotografias, indumentárias religiosas, instrumentos de trabalho braçal, literatura local, materiais de construção (como telhas, azulejos e cerâmicas), elementos arquitetônicos (como arco de fachada e grade de varanda) utensílios domésticos, entre outros.

¹ Primeira nomenclatura do Memorial da Cidade de Gravatá que se popularizou e é referenciado até os dias atuais.

² Antiga estação de trem da cidade de Gravatá. Atualmente desativada e utilizada como ponto de comercialização de artesanato local.

³ A pesquisadora é formada no bacharelado em Museologia pela Universidade Federal de Pernambuco no ano de 2022.

Enquanto cidadã local e moradora, percebo que o local não está entre as opções para ser utilizado pela população local como espaço de representação de suas memórias, algumas pessoas, se quer, sabem de sua existência, parte por falta de investimentos públicos e parte por falta de visibilidade por parte da sociedade. Por falta dessa aproximação, os interesses dos políticos locais acabam se sobressaindo, ao utilizar este espaço para acontecimentos pontuais, como por exemplo, campanhas políticas. A disposição dos objetos na exposição é marcada por uma narrativa política, onde são ressaltados os feitos de entidades públicas, como obras geradas, indústrias construídas e demais realizações de cunho governamental.

Deste modo, optou-se por analisar, através das práticas museológicas, como se apresentam os registros de memórias em objetos materiais que fazem ou fizeram parte do cotidiano social gravataense e possuem a potencialidade de se tornar um signo representativo de algo ou alguém, num determinado espaço e tempo. Levando em consideração, que ao atribuir valores simbólicos à essas materialidades, diversas formas de seleção dessas memórias são manifestadas através da escolha do acervo, facilitando assim, a modificação de narrativas por meio do uso da lembrança e do esquecimento, do destaque e do apagamento, que por sua vez são marcadas por demarcadores sociais, raciais e de gênero, estando inseridas numa estrutura política.

Buscou-se, também, evidenciar a representação de pessoas que construíram a cidade para além dos personagens políticos, identificando possíveis apagamentos dentro do discurso construído por meio da seleção e alocação desses objetos, aonde não há uma atualização da narrativa exposta e no modo como a história é repassada. Além do intuito de despertar outras formas de expor registros de memória de modo mais plural possível, tornando o espaço dinâmico e inclusivo.

Neste sentido, supõe-se que a falta de investimento público no Memorial Municipal de Gravatá, que em sua maioria busca promoção pessoal e política, atrelada a falta de valorização da cultura gravataense e a falta de gestão com base em Políticas Públicas têm por consequência o apagamento de fatos e memórias locais importantes para compreensão do desenvolvimento da cidade e sua cultura, o que prejudica diretamente a salvaguarda dos aspectos históricos da população.

Apesar de considerar o Memorial um dispositivo capaz de ser utilizado enquanto espaço cultural estimulante – onde a comunidade possa se associar com as memórias marcadas na materialidade através do reconhecimento identitário – a falta de profissionais com qualificação técnica no âmbito da Museologia prejudica seu desempenho, assim como os escassos recursos econômicos destinados. Tendo em vista que, por meio deste

espaço é possível recordar acontecimentos passados e contribuir com o registro dos acontecimentos presentes, compondo a construção da identidade das futuras gerações gravataenses.

Diante desse cenário, pesquisar narrativa, memória e identidade possa parecer um estudo repetitivo, contudo realizar essa pesquisa numa cidade de interior buscando aproximar a sociedade de sua origem identitária, mostrando que sua cultura é tão importante quanto as ruas asfaltadas, significa que ainda existe um longo caminho a ser percorrido no que tange a acessibilidade da cultura de maneira igualitária. E é nesse sentido que esse trabalho almeja apresentar aos leitores, através de uma linguagem facilitada e acessível, apresentar a cultura gravataense enquanto um patrimônio imaterial da cidade, uma ferramenta indispensável para a formação social dos(as) gravataenses.

Neste contexto, para desenvolvimento da pesquisa, notou-se a necessidade de compreender a natureza institucional do Memorial Municipal de Gravatá para melhor nortear as discussões, considerando suas características e funções. Pois, ao analisar a narrativa impressa nos objetos dispostos em sua exposição de longa duração, é preciso levar em consideração tanto as limitações quanto as potencialidades da instituição e de seu acervo.

Neste sentido, a apresentação da conceituação de “museu” pelo ICOM (2022), o termo “memorial” analisado pelo historiador Jorge Barcellos (1999) e o conceito de “lugar de memória” definido pelo historiador Pierre Nora (1993), servirão de subsídio primordial para a investigação da categoria do Memorial. Juntamente com as perspectivas influenciadas pelas lentes da Museologia Social.

Cada entidade cultural possui valores e missões que reverberam em seu caráter institucional, que servem de norte para a elaboração de suas atividades em conjunto com seus objetivos. Desta forma, a base central nos discursos refere-se ao poder em suas múltiplas formas, a partir das contribuições dos autores, compreendendo que o poder está vinculado com a colonialidade e a racialidade, estando estes atrelados à dominação e hierarquização, bem como suas interferências estão enraizadas nas estruturas culturais.

Michael Foucault, em seu texto “A Ordem do Discurso” (1971), compreende que o discurso é uma prática social, que se dá por meio da fala, escritos e imagens, dependente de um lugar e um meio para que ele apareça, assim, por meio dos discursos é possível identificar como dadas estruturas sociais se comportam e transformam suas relações. Em concordância com o filósofo, toda produção de discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída para a sociedade e quem não faz parte dessa ordem é excluído socialmente, constituindo assim uma forma de impor poder.

À vista disso, o sociólogo Pierre Bourdieu em “A Distinção” (2007), nos ajuda a compreender que as diferentes posições sociais das pessoas mostram de qual classe social estes pertencem, bem como quantos elementos capitais estes acumulam em sociedade, consolidando a distinção de classes e as disputas sociais. Assim, com a contribuição do autor foi possível assimilar como as interpretações, representações e subjetividades mudam de acordo com a distribuição social e suas relações com o poder (em todas as suas esferas).

No que tange a formação social de grupos e suas relações, o professor Silvio Almeida com sua produção “Racismo Estrutural” (2019), enfatiza que o modo como a sociedade se comporta e os comportamentos individuais dentro desta comunidade também são norteadas pelo racismo. O autor visualiza o racismo não apenas enquanto a violência discriminatória perante o diferente, mas enquanto um ato racional que estrutura as relações sociais com base em três dimensões: a econômica, a política e a subjetiva.

Por fim, mas não menos importante, a produção da psicóloga Cida Bento “Pacto da Branquitude” (2022) auxiliará a compreender como as relações raciais estão intimamente ligadas a todas as formas de relacionamento social, sendo aqui estendido também para analisar as maneiras de lidar com as memórias do outro. Dado que, assim como as heranças da escravização estão fixadas em pessoas não brancas que sofrem com a desigualdade e a colonização até os dias atuais, a sucessão escravocrata também se manteve forte, e ainda se mantém, fortalecendo os privilégios das pessoas brancas.

Nesta perspectiva, é possível identificar que a forma como objetos materiais relacionados aos discursos direcionados estão expostos em espaços culturais como representativos de um registro de memória local, refletindo a maneira que a colonialidade se põem em sociedade, atravessada pelo jogo de lembrar e esquecer, destacar e apagar.

Para mais, os argumentos referentes às novas possibilidades de visualizar, consumir e conceber esses espaços, lidando com histórias de modo decolonial, são encontradas nos estudos de Anibal Quijano (2005) e Walter D. Mignolo (2011).

Sabe-se que trabalhar com objetos materiais, seja qual for sua localização, significa manusear subjetividades que estão impressas nessas peças, seja de maneira coletiva ou individual. Desse modo, a presença da memória marcada pela materialidade dos objetos deve ser explicitada na narrativa expográfica, para que seja possível compreender que tais peças são muito mais do que suas estruturas físicas.

A presença marcante da cultura na sociedade gravataense encontra sentido na definição de “memória coletiva” elaborada pelo sociólogo Maurice Halbwachs (1950) e apoiada nos conceitos de “lugar de memória” e “memória” de Pierre Nora. Os rastros de

memória de uma parte da população gravataense estão registrados nos bens materiais expostos no Memorial, estando relacionada à recordação de acontecimentos, experiências e histórias por meio de uma urgência de expor fatos marcantes da história de Gravatá.

Em alguns momentos, é possível confundir a memória com uma lembrança criada ou vivida, pois com o passar do tempo vamos editando essas lembranças em nossas mentes de acordo com nosso presente, nossas influências e subjetividades. Trata-se de uma relação entre o esquecimento e a lembrança, a partir de uma seleção de prioridades, sendo um elemento bilateral, com benefícios e malefícios.

Neste sentido, o presente estudo tem se deparado com a carência de publicações e documentos oficiais para o desenvolvimento da pesquisa histórica da fundação da cidade de Gravatá e do Memorial. Gravatá não possui Arquivo Público, nem autarquia responsável por salvaguardar documentos administrativos, complicando o acesso a informações de regulamentação e oficialização existentes em atas, regimentos e demais registros. Esse empecilho causou um atraso no avanço da pesquisa no que tange aos dados sobre a origem da cidade e da instituição.

Tendo como suporte as contribuições de Gerhardt e Silveira (2009), o presente estudo se caracteriza enquanto pesquisa exploratória aplicada, utilizando como método central o hipotético-dedutivo e a abordagem qualitativa. Tendo em mente que o presente estudo não deu conta de uma totalidade, muito menos de uma generalização do objeto investigado e do ambiente em que o mesmo está inserido.

A pesquisa documental se fez presente na análise da história da cidade, para além da história oral, fazendo uso de documentos tridimensionais e bidimensionais, como livros, pinturas e fotografias, em confluência com poucos documentos oficiais encontrados. Bem como na busca de compreender o que estimulou a construção do Memorial Municipal de Gravatá.

A análise da expografia de longa duração aconteceu através da observação com posterior análise e identificação de elementos existentes nas discussões bibliográficas, utilizadas como referência teórica. A presente pesquisa também apresenta características de um estudo de caso, por possuir um objeto único a ser analisado, podendo apresentar influências externas, divergentes às generalizações e convergências às novas hipóteses e conclusões.

Por fim, a realização de entrevistas com os funcionários do Memorial se deu enquanto procedimento metodológico indispensável na compreensão das relações profissionais e pessoais, entre a instituição e seus fazedores. Já a aplicação de formulários

a uma fração da comunidade, apresentou-se como processo metodológico complementar para investigação da relação identitária entre os gravataenses e o Memorial.

É importante ressaltar que a observação sobre as disposições dos objetos na exposição de longa duração do Memorial Municipal de Gravatá, considerou os agrupamentos das peças por núcleos temáticos, seus suportes, suas identificações e arrumações, que davam forma e direção ao discurso exposto. Além de ponderar que o prédio onde o Memorial está situado fez – e ainda faz – parte da construção histórica de Gravatá, sendo um significativo elemento na vida de muitos gravataenses. Desta forma, essa dissertação está estruturada em cinco capítulos, antecidos por esta introdução, e precedidos pelas considerações finais.

O primeiro capítulo intitulado **Dispositivos culturais mediadores de memórias** se dedicou ao desdobramento teórico, que serviu como base em toda pesquisa. A conceituação dos termos “museu”, “memorial” e “lugar de memória” se fazem presentes buscando auxiliar na definição institucional do Memorial, sendo primordial para entender suas características e funções.

Além de apresentar como os registros de memória se exprimem em uma sociedade e a importância de preservar seus rastros, sendo um dos elementos primordiais para o desenvolvimento humano, como evidencia Habswach (1950). Também se discutiu a respeito dos diversos tipos de poder existentes nas múltiplas narrativas dentro do espaço museal, bem como na criação de uma hierarquização de objetos e rastros de memórias, impactando a identificação e inclusão dessas pessoas nesse espaço.

O segundo capítulo nomeado **Exposição do passado, reflexão do futuro** discorre pela história, turismo e cultura da cidade de Gravatá, buscando identificar de qual lugar está sendo falado, e como seus costumes e dinâmicas influenciam as relações sociais na cidade.

Posteriormente, no terceiro capítulo, **Percorso histórico: da cadeia ao Memorial Municipal de Gravatá**, história, fundação, tombamento e funcionamento do Memorial Municipal ganham centralidade, sendo possível entender como essa instituição dialoga (ou não) com a sociedade gravataense. Em conjunto à apresentação do objeto de estudo, foi explicitada a análise da exposição de longa duração, buscando identificar como estão impressas a representatividade, a diversidade e a inclusão social através da materialidade, verificando como a cultura material e o discurso criado dentro dessa instituição influencia, mais uma vez, a dinâmica social.

O quarto capítulo intitulado **Rastros de memórias gravataenses** é constituído pela apresentação de pessoas, saberes-fazer e tradições que marcam a cultura da cidade e

que não estão inseridas na exposição do Memorial Municipal. Mais do que uma singela exibição das pessoas, este capítulo visou identificar as brechas e apagamentos existentes na representação da memória coletiva existente no Memorial.

O quinto e último capítulo chamado **Mãos que constroem Gravatá** foi composto pela apresentação, análise e discussão das respostas obtidas pelo formulário e pelas entrevistas, com o intuito de compreender como se dá a relação entre eles e o Memorial Municipal de Gravatá. Juntamente aos dados e informações adquiridas, o argumento se fixou nas noções de representação e representatividade, juntamente com os conceitos de identidade, reconhecimento e subjetividade a partir dos autores Stuart Hall (1997) e Michael Pollack (1992).

Buscou-se compreender como essas relações afetivas – no sentido mais amplo do termo “afeto”, considerando também os desafetos – entre comunidade e Memorial são expressas. Levando em conta a cultura da cidade, as dinâmicas sociais que a permeiam, a exposição do Memorial e os possíveis impactos que podem afetar a sociedade.

Por fim, a dissertação é concluída com a convergência das discussões expostas ao longo dos capítulos, deixando abertos os caminhos para que possam surgir novas pesquisas, de modo que possam também alimentar o Memorial Municipal de Gravatá com novas contribuições.

2. DISPOSITIVOS CULTURAIS MEDIADORES DE MEMÓRIAS

Nesse capítulo, apresenta-se o referencial teórico lido no intuito de dialogar com a seleção de autores e conceitos que deram sustentação as discussões acerca do objeto de estudo. Aborda-se os temas que permeiam as definições e conceitos de instituições culturais e espaços de memória, para que seja possível identificar as limitações e potências de cada âmbito e como eles lidam com a materialidade, sendo possível compreender o Memorial Municipal de Gravatá entre uma (ou mais de uma) delas.

Além de apresentar as diversas formas que lidamos com a memória e seus rastros na sociedade e o modo que ela influencia as dinâmicas sociais. Expondo, também, as múltiplas formas de utilizar o poder em tomadas de decisões e elaboração de sentidos em narrativas e discursos, sendo possível manipular e transformar a forma em que culturas e histórias são narradas.

2.1 SIGNIFICAÇÕES E USOS DOS DISPOSITIVOS CULTURAIS DE MEMÓRIA

Problematizar não é o contrário de simplificar, nem quer dizer multiplicar obstáculos, mas é responder à necessidade de ir além da enganadora aparência simples das coisas. Problematizar é respeitar a contingência do mundo real. (Meneses, 2018, p. 9)

Definir e conceituar as instituições de cultura não deve ser um processo compreendido enquanto rotulador, com finalidade de limitar ações, mas sim na qualidade de um recurso colaborador para a compreensão das diversas formas das entidades artísticas, históricas e culturais, possibilitando ampliar os horizontes e perceber como as múltiplas formas de lidar com objetos materiais e imateriais podem possuir convergências e contribuições complementares.

A fundamentação teórica dos conceitos institucionais pode ser crucial para definições das práticas, atividades, missões, visões, valores e estratégias de um espaço cultural. A partir da conceituação é possível evitar que a noção redutora se concretize, onde todos os lugares culturais, históricos e artísticos são semelhantes e, desconsiderando suas especificidades. Desta forma, o entendimento das definições de “museu”, “lugar de memória” e “memorial” se mostram enquanto caminho primordial para compreender as particularidades de cada termo e servir de base para a identificação da natureza institucional do Memorial Municipal de Gravatá.

De acordo com a produção “Conceitos-chave de museologia”, a etimologia da palavra “museu” advém de muitas linguagens: “(do grego *mouseion*: templo das musas) – Equivalente em francês: *musée*; inglês: *museum*; espanhol: *museo*; alemão: *Museum*; italiano: *museo*”. Assim, é compreensível que as traduções realizadas para a interpretação

do que possa vir a ser um museu interfira diretamente nessa noção, alargando ainda mais as possibilidades de conceber um conceito concreto. (Desvallés, Mairesse, 2013, p. 64)

No Dicionário Online Português⁴ (2023), a palavra “museu” na qualidade de substantivo masculino é sinônimo de “mistura; reunião; variedade”, ou seja, um espaço de agrupamento e diversidade. Contudo, sua compreensão também se dá enquanto

Estabelecimento ou instituição que se dedica à preservação, à análise e à procura de objetos valiosos artisticamente, expondo-os ao público: o MASP, museu de arte de São Paulo, fará uma exposição sobre os cubistas; esses quadros merecem estar num museu.

[Por Extensão] Conjunto ou coleção de objetos valiosos, raros ou antigos.

[Figurado] Casa que abriga objetos sem valor; o que já não se usa por ser muito antigo.

Templo dedicado às Musas, às deusas filhas de Zeus e Mnômósine. (Dicionário Online Português, 2023)

Porém, da mesma forma que os múltiplos caminhos dificultam uma definição, também mostram diferentes formas de lidar com a cultura. No início dessas instituições, as características gregas e romanas dominavam os museus, como por exemplo a referência ao Templo das Musas e ao Museu de Alexandria, estando atreladas a noção de arte clássica e erudita, que por muito tempo ocupou o topo da hierarquia cultural, e ainda ocupa. (Veiga, 2013)

Esses elementos, eram considerados as verdadeiras artes e fontes de conhecimento, colocando os museus em lugares intocáveis, sendo acessados por uma parcela da sociedade, considerada culta, com formações e posições sociais privilegiadas, engessando a forma de se relacionar com a arte e história.

Esse modelo de museu, geralmente, se apresenta como templo, lugar de apreciação e culto, compreendendo os objetos materiais, a arquitetura, o uso e a significação em torno desses elementos enquanto sagrados.

No Brasil, podem ser identificados alguns desses espaços, um deles é o Instituto Neo Pitagórico – Templo das Musas, situado em Curitiba – PR. Local fundado pelo professor de História Dario Vellozo, em 1909, em conjunto com outros professores e alunos do Ginásio Paraense, com a finalidade primeira de reunir pessoas para desenvolvimento de ações literárias, musicais, administrativas e prestação de homenagens a indivíduos e/ou grupos, precedidas de leituras dos pensamentos de Pitágoras⁵. O espaço inspirava-se na cultura grega, desde as ideias, vestuários e

⁴ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/museu/>

⁵ Para mais detalhes, vem em: Instituto Neo Pitagórico – Curitiba. Patrimônio Cultural do Paraná. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/Bem-Tombado/Instituto-Neo-Pitagorico-Curitiba>

comportamentos até sua arquitetura e relações com as artes, como pode ser vista na Figura abaixo.

Figura 1: Instituto Neo Pitagórico – Templo das Musas – Curitiba/PR.



Fonte: Fernando Zequinão/Gazeta do Povo.

Esses primeiros espaços museais tinham como um dos elementos principais o colecionismo de objetos materiais. De modo geral, o colecionismo de peças valiosas e raras era visualizado como uma forma de mostrar a sociedade o poder econômico e a influência social que os detentores desses artigos possuíam. Por meio da aquisição de objetos considerados raros, valiosos e exóticos era possível apresentar uma gama de conhecimentos e novidades, além de ser uma forma de reforçar status e posições sociais. Os primeiros atos de colecionismo aconteceram nos grandes impérios e reinados, que eram as sociedades com acesso facilitado à exploração e coleta de itens fora de seus contextos. Compilar essas peças despertava o desejo de muitos por se tratar de um privilégio social. (Veiga, 2013)

De acordo com Hernandez (1998) apud Veiga (2013), os principais motivos que estimulavam esses desejos eram: “o respeito ao passado e às coisas antigas, o instinto de propriedade, o verdadeiro amor à arte e o colecionismo puro.” A partir daí, as relações com os objetos se intensificaram cada vez mais, reforçando o uso da materialidade enquanto ferramenta de ordem e domínio social. (Veiga, 2013, p. 10)

A queda do Império Romano colaborou para o surgimento de novas culturas na Europa, impulsionando o colecionismo litúrgico e a arte cristã. A igreja medieval seria praticamente o único local onde as artes, em suas diferentes formas e manifestações, estariam ao alcance do homem comum, exercendo grande papel no repensar e ressurgir museais. (Veiga, 2013, p.15)

De acordo com Veiga (2013), em 1683 o primeiro museu aberto ao público foi inaugurado na Europa, na cidade de Oxford. Com o intuito de se tornar um museu universitário, para auxiliar nos estudos e pesquisas da Universidade de Oxford, contudo, o Ashmolean Museum possuía restrições em seu acesso, a característica “aberto ao público” não se ampliava às demais camadas sociais, ainda permanecia à grupos específicos. Eram salões e galerias que abrigavam acervos destinados à um fortalecimento de hierarquias e poder, ainda que proporcionassem ao público acesso à educação, não se tratava de um público em sua totalidade, mas sim aos seletos e privilegiados.

Os séculos XVIII e XIX proporcionaram as primeiras criações de museus pelo mundo. Em 1793, surgira o Museu Central das Artes, atualmente Museu do Louvre, em Paris; em 1870, o Metropolitan Museum abriu suas portas, na cidade de Nova Iorque; bem como, o surgimento do Museu de História Natural, em Londres, em 1886. No Brasil, o Museu Real ganhou forma em 1818, na cidade do Rio de Janeiro, seguido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em 1866 no estado do Pará, e o Museu do Ipiranga em 1895, na cidade de São Paulo.

Com a virada do século, os museus começaram a apresentar urgências e demandas específicas de organização, preservação e demais ações que disseminassem os interesses museológicos. Assim, a criação de organizações direcionadas às pautas museais começaram a surgir:

Com o fim da Primeira Guerra Mundial foi fundada a Sociedade das Nações, a qual se vincula o Escritório Internacional de Museus (OIM), iniciado em 1926, com o objetivo de conectar os museus de todo o mundo, organizando eventos e agregando esforços. Consistiu no primeiro empenho internacional de construir uma entidade com essa pauta específica. (Veiga, 2013, p. 26)

Por consequência, as funções dos museus foram se ampliando com o passar do tempo, os objetos começaram a ser compreendidos enquanto reflexos sociais, patrimônios representativos. Após a Segunda Guerra Mundial, principalmente, a ideia de preservação de patrimônios se fortaleceu, uma vez que era possível contar histórias, lembrar o passado e representar culturas e identidades através da materialidade.

No ano de 1946, o Conselho Internacional de Museus – ICOM foi criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, uma organização não governamental com compromisso de estabelecer padrões adequados no que diz respeito aos museus e seus profissionais, bem como os interesses do campo museológico, através do Código de Ética para Museu⁶ (2006). Segundo Soto (2014), a

⁶ Disponível em: http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf.

organização empenha-se também para estreitar a relação entre museus e sociedade, compreendendo que essas instituições possuem capacidade de colaborar no desenvolvimento social e na formação de cidadãos e cidadãs, através de suas atividades socioeducativas.

Neste sentido, alguns documentos nortearam – e ainda norteiam – os interesses do campo museológico, como por exemplo aqueles formulados nas reuniões e eventos de profissionais da museologia organizados pelo ICOM. Como exemplo, a Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972, que teve como foco central os museus da América Latina e suas demandas, ressaltando a importância de unir essas instituições por um propósito. Estando entre eles o conceito de museu integral, que segundo a definição constante no documento resultante da mesa, é:

Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. (ICOM, 1972)

A partir da citação, verifica-se o entendimento de que o museu não se reduz a um espaço de exibição de peças para deleite, mas se configura enquanto um lugar de reflexão e discussão sobre problemáticas sociopolíticas do contexto em que ele está inserido. Este é um posicionamento que indica novas perspectivas para o papel social que uma instituição museal pode ter, que também pode ser visualizado em outros documentos resultantes de reuniões internacionais acerca do tema.

Posteriormente, em 1984, a Declaração de Quebec utiliza as demandas trazidas pela Mesa Redonda de Santiago e pauta a criação de um movimento: a Nova Museologia. Que busca aproximar a comunidade das teorias e práticas museais, aplicando a interdisciplinaridade e a tecnologia como recursos centrais. Esse documento também serviu de base para a criação do Movimento Internacional da Nova Museologia – MINOM-ICOM no ano posterior, grupo destinado a pesquisar e explorar o campo museológico cunhado nas noções de ecomuseus e museus comunitários.

Oito anos depois, a Declaração de Caracas – resultado do encontro “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios” realizado em Caracas na Venezuela – surge para repensar e adaptar as discussões geradas em Santiago, enfatizando “que não pode existir um museu integral, ou integrado na comunidade se o discurso museológico não utilizar uma linguagem aberta, democrática e participativa.” (ICOM, 1992, p. 252) Neste sentido, os museus da América Latina e seus profissionais deveriam se preparar

para uma nova fase museológica, onde demandas e urgências se farão presentes e as instituições devem ser utilizadas enquanto ferramentas de desenvolvimento e formação social consciente.

Desde sua criação o ICOM busca compor definições, frequentemente analisadas e atualizadas, do que seria a instituição museu. Apesar de não ser tarefa fácil, por sua dimensão plural e ampla, buscam em suas atualizações aproximar-se o máximo dos formatos de museus existentes. Desta forma, após discussões e intervenções de profissionais de museus, pesquisadores e acadêmicos, realizadas na Conferência Geral do ICOM em Praga-CZ em 2022, foi elaborada a mais recente definição⁷ de “museu” na qualidade de:

Um museu é uma instituição **permanente**, sem fins lucrativos e ao **serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial**. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. **Com a participação das comunidades**, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, **proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos**. (ICOM, 2022, grifo da autora)

É preciso ter em mente, que nenhum conceito rígido conseguirá abarcar todas as iniciativas museais em suas totalidades, por justamente possuírem especificidades que as levam a alcançar suas funções sociais, contudo é importante que haja uma definição norteadora que consiga subsidiar as atividades propostas por essas instituições. Desta forma, as palavras destacadas na citação a cima nos ajudam a identificar pontos primordiais que levam um museu a desempenhar seu papel de colaboração social da melhor maneira possível, de acordo com suas necessidades e possibilidades. Neste sentido, as práticas exercidas nesses espaços devem estar alinhadas com os objetivos, valores e missão da instituição.

Como exemplo, a conservação é um campo de atuação amplo, que abarca iniciativas práticas, teóricas e subjetivas e que precisam ser desenvolvidas com cautela e de acordo com cada necessidade e realidade. Dentro deste campo, estão as ações atreladas à conservação preventiva, que permeiam as estruturas físicas do objeto e se difundem pela informação e promoção do conhecimento. A documentação museológica também se apresenta enquanto ferramenta primordial para conservação e salvaguarda da história social do objeto, através da sistematização de informações provenientes de pesquisas constantes e responsáveis.

⁷ Nova definição aprovada em 24 de agosto de 2022, durante a Conferência Geral do ICOM em Praga, República Tcheca. Disponível em: http://www.icom.org.br/?page_id=2776.

Ao colecionar, conservar e preservar o acervo do museu, é preciso atentar-se aos métodos e procedimentos que serão utilizados para expor e, conseqüentemente, interpretar o conhecimento empregado nesses objetos. Por meio da exposição museológica torna-se possível que o museu se comunique com a sociedade através de suas peças, fazendo uso de linguagens e suportes específicos, que por sua vez são constituídos a partir das particularidades de quem os produzem.

Por este viés, os museus também são visualizados enquanto espaços científicos, de ensino, pesquisa e descoberta, possibilitando a aproximação dos indivíduos com a aprendizagem e princípios através da materialidade. Além de serem compreendidos como agentes transformadores de realidades, lugares de luta, conflitos e resistência, onde é possível abordar as urgências e demandas sociais. Para Santos e Chagas (2007) os museus possuem a tarefa de construir linguagens e símbolos com base nas memórias coletivas de grupos e sociedades, sendo espaços de pertencimentos e reconhecimento identitário, lugares representativos que devem ser habitados e construídos em conjunto, como as atividades realizadas no Museu da Maré – RJ.

Situado na cidade do Rio de Janeiro, o Museu da Maré é composto por um conjunto de programas cujas atividades tem a finalidade de preservar, difundir e registrar a história e memória das comunidades do Complexo da Maré. Além de sua exposição física permanente, o Museu realiza eventos itinerantes, oficinas, seminários, pesquisas com histórias orais, atividades lúdicas e interativas. O espaço atua em conjunto com uma biblioteca, um arquivo, um cinema comunitário, cursos e demais projetos, tendo como público alvo a própria comunidade.

Figura 2: Fachada da entrada do Museu da Maré – RJ.



Fonte: Suzy Santos – Agência Universitária de Notícias – AUN/USP.

Nessa perspectiva, o museu também se apresenta como lugar mediador de experiências, conhecimentos e percepções, da mesma forma que outras instituições também são capazes de proporcionar à sociedade. É possível estabelecer uma relação recíproca entre representado (comunidade) e representante (objetos materiais) dentro de uma esfera social institucionalizada (instituição cultural/museal) por intermédio de um indivíduo detentor de um saber específico (profissional de museus).

Desse modo, é possível identificar a atuação dos museus na qualidade de um potente espaço de desenvolvimento do “fato museal” ou “fato museológico”, conceito desenvolvido por Waldisa Russio Guarnieri (1989). Na compreensão da autora, esse fenômeno ocorre a partir de uma relação específica entre um indivíduo conhecedor, um objeto a ser pesquisado e o meio em que está inserido, desenvolvendo uma cadeia de conhecimento e trocas de relações.

Contudo, é de suma importância que haja cautela na realização dessas mediações e utilização de um saber específico para ser um facilitador, pois como ressalta Mignolo (2011), os museus, assim como as universidades, foram e ainda são instituições que acumulam significados e reproduzem tradições, entre elas estão as raízes coloniais, hierárquicas e hegemônicas. Desta forma, o(a) responsável por tomar decisões, seja ela pessoa jurídica ou física, possui o poder de selecionar, modificar, adaptar, interromper, apagar, destacar e, por vezes, excluir, vozes, culturas, povos e histórias.

Em virtude do vasto mundo de museus, muitas são suas tipologias, funções e formas de lidar com as artes, culturas e histórias. Tendo como base as contribuições da professora Cristina Bruno (2003) podemos visualizar algumas delas:

- a) Museus ecléticos: grandes heranças que recebemos do século XVIII, seus acervos são multidisciplinares, onde encontramos desde coleções de arqueologia e paleontologia a coleções de arte decorativa, arte sacra, etc.
- b) Museus temáticos, monográficos e biográficos: ao contrário dos museus ecléticos, têm recortes patrimoniais específicos;
- c) Ecomuseus e museus comunitários: em geral, são criados através de um processo museológico articulado a partir de três variáveis, que são o território, o patrimônio e a população (embora nem todos consigam trabalhar as três em equilíbrio). A auto-gestão administrativa e financeira é o que almejam, mas também podem contar com a colaboração de empresas privadas ou do poder público;
- d) Museus de cidade, de praça e de rua: no primeiro caso, procura-se preservar a memória da cidade como uma síntese de seus aspectos (fundação, festas, religiosidade, economia, etc.); nos outros dois, são os espaços públicos, os lugares da memória, que são musicalizados ou servem como locais para a realização de exposição;
- e) Museus de sociedade: neste caso, o que se prioriza é a comunidade e a dinâmica social;
- f) Museus de território: é trabalhado a partir da delimitação regional cultural e do meio ambiente;
- g) Ações museológicas e em rede (virtual e real): sistema integrado de intercâmbio de informação, de produção de conhecimentos e de profissionais,

têm colaborado tanto na revitalização de museus como no gerenciamento da informação. (Bruno, 2003, p. 20)

Partindo dessa explanação, visualiza-se que os museus estão por toda parte e podem ser desenvolvidos de várias formas, o que une todas as tipologias ainda são as ações que fazem parte da “cadeia operatória de procedimentos” (Bruno, 2020, p. 26), que de modo particular cumprem suas missões e buscam atingir seus objetivos. Cada instituição desenvolve suas atividades e propõem experiências com base em suas coleções, assim como em seu público estabelecido.

O que se torna um ponto positivo, visto que os registros humanos são tão plurais quanto suas relações e necessitam de espaços que se dediquem a preservar, difundir e comunicar as influências e colaborações que os objetos, bem como toda cultura material, sendo suportes de registros de memória e história, podem proporcionar a sociedade. (Teixeira, 2021)

Prosseguindo com as conceituações, a definição de “lugar de memória”, cunhada pelo historiador Pierre Nora (1993), se apresenta enquanto rica possibilidade para compreender como os rastros de memória se estabelecem em espaços físicos através da materialidade. Para o autor, antes de qualquer coisa é preciso distinguir a noção de memória e história (o que será destrinchado na próxima subseção desse capítulo). A priori deve-se visualizar a memória como algo natural, que se desenvolve de forma psíquica e a história como um modo específico de discurso, construído por pessoas, que desnaturaliza o real, a partir do controle e da ressignificação da memória.

Deste modo, é possível visualizar que as particularidades, incluindo as crenças, costumes, posicionamentos e cultura, de quem detém o poder de articulação dos rastros de memória, ficam estampadas na narrativa construída. E esses registros de memórias quando passam de um formato psíquico para o material (representados nos acervos, por exemplo) e institucional (expostos em museus, memoriais e centros culturais, exemplificando), podem ser compreendidos enquanto “lugares de memória”. Tendo como ponto de partida, a urgência de lembrar a humanidade que é preciso manter suas memórias vivas e evitando direcionar a memória (seja ela coletiva ou individual) ao esquecimento. Um exemplo de lugar de memória é o Terreiro de Xambá, situado em Olinda – PE.

“Primeiro quilombo urbano do Norte e Nordeste e segundo do país, o local é considerado um dos mais importantes núcleos de preservação das expressões culturais de origem africana, sendo polo de visitação e conhecimento. Diante de sua relevância, na atual gestão do município, foi instituído o Dia do Quilombo Urbano da Nação Xambá, comemorado em 13 de dezembro. Além da prática religiosa, a comunidade Xambá ganhou destaque pelo trabalho cultural, incluindo a música ancestral e as manifestações do coco de roda.” (Prefeitura de Olinda, 2020)

Figura 3: Terreiro de Xambá – PE.



Fonte: Diário de Pernambuco.

Os lugares de memória são antes de tudo rastros de memória, uma vez que quando a memória se materializa fora do âmbito psíquico, transformando-se em memória-dever, institucionalizada, não há mais uma existência natural e orgânica, pois só existem “locais de memória porque não há mais meios de memória”. (Nora, 1993, p.7)

Neste sentido, não há como materializar a memória pura, pois esta é uma subjetividade que está em nossas particularidades, porém toda materialidade pode se tornar um objeto de memória, sem hierarquização entre o que deve ser salvaguardado e o que deve ser descartado, a princípio tudo é memória, rastro de memória, uma vez que “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história”. (Nora, 1993, p.8)

Fazendo confluência entre as considerações de rastros da escrita apontadas por Jeanne Gagnebin (2006) e a compreensão dos rastros de memória de Nora (1993) podemos identificar semelhanças entre eles. Para Gagnebin,

Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente — sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não-intencionalidade. [...] Rigorosamente falando, rastros não são criados — como são outros signos culturais e lingüísticos —, mas sim deixados ou esquecidos. (Gagnebin, 2006, p. 113)

A autora aponta que os rastros da escrita se apresentam e influenciam a intencionalidade das ações, fazendo parte do processo de lembrança e esquecimento no

âmbito psíquico e da linguagem. Todavia, para Gagnebin (2006) deixar rastros não é um ato intencional, pois quem os deixa não têm o intuito de fazer com que sua trilha seja carregada significado, o que os tornam significativos é a tradução realizada com base nesses vestígios, como é o caso das memórias.

Para Nora (1993, p. 27), os lugares de memória se constituem na modernidade como os únicos lugares onde a memória ainda pode permanecer na forma de rastro, “(...) o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade; e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”. No mundo caracterizado pela transformação constante e aceleração da história, a única possibilidade de a memória ocupar um lugar significativo de atenção na modernidade é na permanência de rastro, sendo este não natural, nem artificial, mas produzido através dos interesses específicos e temporais.

Segundo Nora (1993), a mais importante função dos lugares de memória é sua função pedagógica, esses espaços possuem três características específicas que precisam estar inclusas em suas essências: a experiência material, a experiência simbólica, e, a experiência pedagógica. Para alcançar essas experiências, os lugares de memória devem ocupar um espaço demográfico, pois estão materializados, como por exemplo as instituições museais e centros culturais, mas também praças, ruas, cemitérios, locais de culto e outros. Precisam criar condições básicas para uma experiência simbólica entre passado e presente, bem próximo à uma experiência ritualística, onde a subjetividade ocupa um lugar significativo. E por fim, mas não menos importante, esses lugares também precisam transmitir pedagogicamente a memória, aproximando as pessoas dos rastros de memória, buscando vencer o esquecimento, alguns exemplos são os registros pedagógicos existentes em livros, catálogos, folhetos, manuais e arquivos.

Assim, não há como limitar os lugares de memória aos ambientes com características físicas pré-estabelecidas, posto que são as significações atreladas à essa materialidade que darão relevância e incumbências a esses espaços. À vista disso, podemos visualizar que as instituições museais apresentam potencialidades e valores para serem consideradas também lugares de memória, assim como os memoriais.

Seguindo com as conceituações, no campo museológico há uma lacuna no que diz respeito a etimologia da palavra “memorial”, bem como sua definição. O que dificulta a continuidade de pesquisadores que buscam difundir o tema dentro e fora da academia, visto que os estudos acerca da memória, seus rastros e registros têm crescido consideravelmente no campo, juntamente a outras áreas, e sem estes subsídios o caminho se torna mais árduo. Neste sentido, o historiador Jorge Barcellos (1999) já apontava a

dificuldade de uma definição assertiva de “memorial” para direcionar os estudos, os trabalhos, as reflexões e as práticas nesses espaços.

Uma fundamentação teórica do conceito de memorial poderá alterar as práticas que determinadas instituições, que ao se autodenominarem memorial, vem realizando práticas que de instituições similares na forma. Por outro lado, permite também esclarecer o “saco de gatos” no qual se transformou o conceito memorial, onde as mais diferentes práticas culturais de memória e produção cultural estão sendo acomodadas. (Barcellos, 1999, p. 1-2)

Desta forma, começaremos explorando a etimologia da palavra “memorial” no Dicionário Online de Português⁸ (2023). A definição da palavra, enquanto adjetivo, está “relativo à memória, à lembrança: cartão memorial, que merece ser lembrado; memorável”, já seu significado enquanto substantivo masculino está relacionado a

Exposição escrita, dirigida a autoridade pública, na qual se pleiteia alguma coisa.

Memória ou nota para a instrução de uma questão diplomática.

Livro de escrituração comercial; borrador.

Obra literária na qual o autor (ou um dos personagens) evoca fatos a que tenha assistido ou em que tenha tomado parte; memórias: o "Memorial de Aires", de Machado de Assis.

Monumento comemorativo ou que marca um acontecimento histórico: memorial pelas vítimas do Holocausto.

Obra escrita que traz relatos de memórias; memórias.

Caderno de apontamentos; memento. (Dicionário Online Português, 2023)

O Dicionário Online Michaelis⁹ (2023) mostra que a palavra “memorial” tem origem latim “*memorialis*”, que como adjetivo refere-se à “memória, a lembrança”, contudo, na qualidade de substantivo masculino está atrelado à “1. Relato descritivo de memórias. 2. Escrito em que se relatam e registram fatos memoráveis; memórias.”. Na área da Arquitetura pode ser considerado também um “monumento erigido em comemoração à pessoa ou coisa digna de ser lembrada.”; já na área jurídica diz respeito a “apresentação escrita feita pelas partes à autoridade do judiciário ou da administração expondo suas razões, após a instrução do processo, quando a causa contém questões complexas de fato ou de direito.”

À vista disso, o Dicionário Online Oxford Languages¹⁰ (2023) apresenta a palavra de origem latim tardio *memoriāle, is*, que significa 'aquilo que faz lembrar'. enquanto um adjetivo de dois gêneros faz menção ao que é “relativo à memória, à lembrança” e “digno de ser lembrado; memorável”. Contudo, como substantivo masculino a palavra memorial se apresenta em três áreas: a) Arquitetura, como: “1. monumento comemorativo; 2. relato de memórias; 3. obra concernente a fatos ou indivíduos memoráveis; memórias. 4. caderneta usada para apontar aquilo que se deseja lembrar; memento, memorando.”; b)

⁸ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/memorial/>.

⁹ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=memorial>

¹⁰ Disponível em: <https://languages.oup.com/research/oxford-english-dictionary/>

Contabilidade, como: “1. livro de notas em que se lançam resumidamente as operações comerciais efetuadas; borrador.”; e, c) Direito, como “tipo de relatório que descreve fatos relativos a uma perícia ou diligência.”

Posto essas informações etimológicas, é possível visualizar a multiplicidade do uso e aplicações do termo “memorial” em diferentes contextos, em sua maioria bem distantes da área patrimonial e institucional de memória. Porém, na qualidade de adjetivo a palavra estabelece estreita relação entre lembrança e memória, fortalecendo a ideia de um campo subjetivo e particular, que também podem ser inclusos o esquecimento e a seleção.

Para Barcelos (1999), o memorial está atrelado à prestação de homenagens aos personagens, coisas e locais considerados importantes, sendo sua principal coleção constituída por objetos que de alguma forma fizeram ou fazem parte da história de quem ou o que está sendo homenageado, como objetos pessoais, vestimenta, mobília, documentos, fotografias, entre outros.

Por outro lado, o autor também expõe que em alguns lugares os memoriais muito se assemelham aos centros culturais, onde é possível encontrar uma diversificação cultural em um mesmo prédio, como teatro, galerias de exposição, cafés e lanchonetes, ateliês e atividades artísticas e culturais que estão associadas à preservação da memória. Para o autor, este é um ponto que se deve atenção, pois há a possibilidade de no futuro os centros culturais levarem os memoriais à extinção e vice-versa.

Porém, compreende-se o centro cultural, posto pelo autor, um espaço muito mais amplo e diversificado, que possibilita muitas ações e expressões artísticas e culturais. Enquanto o memorial é aqui compreendido como um local com objetivo mais direcionado, geralmente com o foco em um objeto¹¹ central, que não necessariamente anula a existência um do outro, eles podem existir tanto inseridos um no outro, como de forma independente.

Nesta concepção e em concordância com estudo mais recente, o historiador Gunter Axt (2012) traz a definição de memorial a partir do estrangeirismo, tendo o inglês como referência. A noção muito se aproxima com a compreensão de monumento, estando o memorial relacionado à uma construção de pedra e cal, situado em um espaço público com o intuito de fazer menção à um ato histórico, personagem heroico ou, até mesmo, um marco simbólico de conquista, por exemplo.

¹¹ Considerando o termo “objeto” de forma ampla, incluindo pessoas, acontecimentos, materialidade, imaterialidade regiões, grupos, entre outros.

Para o autor, um espaço considerado memorial não necessariamente carece ter um acervo constituído para cumprir seu papel de vencer o esquecimento, o acúmulo de objetos pode ser realizado de modo gradual e temporal, sem atribuir a essa especificidade uma obrigatoriedade, como é o caso do Memorial Chico Science – PE.

O Memorial Chico Science está localizado no centro da cidade de Recife-PE e faz uso de diversos recursos para expor a história e a influência social do cantor, compositor, líder da banda Chico Science & Nação Zumbi e um dos principais precursores do movimento manguebeat, Francisco de Assis França, conhecido pelo nome artístico Chico Science, que faleceu no auge de sua carreira no final dos anos 90. O espaço dispõe de três salas que através das obras literárias, clipes, vídeos produzidos pelo artista, imagens e reportagens busca manter vivo o seu legado, sua história e sua memória para que as novas gerações possam conhecê-lo e as demais gerações não o esqueça.

Figura 4: Salão expositivo do Memorial Chico Science – PE.



Fonte: Prefeitura do Recife – Sol Pulquério/Arquivo PCR.

Pelo mesmo viés, o Memorial Luiz Gonzaga se apresenta enquanto um espaço de memória que busca preservar e difundir a cultura nordestina em conjunto com a história do Rei do Baião. De acordo com a Prefeitura do Recife (2022), o memorial conta com um

[...] rico acervo, composto por vasta biografia sobre o Rei do Baião, além de discos - alguns deles bastante raros, com 78 rotações -, fotos, instrumentos musicais e objetos típicos da cultura sertaneja, o Memorial foi inaugurado em 2 de agosto de 2008 e agora reassume a missão de levar ao público os bens de cultura material e imaterial produzidos por e a partir de Luiz Gonzaga. (Prefeitura do Recife, 2022)

Figura 5: Salão expositivo do Memorial Luiz Gonzaga – PE.



Fonte: Prefeitura do Recife – Andréa Rego Barros/Arquivo PCR.

Desta forma, a definição de memorial permeia pela compreensão do seu papel e missão institucional, variando de acordo com cada espaço, gestão e entendimento, em alguns momentos as noções de museu e memorial se confundem e acabam sendo colocadas enquanto sinônimos, quando na verdade possuem dinâmicas e objetivos distintos. Por isto é tão importante identificar e conhecer as naturezas institucionais, uma vez que a sociedade esteja cada vez mais engajadas em iniciativas culturais relacionadas à preservação de memórias em suas diversas perspectivas, compreender suas potências e limitações mostra-se enquanto fator crucial.

Portanto, as práticas realizadas nos memoriais relacionadas à prestação de homenagens através de objetos que possuem a potência de representar o homenageado(s) e que carregam significados, podem ser visualizadas enquanto atividades com a função de lembrar acontecimentos através da lembrança e, até certo ponto, vencer o esquecimento.

Em todas as definições aqui destrinchadas é possível visualizar que existem múltiplos caminhos a serem percorridos, muitas possibilidades de construir instituições de mesma natureza com distintos objetivos e linguagens. Essa diferenciação e detalhamento mostra-se enquanto um expensor reflexivo que nos convida a buscar para além dos modelos pré-definidos, que colocam todas as iniciativas enquanto semelhantes, excluindo suas potências e particularidades.

Nesta perspectiva, para analisar o Memorial Municipal de Gravatá tomou-se as lentes oferecidas pela Museologia Social, enquanto espaço institucional de memória com potencialidades de desenvolver as demais práticas museológicas, como conservar e documentar junto a sua comunicação expositiva. Enfatizando que “a função

contemporânea do museu é política e social e está ligada à construção de identidades. É a continuada reflexão teórico-metodológica que transformará os museus em local de contestação.” (Bruno, 2000, p. 25)

Uma vez que o campo museológico está inserido no campo museal, mas não necessariamente o inverso é regra, as práticas de conservação, documentação e comunicação museológicas conseguem ser desenvolvidas em âmbitos distintos do mundo dos museus, ficando sob responsabilidade das pessoas encarregadas pelas coleções, instituições e seus recursos, analisar, adequar e modificar as formas como essas ações, aqui ainda mais destacada a comunicação museológica, são aplicadas de acordo com cada caso, necessidade e possibilidade.

Deste modo, é de suma importância identificar de quem, para quem, em que local, de que forma e com qual objetivo essas instituições se debruçam, dessa forma se torna mais claro e fácil construir estratégias e atividades específicas de acordo com suas demandas e urgências. Estando incluso, também, até a formação do quadro profissional atuante nesses espaços, priorizando sempre a interdisciplinaridade e a troca de conhecimentos, numa espécie de intercâmbio, tendo como objetivo central que esses espaços, independente de suas naturezas, servem a sociedade e precisam ser visualizadas enquanto espaços transformadores e revolucionários.

2.2 MUSEALIZANDO RASTROS DE MEMÓRIAS

Dirigir-se ao passado, sem nenhuma perspectiva de mudança, implica a comemoração da ordem estabelecida, a afirmação da ordem jurídica, dos valores culturais dados, da verdade científica imposta, a repetição do conhecimento. (Chagas, 2002, p. 46)

No contexto ocidental, nossa relação com a arte e a cultura é mediada por instituições museais há mais ou menos uns 200 anos, principalmente fazendo uso das produções artísticas no estabelecimento de relações direta com a fé, por meio de objetos que referenciavam o invisível, por meio do culto e veneração inicialmente. Com o passar do tempo, as obras de arte, bem como as peças utilizadas em cultos, rituais e também no cotidiano ganharam outros espaços, passando a serem admirados e reconhecidos enquanto documentos, para além da prática de veneração, despertando o prazer do reconhecimento em quem as observam.

Ler e interpretar objetos passa por um lugar íntimo de cada indivíduo, por fazer parte de uma construção subjetiva, interligada às experiências, influências, conhecimentos e vivências particulares, criando um mundo de signos e significados individuais e coletivos. Museus tradicionais, comunitários, virtuais, memoriais,

monumentos, paisagens e toda experiência que aproxima pessoas aos mais diversos contextos sociais, históricos, culturais e artísticos conseguem despertar um mundo subjetivo específico em cada indivíduo através da memória.

Antes de compreendermos como a memória se faz presente na sociedade e como seus rastros estão impressos nas instituições museais e nos objetos, faz-se necessário abordar a concepção de Pierre Nora (1993) sobre a significativa distinção entre o conceito de memória e de história. Para alguns, esses dois termos são sinônimos por estarem ligados aos acontecimentos passados e remeterem a pessoas e ações que marcaram de alguma forma o desenvolvimento da humanidade.

Porém, para Nora (1993) a memória é compreendida como um elo entre gerações, que está acomodada a detalhes que a alimenta, através de lembranças sensível que aproxima e une pessoas. Segundo o autor, é preciso falar de memória porque não há mais memória, ao mesmo tempo que ela remete ao passado está presente na atualidade. Por mais subjetivo que possa parecer, a memória é comparada à vida

sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (Nora, 1993, p.9)

Enquanto a história tem por objetivo controlar, produzir e ressignificar a memória, ou seja, representa e interpreta o passado. A partir do momento que há mediação e intervenção, não estamos mais lidando com memórias, mas sim com histórias. Para auxiliarmos-nos nesse entendimento, Nora (1993, p. 9) mostra que a memória é tão múltipla quanto a diversidade humana, e que ela é “por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”, sendo este é um dos principais aportes responsáveis pelo desempenho da vida.

Segundo o sociólogo Maurice Halbwachs (2005), a memória é um produto social que possui características temporais e espaciais, sendo difundida e assimilada por grupos sociais diversos. A memória é, em suma, coletiva, pois está contida na sociedade de maneira espontânea, fornecendo dados para a reconstrução social e a constituição de memórias individuais, que buscam no passado fatos que de alguma maneira se relaciona com o presente. Contudo, a memória é fruto de uma fruição cotidiana, sem padrões ou parâmetros, sendo inclusive, passível de modificações e manipulações.

Para o autor, a memória coletiva está em constante transformação e relação com o esquecimento, trata-se de um jogo de seleção, onde o excluir e o ressaltar se tornam os únicos caminhos. Este fenômeno é o responsável pela integração de um indivíduo em seu grupo social, possibilitando que o mesmo se integre ao meio social e possa agir em

coletividade, ao mesmo tempo que forma sua memória individual, por meio da compatibilidade de seus interesses particulares e os desejos coletivos.

Muito se fala sobre “esquecer” e “lembrar” de maneira solta, sem contextualização, como se essas duas palavras possuíssem significados estáticos e únicos. Contudo, Meneses (2018) nos alerta sobre a multiplicidade de atribuições atreladas ao verbo “esquecer” que nos ajuda a compreender as mais diversas relações em sociedade, com isso:

Paul Connerton, da Universidade de Cambridge, autor de um livro sobre “como a modernidade esquece”, num estudo de tipos de esquecimento começa dizendo que “muito do debate sobre a memória cultural foi moldado pela visão comum, se não universal, de que lembrar e comemorar é considerado uma virtude e que esquecer é necessariamente uma falha. Mas esta afirmação não é auto-evidente”, completa ele. Assim, para demonstrar a complexidade do tema, propõe ao menos sete tipos designados pelo mesmo verbo “esquecer”: o apagamento repressivo (o poder abafa a memória, como nas ditaduras), o esquecimento prescritivo (por pressão da sociedade), o esquecimento que é constitutivo da formação de uma nova identidade (quando os ganhos sobrepujam as perdas, como com os imigrantes); a amnésia estrutural (derivada das hierarquias sociais); o esquecimento como anulação (por saturação); o esquecimento como obsolescência planejada (típica do sistema capitalista de consumo); o esquecimento como silêncio humilhado (aquele de acontecimentos vergonhosos ou constrangedores). Como se vê, o cardápio é extremamente variado e ignorá-lo leva a simplificações deformantes. (Meneses, 2018, p. 2)

Assim como o esquecimento se apresenta de maneira imposta ou espontânea, a recordação também se comporta de tal maneira. Para Halbwachs (2005), a memória é caracterizada de dois modos: involuntária e voluntária. A memória involuntária invade nossa mente sem que a almejamos, ela é despertada através de um conjunto de sensações espontâneas, estabelecido pela liberação de uma lembrança. Esta surge independente de nossa vontade, ela é imprevisível, considerada a mais pura, por não sofrer influência do intelecto. Já a memória voluntária está relacionada a evocação de maneira racional, geralmente, é adquirida pelo hábito e por ser invocada e constituída a partir de uma percepção e interesse determinado, não é considerada totalmente verdadeira, justamente por ser despertada de modo não natural.

Nesta acepção, a memória é um produto manipulável, não é possível ter o controle total sobre ela, uma vez que lembramos e esquecemos de acordo com as vontades pessoais, através dos sentimentos, como o ressentimento, por exemplo. Ela se apresenta enquanto um processo dinâmico, estando em diálogo direto com o esquecimento e a lembrança, sendo um importante dispositivo construtivo da identidade social, principalmente da sociedade moderna e contemporânea. Estando relacionada à recordação de acontecimentos e experiências baseada em algo significativo, estruturada na coletividade social.

Em alguns momentos, é possível confundir a memória com uma lembrança criada ou vivida, pois com o passar do tempo vamos editando as recordações em nosso intelecto de acordo com nosso presente e influências sociais. Trata-se de uma relação entre o esquecimento e a lembrança, a partir de uma seleção de prioridades. Neste sentido, o desafio se torna resgatar os acontecimentos passados sem interferência subjetiva, uma vez que as subjetividades individuais, manifestadas nas memórias, a modificam tornando-as histórias.

Assim sendo, acessar a memória não é possível sem que haja mediadores que facilitem o alcance de uma lembrança, por isso, a maneira mais comum de aproximar-se dessas memórias são através da materialidade. Associar um objeto a uma pessoa, um fato, um tempo e até mesmo a um local, denota atribuição de significados e alteração de sua função social, além de auxiliar a difusão da memória por meio da materialidade, sendo mais acessível do que se a mantermos no campo do intelecto.

A materialização vai além dos objetos, aqui também são considerados os monumentos, construções arquitetônicas e espaços demográficos. Assim é possível identificar que os rastros de memória estão presentes numa totalidade material muito mais ampla do que se considerarmos apenas as peças tridimensionais. Com isso, os espaços que abrigam essas coleções, bem como suas localizações também constituem seu acervo e comunicam discursos construídos a partir de uma intencionalidade.

Desta forma, há no campo museológico o processo denominado “musealização”, que exprime a atribuição e ressignificação do objeto em seu meio social. Com base em Mairesse e Desvalles (2013), a musealização se configura enquanto a institucionalização de um objeto que faz ou fez parte do cotidiano social e possui a potencialidade de se tornar um signo representativo de algo ou alguém, em um espaço e tempo.

De um ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal. (Mairesse; Desvalles, 2013, p. 56)

Através da musealização os objetos que antes cumpriam sua função social passam a cumprir uma função cultural e histórica, uma vez que agora possuem o dever de comunicar algo para a sociedade. Por exemplo: um par de óculos tem por objetivo corrigir problemas oftalmológicos, porém o par de óculos do Monsenhor Paulo Cremildo Batista de Oliveira¹², ficando conhecido pela população por ser um personagem importante para

¹² Popularmente conhecido como Padre Cremildo, foi prefeito da cidade de Gravatá-PE, professor, conselheiro, diácono, padre, pároco, cônego, vigário-geral e monsenhor.

o desenvolvimento do município, é compreendido enquanto um objeto representativo, que ao ser exposto fará referência à uma memória coletiva da cidade.

E a partir dessa atribuição de significados todas as ações em volta desse objeto serão modificadas. O manuseio, o acondicionamento, a elaboração de uma exposição, a criação de documentação, a preservação, empréstimo para outras instituições, difusão de informação e tudo o mais que gira em torno de um objeto musealizado.

As relações entre indivíduo e objeto são modificadas e o que antes era uma peça do cotidiano, hoje possui rastros de memória impressos que a torna uma ferramenta capaz de provocar reconhecimento identitário, rememoração de histórias e caminho para acessar o passado, como explica Mairesse e Desvalles (2013):

O processo de musealização não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu [...] Por meio da mudança de contexto e do processo de seleção, de “thesaurização” e de apresentação, opera-se uma mudança do estatuto do objeto. [...] uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica. (Mairesse; Desvalles, 2013, p. 57)

À vista disso, Bruno Brulon (2015) enfatiza a necessidade de realizar o processo de musealização que preveja uma relação com uma comunidade que não conhecemos, pois, ao exhibir esse acervo não há como controlar quem irá vê-lo e como esta pessoa irá digerir a mensagem apresentada. O que de certa forma, é uma boa maneira de provocar e despertar diferentes opiniões e visões sobre um mesmo acervo, porém há o risco de manipulações e distorções do conteúdo exposto, gerando conflito de informações.

A linguagem dentro do recinto museal é a principal questão para entendimento do acervo exposto. Segundo Pearce (2005) a língua é um parâmetro socialmente construído que influencia diretamente a fala, que contém conteúdo social, ou seja, o modo como as informações são repassadas ao público é diretamente atuado sobre seu conteúdo. Dado que a linguagem – seja ela qual for o seu suporte – atrelada às ações desenvolvidas no trabalho da musealização influi na criação de uma nova imagem do objeto exposto, transformando sua relação com a realidade e o colocando em um lugar que produz e reproduz práticas sociais, principalmente dos responsáveis por essa intervenção.

O trabalho da musealização leva à produção de uma Figura que é um substituto da realidade a partir da qual os objetos foram selecionados. Esse substituto complexo, ou modelo da realidade construído no seio do museu, constitui a musealidade, como um valor específico que emana das coisas musealizadas. A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma. (Mairesse; Desvalles, 2013, p. 58)

Junto a musealização e atribuições de significados às peças, advêm costumes e posicionamentos desiguais e hierarquizantes. De acordo com Anibal Quijano (2005), temos uma herança euro centrada que está enraizada em nossa sociedade latino-americana e serve como parâmetros de dominação e segregação desde a colonização e exploração de territórios. E esses vestígios se reproduzem de modo incontrolável não apenas nas relações interpessoais, mas também, e principalmente, nas relações culturais, histórias e artísticas.

2.3 MARCADORES SOCIAIS E AS RELAÇÕES DE PODER

A noção de superioridade de determinado grupo social sob outro está evidente desde os primeiros vestígios humanos. Segundo Quijano (2005), com a acumulação do capital econômico, por volta dos séculos XII e XIII, surgiram as estruturas de poder baseadas no eurocentrismo, configuradas a partir de formas de dominação, principalmente com a criação da categoria de “raça” para segregar e subalternizar os indivíduos.

A noção de raça foi criada como ferramenta principal na dominação laboral, cultural e social, o branco europeu visualiza sua cor de pele como marcador de superioridade sobre outros indivíduos com tons de pele diferentes, como os povos africanos, originários, das américas e asiáticos. Quem não se encaixava ou se adequava aos padrões europeus, era tido como primitivos, ligados à natureza, sem razão ou racionalidade. Surgindo assim a pirâmide racial como divisão de trabalho, mas também segregação na religião, na ciência, na social e na cultura. (Quijano, 2005)

Por consequência, a divisão e dominação atravessa todas as relações sociais existentes, incluindo as que acontecem dentro de espaços culturais, educacionais e históricos. Nessa perspectiva, a hierarquização se faz presente no tratamento dos acervos, na elaboração de narrativas, histórias, registros de memória e nas atividades desenvolvidas em torno destes, através da seleção do que deve ser esquecido ou lembrado, preservado ou descartado, o que deve ser acomodado no centro e o que deve ser alocado nas laterais, sua altura, iluminação, coloração, legendagem, identificação, manuseio, existência e relacionamento com o público. Todas essas formas de contato com peças, representações e culturas demandam ser pensadas e respeitadas, pois, essas seleções atravessam o campo da rotulação e classificação.

Nesta mesma direção, partindo do artigo provocativo da museóloga Girleene Bulhões (2016), faz-se crucial apontar aqui também que as atitudes relacionadas às práticas hierárquicas e classificatórias de acervos em instituições culturais e museais estão diretamente ligadas as semelhanças de quem as executam. O modo como são

privilegiadas e selecionadas coleções e peças estão, em maioria, em concordância muito mais com nossas crenças do que com o compromisso social, por exemplo.

Mesmo instituições criadas e geridas por grupos subalternizados, correm o risco de delimitar um campo de possibilidades no qual apenas as assemelhadas(os) entre si ou o que foi consagrado por suas tradições oficiais naturalizadas têm suas memórias e bens culturais preservados e comunicados. (Bulhões, 2016, p. 20)

Portanto, torna-se indispensável o respeito e o profissionalismo diante do manejo dos rastros de memória estampados materialmente e em discursos proferidos. Como a autora enfatiza, muitas vezes as atividades desenvolvidas dentro das entidades culturais podem atrapalhar na identificação de fatos, por isso é crucial que sejam realizadas de maneira responsável e compromissada, para que inverdades não se tornem base para a elaboração dessas ações práticas.

Assim como na sociedade e nas instituições culturais existem segregações e seletividades, a memória também é estruturada a partir de divisões e hierarquias. Para Pollak (1992), a memória tem a capacidade de definir a noção de coletividade de um grupo e definir o sentimento de pertencimento e semelhança, inclusive pode ser utilizada também para separar e diferenciar grupos, fundamentando e reforçando elos socioculturais.

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Pollak, 1992, p. 204)

E quando essas características são impressas na materialidade, essas aproximações são fortalecidas, como se os objetos representativos servissem como suporte legitimador de identidades. Deste modo e em concordância com os autores supracitados, não é possível afirmar que as memórias podem ser acessadas diretamente, sem intervenções, mesmo que as pessoas que vivenciaram a temporalidade e espacialidade destacada narre ou detalhe os fatos, ainda haverá interferências particulares nesses registros.

Por isso, é importante destacar que acessamos apenas aos rastros dessas memórias, pois a memória em si, já não mais existe, como enfatizado por Pierre Nora (1993). Da mesma forma, o que são visualizados nas recriações de espaços históricos através da narrativa material são os rastros de memórias impressos na materialidade, que por sua vez, podem ser manipuladas e adaptadas de acordo com interesses e necessidades pessoais.

Ou seja, até mesmo objetos que fizeram parte de acontecimentos passados e que no presente cumprem a função de representar algo ou alguém, são passíveis de alterações. Uma vez que identidades e costumes também são modificados, atualizados e repassados com o passar do tempo, se, então, os rastros de memória também fossem estáticos não

existiria a noção de continuidade. Pois quando se evidencia a necessidade de lembrar do passado, destaca-se a importância de aprender com experiências, identificar acontecimentos que podem inclusive justificar ações futuras e assim, garantir o processo contínuo de aprendizagem.

Neste sentido, Ulpiano Bezerra de Meneses (1992) ressalta que os objetos são vistos na qualidade de documentos, pois nas instituições museais o acervo assume, também, a função de comunicar por meio do fornecimento de informações extrínsecas e intrínsecas. Ou seja, com base nas peças expostas é possível compreender temporalidade, espacialidade e relações sociais, uma vez que a materialidade consegue expressar indícios e características específicas que servem de apoio para essas identificações, mesmo que para que isso aconteça de esses objetos perderem as finalidades que determinavam sua função social.

Porém, não necessariamente o desuso deve estar atrelado ao objeto enquanto algo crucial, a inutilidade pode ser desconsiderada em alguns casos. Em muitos espaços de memória, como é o caso do Museu Kapinawà¹³ localizado em Buíque-PE, o acervo material está exposto em um espaço físico, desempenhando seu papel representativo e compreendido na qualidade de objeto musealizado, todavia ainda fazem parte das atividades cotidianas e ritualísticas da comunidade, sendo removidos e utilizados à medida que as pessoas necessitam e depois são devolvidos a suas acomodações expositivas.

Deste modo, os objetos continuam cumprindo suas finalidades primeiras associados de seus simbolismos de representatividade. Os possuidores desses objetos e os visitantes destes espaços constroem relações distintas com esses bens culturais, são diferentes formas de lidar e manusear, algumas de modo mais profundas e outras mais superficiais, a transferência de informação e significado acontece de modo particular.

No sentido de materialidade e a imaterialidade andarem juntas, Ulpiano de Meneses (2009) enfatiza que o patrimônio cultural de modo geral necessita estar apoiado em “vetores materiais” para serem expressos. Modos de fazer, saberes, festividades e rituais, bem como rastros de memórias, discursos, histórias e identidades carecem de suportes materiais para se manifestarem, seja por meio de locais demográficos, objetos

¹³ A pesquisadora participou das atividades de campo “Vivência e Introdução a organização do Museu Virtual Kapinawá” junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnocidade, sob coordenação e orientação do professor e antropólogo Renato Athias, com o intuito de elaborar um museu virtual dos povos indígenas Kapinawà, bem como ensiná-los práticas museológicas de conservação preventiva e documentação museológica através de uma metodologia colaborativa e participativa, enquanto era discente da disciplina de Etnomuseologia II do curso de Bacharelado em Museologia/UFPE, no ano de 2018.

tridimensionais, construções arquitetônicas ou demais apoios físicos. Isto não quer dizer que as subjetividades não existam sem a materialização, mas para que sejam manifestas e apresentadas necessitam deste suporte.

Segundo o autor, a estes objetos materiais são atribuídos cinco tipos de valores, que não necessariamente precisam ser cunhados de maneira individuais, é possível que um único bem possua, inclusive, os cinco valores. São eles: os valores cognitivos, relacionados à “oportunidade relevante de conhecimento”, visando o objeto na qualidade de documento; os valores formais, sendo os “atributos capazes de aguçar a percepção”; os valores afetivos, entendidos como as “vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens”; os valores pragmáticos, sendo os “valores de uso percebidos como qualidades”; e por fim, os valores éticos, “associados às intenções sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro.” (Meneses, 2009, p. 35-37)

Quando essas incumbências são depositadas em um espaço institucionalizado, como o caso de museus e memoriais, esses locais acabam fazendo uso dos objetos como ferramenta de acesso ao passado e reafirmação de significados, transformando-se em autoridades legitimadoras de culturas e memórias. O poder de determinar o que é representativo, ou melhor, a definição do que é considerado patrimônio cultural não é dever exclusivo de entidades institucionalizadas. De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988:

Art. 216a. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012) (Brasil, 1988)

Mesmo com o reconhecimento frequente de patrimônios materiais e imateriais que representam e reforçam uma identidade, pouco se fala de quem possui o poder de ditar o que é patrimônio ou não. Como esses valores são atribuídos, como são decididos os parâmetros de representatividade social e como são realizados recortes identitários, visto que o patrimônio cultural está imerso numa pluralidade, deste modo não cabe reduzi-lo à interesses particulares e específicos. Inclusive, são esses delineamentos seletivos que podem excluir, silenciar e apagar um grupo, a partir da escolha desses patrimônios culturais, sejam materiais ou imateriais, locais, regionais, nacionais ou, até mesmo, mundiais.

No caso de museus, centros culturais e memoriais, em específico, são vistas na qualidade de instituições facilitadoras do acesso à informação, cultura, arte e história, não autoridades ditadoras da verdade. Por esta razão, não cumprem seu papel social de preservar e promover o desenvolvimento humano sem o auxílio da comunidade, bem como não conseguem progredir com as atividades culturais, que possuam a finalidade da rememoração de vestígios histórico e reafirmação de significados e identidades, considerando suas transformações ao longo do tempo, como ressalta Meneses (2018):

[...] tanto a memória, como, aliás a cultura, quanto, enfim, as comunidades identitárias não são fenômenos ou entidades homogêneas, pré-definidas, estáticas. São complexos em processos de transformação permanente ao sabor dos interesses humanos e das forças atuantes nos contextos. (Meneses, 2018, p. 10)

Para que essa relação seja facilitada, aconselha-se a aproximação das pessoas com esses bens culturais, seja no sentido de convivência nesses espaços, seja na realização de atividades em conjunto, ou até mesmo, no estímulo da realização de pesquisas, como visto na Mesa Redonda de Santiago do Chile (ICOM, 1972). Neste sentido, a aprendizagem será estimulada junto às lembranças, descobrindo novas formas de lidar com os rastros de memórias registrados na materialidade, sem apagar os progressos já realizados anteriormente.

Em algumas perspectivas, a melhor maneira seria a de preservar um patrimônio com o isolamento e a restrição de seu acesso, tornando-o um bem sagrado, intocável e inacessível, passível apenas de apreciação e adoração. Giorgio Agamben (2007), em seu artigo “Elogio da profanação”, através de uma narrativa histórica, filosófica, estética e filológica, ressalta que a sacralização não é considerada uma benfeitora ao desenvolvimento humano, uma vez que a existência da condição de sagrado afasta e retira objetos e experiências do uso comum.

Para uma melhor compreensão do que Agamben (2007) quer dizer com “profanação”, primeiro é necessário entender a definição do seu antônimo: a sacralização. Segundo o autor, sacralizar é o ato de não utilizar de forma comercial ou de usufruto pessoal de coisas que eram pertencentes aos deuses – aqui podemos ampliar para personalidades tidas como importantes – sendo assim sagrados ou religiosos. Isolar os bens culturais, sejam eles de qualquer suporte, é segregar e hierarquizar conhecimento e informação, bem como reproduzir posicionamentos no âmbito da colonialidade. Uma vez que ao limitar o acesso à cultura, arte, história e educação por determinado grupo social, região ou ocasião, é ignorar a busca pela difusão e pluralidade em sociedade.

Indo de encontro com essa sacralização, o autor mostra como contrapartida a profanação, que ele define como o ato de “tirar do templo (*fanum*) onde algo foi posto, ou retirado inicialmente do uso e da propriedade dos seres humanos” (AGAMBEN, 2007, p. 8). Sendo vista como uma forma de libertar, mesmo que essa reinserção ao uso comum não permita que a santificação do objeto seja ignorada de sua trajetória, pois todos os acontecimentos existentes na história de um patrimônio, compõem sua identidade e define seu comportamento social.

Sendo assim, essa reinserção não se refere à simplesmente colocar novamente em uso os objetos que cumprem a função de representar. Uma das preocupações de Agamben (2007) vai além desse pensamento, ele busca superar e desativar múltiplas consagrações que se conservam em diversas concepções, ou seja, a desativação dos dispositivos de poder, sendo a principal delas a consagração do capitalismo.

Esta consagração acontece, pois o capitalismo é tido como o dispositivo que permite com que o capital seja mais valorizado e sacralizado do que o próprio significado de memória, por exemplo. Ao destinar objetos musealizados ou em potência de representatividade para mero culto de apreciação, estamos deixando de lado seu valor utilitário, na qualidade de documento, difusor de conhecimento, reafirmador identitário para reduzi-lo a sacralização.

À vista disto, é de suma importância atentar-se as formas de lidar com rastros de memórias, representações sociais, patrimônios culturais materiais e suas relações, seja dentro ou fora das instituições museais, visto que cada um possui particularidades e valores específicos. Esses bens devem ser compreendidos na qualidade de potências sendo constantemente estudadas e atualizadas, em virtude de que não são ferramentas engessadas e limitantes.

A materialidade não se resume apenas à estrutura física, ela se expande aos usos e suas subjetividades, que podem ser impulsionados por memórias voluntárias ou involuntárias, construindo e modificando memórias. Deste modo, por mais que a impressão das memórias em bens matérias busquem ser fieis aos acontecimentos reais, elaborando percursos e narrativas, é fato que, desde a atribuição de valores até os manuseios e seleções, os interesses pessoais, crenças e particularidades de quem executa essas ações e as gerenciam são evidenciadas e expostas.

Neste contexto, ao construir narrativas e difundi-las é preciso atentar-se às produções de sentido e a maneira como as pessoas irão acessar esses conteúdos, pois assim como na sociedade, nas instituições culturais a utilização do poder e interesses nas

tomadas de decisões interferem diretamente as dinâmicas sociais e suas relações com a cultura e história.

2.4 O PODER DE NARRAR E SEU REVÉRBERO

Compreender esse discurso, composto de som e silêncio, de cheio e vazio, de presença e ausência, de lembrança e esquecimento, implica a operação não apenas com o enunciado da fala e suas lacunas, mas também a compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde se fala. (Chagas, 2002, p. 43)

Antes de compreendermos como os registros de memórias são transformados em narrativas, que por sua vez são perpetuadas e definem as múltiplas formas de compreender histórias e culturas por meio da materialidade, mas não apenas por ela, é crucial identificarmos como as subjetividades e interesses individuais são construídos dentro da sociedade. Dado que, são essas características que formam o indivíduo, que por sua vez constroem discursos e moldam histórias e memórias, dentro e fora de instituições culturais.

No que tange a construção de grupos social, seus comportamentos e dinâmicas, o sociólogo francês, Pierre Bourdieu (2007), explica como são formadas as desigualdades e diferenças sociais, a partir da disputa de poder dos indivíduos. Bourdieu (2007) defende que a sociedade não se organiza sozinha e que os pessoas que as formam não conseguem transformá-la, nem se organizarem de maneira independente, assim fazem uso de estruturas pré-estabelecidas para o desenvolvimento da convivência social, esse conceito ele denominou “estruturalismo construtivista”. Esse pensamento difere do que o sociólogo Émile Durkheim (1978) apontava, ao defender justamente o oposto desse posicionamento, como o “fato social¹⁴”.

Deste modo, a sociedade e os comportamentos sociais são moldados através do que ele chama de “*habitus*”, uma corporificação do comportamento e da estrutura social estabelecida com relação direta no processo de socialização. Ou seja, é através do *habitus* que os indivíduos se desenvolvem particularmente dentro da sociedade, a partir da posição social que ocupa, demonstrando comportamentos sociais específicos e pré-determinados a partir do contexto em que este está inserido. De acordo com o autor, cada indivíduo social possui gostos, sentimentos, comportamentos, subjetividades e demais particularidades por causa de estruturas pré-definidas socialmente, o que se torna difícil a quebra desse ciclo, já que o *habitus* se retroalimenta.

¹⁴ Para Durkheim (1978) o fato social se constitui por um modo de agir coletivamente, onde o indivíduo é obrigado a se moldar perante as condições da sociedade. Nesse caso, as atitudes individuais são influenciadas diretamente pela coletividade, não o oposto.

Seguindo o pensamento de Bourdieu (2007), o *habitus* se desenvolve em um espaço simbólico que ele denomina “campo”. Que nada mais é do que o espaço de atuação do indivíduo na sociedade, onde diferentes agentes sociais disputam posições e buscam legitimidade e validação de suas ações e seus posicionamentos. O indivíduo se comporta de acordo com o contexto em que está inserido, mas de forma específica, buscando sempre se destacar, quase como maneira de sobrevivência.

O sociólogo também explica como se dá essa disputa. Assim como em qualquer dispositivo social, nas artes a hierarquia se dá entre dominantes e dominados, Bourdieu (2007) aborda que o gosto estético está intimamente ligado às demandas socioculturais, relacionado ao capital cultural, sendo este um conjunto de recursos e competências acumulados durante a vida social. Dentro deste gosto estético, existe o gosto puro e o gosto bárbaro: o primeiro é munido de capital cultural e compreende a arte a partir do intelecto, dos estudos, relacionado à quem possui formações acadêmicas e acesso à melhor educação, está mais próximo da classe dominante; o segundo é desprovido de capital cultural e compreende a arte a partir da “estética popular”, pela percepção comum e se deixa afetar naturalmente, estando mais próximo da classe dominada.

Desta forma, é possível compreender que até os gostos não são vistos apenas como escolhas subjetivas e aleatórias, se trata de uma objetividade interiorizada influenciada pelo contexto social, ou o *habitus*. Sendo este formado por diferentes capitais, não apenas pelo econômico, como defendia o sociólogo Karl Marx¹⁵ (2019), mas sim por todos os elementos que se acumulam ao longo da vida e que também contribuem para as diferenças e desigualdade sociais. São eles: **capital econômico:** dinheiro, posses, propriedade; **capital social:** relações sociais, redes de influência; **capital cultural:** educação, acesso, bagagem cultural, saberes; **capital simbólico:** posição social que alguém ocupa.

Seguindo essa noção de construção social por parâmetros estabelecidos, a racialidade destaca-se enquanto um dos fatores que mais influenciam as relações desiguais em sociedade. O professor Silvio Almeida (2019) em sua produção “O Racismo Estrutural” explica como esse fator é capaz de interferir na dinâmica entre as pessoas de cores de pele diferentes.

Para Almeida (2019), o racismo não se resume a uma violência direta, ele compreende as relações enquanto condições normais e racionais, constituindo as ações conscientes e inconscientes, uma vez que o racismo está registrado na estrutura social

¹⁵ Para Karl Marx (2019), o capital é visto enquanto valor monetário, que se apresenta enquanto fator determinante nas relações sociais. Tendo influência direta na formação de classes sociais desiguais, pautadas nas produções materiais que são condicionadas à sociedade por meio do sistema capitalista.

humana, determinando como o funcionamento da sociedade deve acontecer. As pessoas estão inseridas nas seguintes dimensões que constituem o racismo estrutural: a economia, a política e a subjetividade

O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre 'pelos costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição'. Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (Almeida, 2019)

As relações abordadas pelo autor supracitado são responsáveis pela dinâmica social e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento humano, todavia, são estruturadas com base na ideia de raça e gênero, delegando poder, autonomia e autoridade para determinado grupo hegemônico, o padrão colonial branco, excluindo e marginalizando todos aqueles que não fazem parte desse engendramento. Provocando dessa forma tensões sociais, tornando as pessoas mais vulneráveis a todas as formas de violência.

Nessa perspectiva, a psicóloga Cida Bento (2022), aborda um conceito capaz de explicar como privilégios raciais se concretizam e influenciam a sociedade. Trata-se do "pacto narcísico da branquitude", um pacto não verbalizado, sem acordo ou combinação, dado de maneira natural, que mantém o mesmo segmento, em geral homens brancos, ocupando lugares de poder nas instituições das mais distintas esferas, nesses espaços se encontra um padrão pré-definido de pessoas que lideram e tomam decisões que induzem a dinâmica da sociedade.

Esse pacto ao mesmo tempo que reforça e fortalece a identidade, os privilégios e os benefícios dos iguais pertencentes a esse grupo homogêneo, afasta e exclui quem possui diferenças e não se enquadra no modelo padrão estabelecido, ou seja, dessa forma as desigualdades sociais são sustentadas, criando situações onde o poder estará concentrando nas mesmas mãos.

De acordo com Priscila Silva (2017), o conceito de branquitude foi cunhado na década de 1990 nos estados unidos e difundido no mundo acadêmico, com o intuito de estudar a centralidade branca dos fenômenos, como as pessoas brancas compreendem o mundo, as pessoas ao seu redor e elas próprias, além de observar quais são as atitudes que essas pessoas brancas tomam para manter suas posições de destaque e poder.

Silva (2017) compreende que a branquitude é o produto da relação colonial que determinou configurações subjetivas dos indivíduos e determinou espaços sociais para brancos e não brancos. São essas configurações coloniais, excludentes e racistas que estão

enraizadas e naturalizadas na sociedade contemporânea, por causa de padrões clássicos que não são testados, questionados e repensados, reforçando o racismo estrutural.

A existência do comportamento intrínseco do branco ao apontar e categorizar os não-brancos a partir de suas objetividades e subjetividades, acaba desdobrando em vantagens e privilégios materiais, posicionamentos sociais e disputa de poder acima dos não-brancos. A partir da branquitude, é possível identificar como os conceitos e a compreensão de mundo que temos hoje, geralmente foi elaborada a partir de uma visão branca, estando essas visões e experiências atreladas à um modelo do que deve ser seguindo, como modo de agir, de pensar, falar, interpretar, se expressar, além de buscar monopolizar conhecimentos, estilos de vida, experiências e comportamentos.

Neste sentido, Bento (2022) ressalta que os privilégios brancos estão ligados à meritocracia, desta forma quem não possui o “mérito” de ter pele clara está sujeito à marginalidade, sendo essa distribuição injusta de privilégios uma das principais causas da existência das desigualdades sociais. Além de que existe um pacto narcísico, sendo uma necessidade de repassar esses privilégios para as próximas gerações, como uma forma de manutenção do poder, garantindo que os benefícios e as tomadas de decisões permaneçam dentro de um grupo social específico.

Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor, na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro. (Bento, 2020, p. 14-15)

Trabalhar a branquitude numa perspectiva decolonial, é compreender como as relações raciais atravessam a sociedade, influenciando diretamente nas dinâmicas culturais, patrimoniais e artísticas, dentro de instituições museais, nas narrativas que comunicam os acervos e na constituição desses acervos, mas também é visualizar como essas ações podem ser modificadas através do reconhecimento do privilégio que pessoas brancas carregam. Sendo esta uma luta constante e incansável.

Em concordância com Meneses (2018), a consciência histórica deve se fazer presente nas relações sociais, culturais e educacionais, sendo uma responsabilização individual e coletiva indispensável para a não alienação e manipulação dos fatos. Dentro e fora das instituições museais o compromisso com o combate à violência – seja ela qual for sua forma – proveniente de prerrogativas de uma parcela da sociedade deve uma das formas de desnaturalização de privilégios.

Desnaturalizar significa aqui se convencer de que os processos e eventos históricos não são fatalidades, mas fruto, dentro das circunstâncias, dos interesses em causa. Consciência histórica é a percepção, p.ex., de que a

dominação do homem pela mulher, dos negros pelos brancos, ou dos fracos pelos fortes, não são um fato derivado da natureza, mas de vantagens consciente ou inconscientemente em jogo e que se legitimam como se fossem naturais. Para resumir: consciência histórica é o entendimento de nossa responsabilidade como pessoas da história. (Meneses, 2018, p. 8)

Desta forma, alguns dispositivos podem ser utilizados enquanto ferramentas de combate ao racismo e às atitudes segregacionistas. A comunicação se mostra como um desses fatores, porém é preciso atentar-se à forma como palavras são proferidas, histórias são reproduzidas e narrativas e discursos são criados.

O filósofo Michel Foucault (1971) nos explica que o discurso se dá enquanto prática social, dependente de um espaço e um meio para que ele se apresente, fazendo uso de imagens, da escrita e/ou da fala, produzindo sentidos ou não. Os discursos evidenciam a forma como as pessoas marcam a história de uma dada sociedade, em um dado período, sendo possível identificar seu comportamento perante o social e suas relações.

O discurso, no entanto, é uma forma de impor a verdade de quem fala aos que ouvem, produzindo e controlando sentidos, podendo ser dialético, feito com base em perguntas e respostas, contudo, o discurso reinante leva em consideração o desejo e o poder, fazendo uso de um sistema de exclusão, eliminando tudo o que está fora do padrão discursivo. (Foucault, 1971)

Para este autor, na construção do discurso existe o que ele nomeia de interdição, sendo este o calar diante do que se realmente pensa, uma condição racional de que não se pode falar tudo o que deseja ou outros assuntos fora do discurso pré-estabelecido. Outra circunstância de modelagem do discurso é separação ou rejeição, tratando-se da eliminação de todo discurso que não condiz com o que é imposto.

Neste sentido, a interdição e a separação instituem barreiras e privilegiam apenas alguns a utilizarem o discurso como condição da relação de poder, não sendo possível dizer tudo o que quiser, como quiser, quando quiser e onde quiser, pois dependendo do contexto em que você vive seu discurso precisa seguir uma determinada ordem pelas condições sociais que o regem.

Talvez seja arriscado considerar a oposição do verdadeiro e do falso como um terceiro sistema de exclusão, a par daqueles de que acabo de falar. Como é que se pode razoavelmente comparar o constrangimento da verdade com as partilhas referidas, partilhas que à partida são arbitrárias, ou que, quando muito, se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e as reconduzem; que, ao fim e ao cabo, não se exercem sem constrangimento, ou pelo menos sem um pouco de violência. (Foucault, 1971, p. 13-14)

Como vimos, o ritual do discurso¹⁶ pode ser entendido como um conjunto de regras e procedimentos pré-estabelecidos que devem ser seguidos durante o pronunciamento desses discursos, tudo deve ser medido como os gestos, comportamentos, circunstâncias e sinais, como religiosos e judiciários por exemplo. Geralmente esses rituais são rigorosamente estabelecidos no que o autor chama de sociedade do discurso, onde produzem e conservam essa prática social, porém o número de indivíduos nessa sociedade é limitado e sua dinâmica é composta por regras restritas.

Eu sei perfeitamente que a separação que tenho vindo a fazer entre rituais da fala, sociedades de discurso, grupos doutrinários e apropriações sociais, é demasiado abstracta. Na maior parte das vezes estão ligados uns aos outros e são como grandes edifícios que asseguram a distribuição dos sujeitos falantes nos diferentes tipos de discurso e asseguram a apropriação dos discursos a certas categorias de pessoas. Numa palavra, são os grandes procedimentos de sujeição do discurso. O que é, no fim de contas, um sistema de ensino senão uma ritualização da fala, senão uma qualificação e uma fixação dos papéis dos sujeitos falantes; senão a constituição de um grupo doutrinal, por difuso que seja; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com os seus poderes e os seus saberes? O que é a "escrita" (a dos "escritores") senão um sistema de sujeição semelhante, que assume talvez formas um pouco diferentes, mas em que as grandes decomposições são análogas? Será que o sistema jurídico, o sistema institucional da medicina, também eles, pelo menos em alguns dos seus aspectos, não são sistemas semelhantes de sujeição do discurso? (Foucault, 1971, p. 44-45)

Neste sentido, todos indivíduos possuem acesso aos diversos discursos, tanto enquanto discursantes quanto na qualidade de ouvintes. Porém, a forma que acessam essas narrativas são distintas, dependendo primordialmente de seu posicionamento e suas relações sociais.

O ato de proferir pensamentos calculados, previamente estudados, analisados e montados, com objetivos claros para serem alcançados e públicos direcionados, mostra-se enquanto uma potente estratégia de criação e manipulação de sentidos. Bem como, um instrumento de difusão de informações selecionadas, construídas e gravadas nas exposições, por meio das narrativas escritas e orais e a organização dos objetos, perpetuando posicionamentos e opiniões que podem influenciar o observador, como destaca Chagas (2002):

Museus, bibliotecas, arquivos, institutos e academias são espelhos e palcos que encenam a dramaturgia da sociedade a que se referem e que ao articularem um determinado discurso, também condicionam o olhar e aprisionam o entendimento, a ciência e a arte. (Chagas, 2002, p. 59)

Dito isto, construir narrativas de maneira responsável é o primeiro passo para não propagar dados inverídicos. Na comunicação museológica – incluindo as exposições e as ações socioeducativas e culturais – é preciso fazer uso de materiais que passaram por

¹⁶ É possível visualizar o poder de um discurso estratégico e suas características explicitados por Michel Foucault, por exemplo, no drama cinematográfico "O Discurso do Rei" - 2010, dirigido por Tom Hooper.

pesquisas e atualizações responsáveis, pois a forma de difundir informações pode ser levada a caminhos diversos, inclusive a manipulação.

Neste sentido, Chagas (2002) nos mostra que as instituições museais e suas práticas são constituídas por elementos que remetem à memória e ao poder de forma simultânea, a depender de suas heranças, influenciando diretamente como suas ações são transmitidas ao público.

[...] os museus vinculados às musas por herança materna (matrimônio) são “lugares de memória”; mas por herança paterna (patrimônio) são configurações e dispositivos de poder. Assim, os museus são a um só tempo: herdeiros de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados nas instituições museológicas. (Chagas, 2002, p. 62)

Em relação ao poder existente nas práticas comunicativas museais, pode ser visualizada a interferência do discurso por meio da palestra de Chimamanda Ngozi Adichie (2019) proferida ao TED Talk¹⁷ ao relatar histórias pessoais e como essas histórias se transformavam ao serem reproduzidas por diversas pessoas.

As mesmas histórias se transformavam de acordo com o compartilhamento, cada pessoa que as externalizavam imprimia suas impressões e adicionava detalhes conforme seus interesses e desta forma as histórias eram modificadas e recriadas. Incluídas nestas histórias, encontravam-se inclusive experiências e vivências particulares que mesmo ao serem difundidas sofriam alterações.

Adichie (2019) ressalta que o poder da repetição atrelado a um determinado período temporal possui a capacidade de construir uma verdade social, mesmo que essa repetição se refira a uma mentira, pois ao contar e recontar inúmeras vezes, em algum momento ela será compreendida como um fato. Deste modo, existe uma responsabilidade social ao reproduzir informações, conhecimentos e histórias, uma vez que não sabemos qual o verdadeiro impacto que uma narrativa ou história possa provocar em uma sociedade, grupo ou indivíduo.

Essa preocupação se encontra tanto na esfera social quanto na cultural. Em concordância com Marília Xavier Cury (2005), ao selecionarmos objetos que farão parte de uma representatividade, também escolhemos qual história e narrativa esses objetos irão apresentar aos observantes, sem que haja nenhum controle de compreensão e interpretação por parte daqueles que terão acesso a essas informações pré-definidas, pois o campo intelectual de cada indivíduo se comporta unicamente, conforme seu repertório social.

¹⁷ Disponível em:

https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story. Acesso em 02 de junho de 2023.

Neste contexto, é importante entender como esse campo intelectual se manifesta nas práticas sociais. O filósofo Friedrich Nietzsche (2009), em seu livro “Sobre verdade e mentira no sentido extramoral”, explica que os pensamentos são expressos por meio de palavras, que por sua vez, são construções coletivas e históricas, e para que o outro consiga compreender o meu pensamento é preciso que tenhamos coisas em comum, pois os pensamentos individuais estão relacionados aos pensamentos de outras pessoas, visto que são socialmente herdados e condicionados.

Para Nietzsche (2009, p.30), “a palavra é a reprodução de um estímulo nervoso em sons”, para acessar a realidade que deseja ser expressa primeiro constrói-se uma imagem mental, que posteriormente é transformada em palavras. Como uma espécie de metaforização da realidade, não temos acesso à uma realidade pura, sem as interferências da subjetividade humana.

Em princípio, o pesquisador dessas verdades procura apenas a metamorfose do mundo nos homens; esforça-se por uma compreensão do mundo visto como uma coisa própria ao homem e, na melhor das hipóteses, granjeia para si o sentimento de uma assimilação. (Nietzsche, 2009, p. 39)

Neste sentido, o autor nos mostra que todo conhecimento carrega subjetividades de quem o transmite, não havendo neutralidade, justamente por se apresentar em forma de palavras, assim como a compreensão do que é verdade e o que é mentira, por exemplo. As palavras não são concretamente as coisas, as palavras são nossas relações com as coisas em sociedade, ou seja, a forma como vemos e vivemos no mundo. O real, a coisa em si, sempre será inacessível, pois nossa mente possui uma relação estética, de criação com o mundo.

Nessa concepção, o entendimento do que é verdade e o que é mentira também está atrelada a concepções pré-estabelecidas que buscam unificar o entendimento coletivo. Contudo, essas suas condições são consideradas por Nietzsche (2009) convenções necessárias para a nossa existência e convivência social, estando elas relacionadas a moral social, mesmo que essas definições nunca deem conta da imensidade de possibilidades do que possam vir a ser essas condições.

Em suma, ao compreendermos que todas as ações desenvolvidas em instituições culturais e artísticas são realizadas por pessoas sociais – que por sua vez são construídos individualmente por relações coletivas determinadas pelo meio em que este está inserido e pelas influências que o cercam – é notório que suas escolhas, atitudes e posicionamentos também serão diretamente influenciados por essas condições pré-estabelecidas, incluindo boas práticas e as ruins também.

Desde modo, em concordância com Meneses (2018) não se deve naturalizar violências instauradas na sociedade, assim como nos espaços museais, sendo necessário a realização de constante vigilância e atualização, para que seja possível construir relações sociais justas utilizando a instituição, o espaço expositivo, a narrativa e sua materialidade como ferramentas potentes para o combate desses posicionamentos.

Por isso, além de denunciar as enormidades da violência no passado, os museus comprometidos com os direitos humanos precisam assumir-se como faróis que iluminam também a violência de hoje, a violência cotidiana, a violência em qualquer modalidade e escala. [...] O museu pode ser, sim, um farol, que mantém em circulação o que calha de nos passar despercebido em nosso cotidiano. Esse farol não faz o caminho por nós, mas ilumina aqueles caminhos que podemos percorrer. (Meneses, 2018, p. 14-15)

Seja pela forma como a sociedade impõe e define seus lugares, como ocorre nas manifestações do racismo estrutural, seja pela afirmação identitária, seja por suas crenças, subjetividades ou interesses, seus comportamentos serão reflexo de seus pensamentos.

Mesmo com essas explicações, não se justifica atitudes e posicionamentos racistas, segregadores e homogêneos. A partir do momento em que a diferença do outro é descartada, seja na seleção de objetos incompletos para representação de uma coletividade, seja na exclusão de informações, seja na falta de inclusão de culturas distintas, seja no silenciamento de vozes na construção de narrativas, seja, inclusive, no ato de falar pelo outro e não permitir que o mesmo fale por si, a utilização de poder enquanto ferramenta de dominação se faz presente.

Deste modo, faz-se indispensável provocar o reconhecimento de privilégios e suas responsabilidades na relação racial social, utilizando essa identificação para realização de mudanças na realidade sociocultural, mesmo que pequenas. Bem como, o constante estudo e atualização das formas de registrar subjetividades e rastros de memórias em objetos, através de estratégias culturais e sociais capazes de dialogar e aproximar pessoas comprometidas com as urgências e demandas sociais.

3. EXPOSIÇÃO DO PASSADO, REFLEXÃO DO FUTURO

O surgimento da cidade de Gravatá é repassado oralmente de geração em geração, e com isso, algumas omissões, acréscimos e transformações ocorreram nas histórias geradas. Poucos documentos existem para comprovar fatos e esclarecer dúvidas, principalmente quando se trata de documentos legais e produções científicas. Por este motivo, o professor de História, da Universidade Federal de Pernambuco, e pesquisador, Alberto Frederico Lins, dedicou anos de sua vida investigando histórias e acontecimentos acerca de Gravatá, até que após longo aprimoramento em suas análises escreveu o livro “História de Gravatá”, publicado em 1993, que serviu e serve de principal referência bibliográfica sobre a cidade.

Os problemas com o acesso a informações confiáveis não são contemporâneos, desde suas primeiras buscas o professor Alberto Lins também enfrentou esses desafios. De acordo com Lins (1993), a primeira produção relacionada à cidade foi escrita em 1942 pelos professores Antônio Farias e Lamartine Castro, um livro de notícias chamado "Homens e Causas de Gravatá". Porém, o tratado não possuía embasamento em pesquisas ou documentos legais, consistia em escritos e fotografias que juntos ilustravam a cidade sem reconhecimento.

Os registros da história e suas transformações foram perdidas ao longo do tempo por falta de cuidados básicos, como a preservação desses documentos. De acordo com Lins (1993):

As administrações deixaram perder-se, nos arquivos forenses, camarários e municipais, preciosas fontes de documentação, o que de melhor serviria à reconstituição histórica, incinerando, vendendo a peso ou simplesmente abandonando à umidade, ao mofo, às traças e aos ratos o trabalho saneador de seus depósitos. (...) Folhas preciosas foram deixadas às baratas, que roeram e tornaram ilegíveis milhares de livros, que tão bem dariam, sob crivo acadêmico, autêntico perfil das comunidades interioranas. (Lins, 1993, p. 17)

Todavia, a responsabilidade por essas perdas não deve ser colocada apenas aos representantes governamentais da cidade; essa incumbência também recai sob a própria população que, segundo Lins (1993, p. 18), "(...) não tem nela própria o sentimento de zelo pelo que foi; a característica de amor ao passado; o civismo altruístico; o carinho pelo patrimônio legado; o orgulho do que se lhe deixou (...)".

Isto posto, os caminhos para a construção deste capítulo não contaram com o apoio dos documentos oficiais por significativa dificuldade em acessá-los, desta forma, as informações foram viabilizadas por meio dos escritos do Prof. Alberto Frederico Lins (1993) e pelas contribuições orais prestadas em conversas informais com a professora aposentada e poetisa, Prof.^a. Dilsa Farias, que dedicou uma parte de sua vida pesquisando

sobre o personagem que ajudou no desenvolvimento da cidade: Joaquim Didier, e os funcionários do Memorial Municipal de Gravatá.

3.1 GRAVATÁ: HISTÓRIA E TURISMO

De acordo com o Dicionário Online de Português (2023) o substantivo masculino "Gravatá" significa "planta brasileira quase sem caule, resistente e de vida longa", com as características: "as folhas, duras e dispostas em círculo, são verdes, com a base ou as extremidades vermelhas, e medem até 2,5m. Suas flores têm cálice branco e pétalas roxas, seu fruto é amarelo e oval, contendo muitas sementes."

Figura 6: Planta gravatá no canteiro às margens da BR-232, no acesso ao centro de Gravatá.



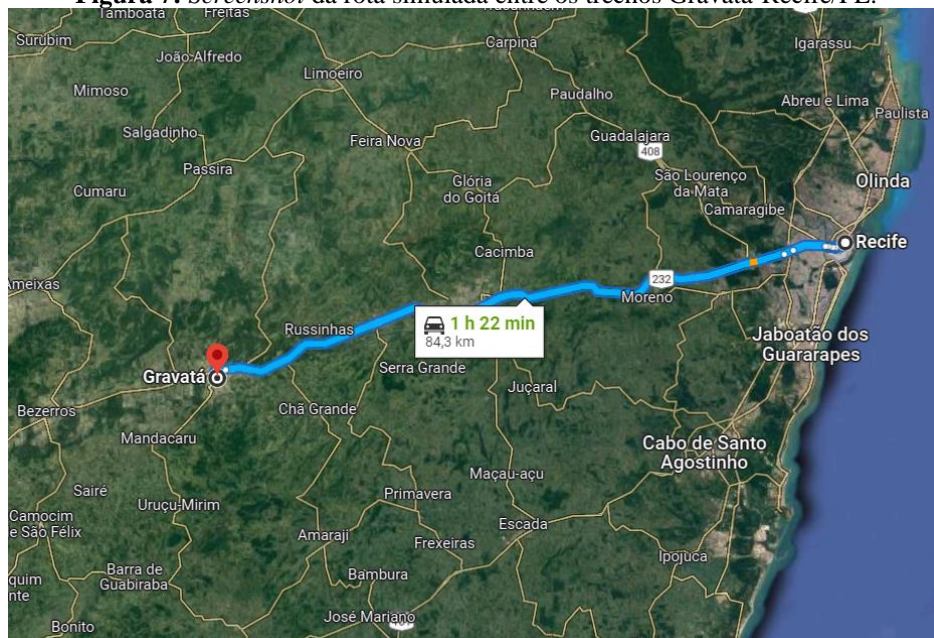
Fonte: Marcone Barros – Secretaria de Comunicação de Gravatá (2022).

Com base em Lins (1993, p. 47), a palavra pode ser escrita e pronunciada de diversas formas, sendo provinda do vocábulo "Caraguatá", entre elas: "[...] caruatá, corotá, caruata, carata, crauá, caranotá, carauá, croá, cruá, cas-aqua-ã-tã, crauatá, caaraqua-ã-tá, gravaneatá, caravatá, croatá, caranheatá, caraguá, carautá [...]".

A cidade de Gravatá está localizada no agreste central do estado de Pernambuco, na região nordeste do Brasil, às margens do Planalto da Borborema a uma altitude de, aproximadamente, 447 metros. A cidade possui mais dois distritos que a compõem: Uruçu-mirim e Mandacaru; os três municípios são conhecidos por seus altos picos e por sua região de grandes montanhas e serras, como a Serra das Russas – situada na BR-232 com altitude entre 400 e 600m – a Serra do Maroto – localizada no bairro Alpes Suíços dentro da cidade de Gravatá, popularmente conhecido pelos privês e condomínios residenciais – e o Mirante do Alto do Cruzeiro – posto no bairro Cruzeiro, também em Gravatá, é considerado o ponto mais alto em que pode-se visualizar a cidade em 360°.

Segundo o IBGE¹⁸ (2022), a população gravataense é composta por 86.516 habitantes, com densidade demográfica de 170,52 hab/km², considerando a área territorial de 507,360 km². Gravatá situa-se a 84km de distância da capital pernambucana, Recife, onde a principal via de acesso é a BR-232 que corta o estado, como pode-se visualizar na simulação da Figura 7.

Figura 7: Screenshot da rota simulada entre os trechos Gravatá-Recife/PE.



Fonte: Google Maps, 2023

O Agreste pernambucano é cortado pelo Rio Ipojuca, que possui sua nascente na cidade de Arcoverde e banha as cidades agrestinas: Pesqueira, Sanharó, Belo Jardim, Tacaimbó, São Caetano, Caruaru, Bezerros e Gravatá; continua nas cidades da Zona da Mata: Chã Grande, Primavera, Escada e Ipojuca, onde desagua e ao sul do Porto de Suape. Por ser um dos principais canais fluviais do estado, os vaqueiros e agricultores faziam e fazem uso da água do rio para manter suas plantações e seus animais, buscando fugir das áreas de seca. (Lins, 1993)

Esta região é marcada por uma vegetação de "caatinga sanfranciscana demarcada pelo xique-xique, o mandacaru e o cardeiro; o alastrado e a coroa de frade; rente a largas culturas naturais de umbaba e palmatória, gravatá e facheiro, (...) a refrigerante amenidade dos capinzais e hortas sulinos (...)", o que proporciona à região um clima com grande variação de temperatura, de 18°C a 30°C, a depender da estação. (Lins, 1993, p.27)

¹⁸ Ver mais em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/gravata.html>

Tabela 1: Dados climáticos anual de Gravatá.

Mês	Média	Sensação	Máxima	Mínima	Variação
janeiro	26.1°C	26.7°C	32.9°C	21.4°C	11.5°C
fevereiro	26.7°C	27.5°C	32.7°C	21.3°C	11.4°C
março	26.2°C	27.0°C	33.4°C	21.0°C	12.4°C
abril	25.5°C	26.3°C	31.7°C	21.5°C	10.2°C
maio	24.6°C	25.1°C	30.1°C	20.7°C	9.4°C
junho	23.5°C	23.7°C	29.2°C	19.1°C	10.1°C
julho	23.1°C	23.2°C	28.8°C	18.5°C	10.3°C
agosto	23.2°C	23.3°C	29.1°C	17.7°C	11.4°C
setembro	24.1°C	24.4°C	31.0°C	18.4°C	12.6°C
outubro	26.0°C	26.8°C	32.3°C	19.9°C	12.4°C
novembro	26.8°C	28.3°C	32.4°C	20.8°C	11.6°C
dezembro	26.5°C	28.0°C	31.6°C	20.4°C	11.2°C

Fonte: Yan Silva, Clima. Today, 2022.

O clima gravataense é uma de suas principais características, sendo popularmente conhecida por “Suíça pernambucana”, por suas baixas temperaturas. Por um período Gravatá era a cidade mais adequada para o tratamento de pessoas com tuberculose:

A atmosfera confinada e empestada dos grandes centros urbanos age como verdadeiro veneno sobre o já intoxicado organismo tuberculoso, apresentando-lhe a debacle. A par dos fatores atmosféricos que beneficiam os doentes, Gravatá pode oferecer-lhes o que lhes é mais essencial: uma alimentação tonificante e polivitamínica, representada pelo leite, carne, ovos, frutas, etc. de primeira qualidade. Essas forças naturais de vida e cura não têm, porém, sido aproveitadas, com a devida inteligência. Pernambuco com seu agigantado coeficiente de tuberculosos, em franca ascensão, têm em Gravatá o local privilegiado e providencial para remediar seus males. (Pessoa, 1972)

Não apenas em Gravatá essa prática era realidade, em meados do século XX, a cidade de Campos de Jordão, interior de São Paulo, também teve sua fase sanatorial, de acordo com o G1 Vale do Paraíba e Região (2018). Por causa da falta de antibióticos e com o pouco avanço da medicina, o tratamento indicado para doenças pulmonares, como a tuberculose, se daria através das grandes altitudes, pois “(..) o ar deveria de preferência ser frio, seco e circulante. Queria-se a renovação do ar, mas sem correnteza. Aeração noturna, janelas abertas durante o sono.” (Carneiro, 1961)

Desta forma, as pessoas que buscavam a cura dessas enfermidades deslocando-se até essas cidades – como é o caso de Gravatá e Campos do Jordão, por exemplo – e acabavam permanecendo nelas, fazendo com que essas regiões fossem povoadas e desenvolvidas.

Isto posto, convido-lhes a conhecer a história do surgimento e das transformações da cidade de Gravatá, para que seja possível depreender as relações sociais, culturais e turísticas que aconteceram e acontecem na comunidade.

3.2 DA FAZENDA À PRIMEIRA *FOUNDE* DO BRASIL

Depreende-se que o desenvolvimento da vida deste município, em especial a sua vida urbana, desenvolveu-se através de cinco fases que se sucederam desde as origens aos dias atuais. Primeira fase: 1795 a 1830. Corresponde ao período de posse da terra e da fixação do nucleamento pioneiro, abrangendo sua origem e o surgimento das atividades produtivas. Segunda fase: 1830 a 1850. Este período diz respeito ao fortalecimento do núcleo pioneiro e ao aparecimento de outros povoados. Terceira fase: 1850 a 1900. Constitui a fase de criação da cidade, de instalação dos equipamentos públicos e de sua integração regional. Quarta fase: 1900 a 1950. Esta etapa caracteriza-se pela expansão física da cidade, notabilizada por empreendimentos públicos que marcaram definitivamente sua feição urbana. Quinta fase: 1950 aos dias atuais. Compreende um período de diversificação das funções urbanas em que vem se definindo a tendência para estação de veraneio em nível estadual. (Silva, 2022)

Os primeiros povos a ocuparem as terras das Serras das Russas, de acordo com Lins (1993, p.45) foram os carapotó, "[...] cujos descendentes são os fulni-ô e camijó do sertão do Moxotó, no vale do Panema", anteriormente ao século XVII. Todavia, não ficaram mais do que temporadas, deixando apenas suas marcas e seus vestígios arqueológicos. No século XVIII, os vaqueiros eram os mais novos frequentadores das regiões, onde acampavam juntamente a seus gados, para que pudessem pastar.

Campo de caça e refúgio de tapuias, cariri e carapotó no alvorecer da colonização; abrigo e trincheira de escravos em fuga; prêmio de sesmarias enormes a servidores do rei de Portugal: caminho de boiadas e passagem de gado nos séculos XVII e XVIII - o vale do planalto gravataense ia sendo, aos poucos, povoado, fixando, aqui e ali, aventureiros e agricultores afoitos. Através dele, vindos da capital da província, passavam os que iam a São José dos Bezerros, Bonito e Caruru¹⁹. O curato dos Bezerros e os sítios do rio Bonito e do Caruru representavam focos de 'civilização' lá entro do agreste, nas longes terras derramadas além das serras de São Pedro e Negra e o boqueirão dos Torres. (Lins, 1993, p. 47)

No início do século XIX, o fazendeiro e ex-vaqueiro José Justino Carreiro de Miranda adquiriu as terras agrestinas e constituiu sua fazenda nomeada "Gravatá", que popularmente era chamada de "Crauatá". A fazenda tornou-se ponto de apoio para os viajantes, boiadeiros e vaqueiros que atravessava a região e necessitava de apoio para passar as noites. A fazenda também ficou popular por Justino Carreiro guiar, corriqueiramente, sua boiada até o pequeno comércio da vila Santo Antônio da Mata, fazendo com que vissem a região como um ambiente próspero e propício para fixar-se.

¹⁹ Após várias modificações em seu nome, hoje a cidade é nomeada "Caruaru", conhecida por ser a capital do agreste pernambucano.

Dáí então, juntamente à pioneira fazenda "Gravatá", novos pontos de moradia surgiram, nas propriedades da fazenda, e o povoamento começou a se formar. A passagem do rio Ipojuca junto à fertilidade das terras gravataense possibilitaram plantios em hortas, roças e pomares, fazendo com que os moradores possuíssem formas de sobreviver e comercializar através do próprio trabalho, tendo como resultado as safras regulares dos seguintes alimentos:

Tomate, jerimum, chuchu, maxixe, quiabo, repólho, pepino, gengibre, rabanete, coentro, pimentão, nabo, cebola, pimenta da terra, malaguêta e de cheiro; beterraba, alface, couve, mostarda, rabaça, taióba, cenoura, beringela, carás lambu, do campo, são tomé, inhame, branco e comum; macaxeira e maniva braba; a batata doce e as variedades do feijão macassa, quando, preto, pardo, branco e mulatinho, de corda ou chocha bunda e a fava esverdeada. Mais as laranjas comuns e da terra, cravo, mimo do céu e tangerina [...] (Lins, 1993, p.50)

Figura 8: Pintura intitulada "Fazenda Gravatá", exposta no Memorial Municipal de Gravatá.



Fonte: Jersom Nascimento²⁰.

Com a grande mistura de povos indígenas, africanos escravizados e seus descendentes²¹, a fazenda de José Justino ganhava cara de vila e por suas tradições cristãs resolveu, por influência do pároco da atual cidade de Vitória de Santo Antão, construir uma capela dedicada a Nossa Senhora Sant'Ana, precisamente em 1810. Não apenas a

²⁰ Pintura exposta no hall de entrada do Memorial da Cidade de Gravatá. Não há indicação de data na obra ou na legenda.

²¹ Em se tratando dos primeiros povos que ocuparam Gravatá, é muito comum ouvir o termo "vaqueiros" para se referir a estes povos. Tanto nas escolas municipais quanto na própria mediação do Memorial da Cidade de Gravatá, por exemplo.

capela, mas, principalmente, as características geográficas, chamaram a atenção de demais fazendeiros e vaqueiros e a população continuou a crescer significativamente. Até que em 1816, José Justino solicitou o reconhecimento da capela à capital, Recife, que após a visita do padre Gusmão foi registrada no documento da inspeção a localização de "Gravatá dos Bezerras". (Lins, 1993)

Todavia, apesar da dedicação e devoção José Justino não conseguiu ver a conclusão das obras da capela, uma vez que veio a falecer no ano de 1820, deixando a missão ao filho João Félix, que terminara em honra da memória do pai no dia 26 de julho de 1822, inaugurando-a as oito horas da manhã. (Lins, 1993) Essa data está marcada na cidade até os dias atuais, onde todos os anos é comemorado o dia da padroeira da cidade, sendo feriado municipal de acordo com Lei Municipal nº 3.815 de 2019.

Casas de barro e de pau a pique surgiam aqui e ali, na margem direita do Ipojuca, que cortava a fazenda em toda a sua extensão. A sociedade dessa gente e o padrão de vida formaram-se de cousas modestas e era o mais humilde possível, ainda assim vendo-se envolvida em lutas e questões políticas que lhe não diziam respeito, alheias ao desprezioso cotidiano de trabalho e posturas desambiciosas. (Lins, 1993, p.60-61)

De acordo com Lins (1993 p. 61), o sinal da escravidão que marcou o desenvolvimento de Gravatá foi a existência de "mucamas de meninas, mãe de leite negras e agregados à família de casa"²² que habitavam as terras agrestinas, além daqueles que fugiam da aristocracia da capital, enfatizando que as terras mantinham suas características pacatas, com foco apenas no desenvolvimento do vilarejo. Todavia, faz-se necessário ressaltar que os traços da violência da escravidão estão presentes além das torturas físicas; os traumas, a desigualdade social e o privilégio de cor branca sobre as demais estão refletidos em todas as relações dentro das sociedades.

De meados de 1830 até 1881, Gravatá foi subordinada ao município de Bonito, tendo pela Lei Providencial nº 277, de 6 de março de 1851, a capelanía de Sant'Ana²³ incorporada à paróquia de São José dos Bezerras, que por sua vez foi reincorporada ao município de Bonito. Gravatá tornou distrito de Bezerras pela Lei Providencial nº 422, de 25 de maio de 1857, sendo em 1881 reconhecida enquanto vila, sendo desmembrada de Bezerras pela Lei Providencial nº 1.560 de 30 de maio do mesmo ano, tornando-se

²² Este é o único trecho do livro que Alberto Lins deixa brechas para a existência de práticas escravagistas. Apesar de ser de conhecimento de todos que as ocupações e povoamentos de terras serem marcadas pela dominação e hierarquização do poder, Lins desenvolve uma redação com viés heroico e romântico da concepção da cidade de Gravatá. Fazendo assim que suposições e interpretações sejam realizadas nas entrelinhas.

²³ Nessa época, o clero possuía grande influência na cidade e dependia de vínculos territoriais para legitimação de seu poder. Assim, onde a capela ou a igreja da cidade fosse incorporada, representava que era pertencente de tal local e submetia-se a suas regras.

independente. Gravatá torna-se cidade e sede de município pela Lei Provisória nº 1.805 de 13 de junho de 1884. De acordo com o IBGE (2014)

Pela Lei Municipal de 27-09-1897, é criado o distrito de Uruçú-Mirim e anexado ao município de Gravatá. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município aparece constituído de 4 distritos: Gravatá, Chã Grande, Russinha e Uruçú-Mirim. Assim permanecendo em divisões territoriais datadas 31-XII-1936 e 31-XII-1937. No quadro fixado para vigorar no período de 1944 a 1948, o município aparece constituído de 3 distritos: Gravatá, Chã Grande e Uruçú-Mirim, não figurando o distrito de Russinha. Pela Lei Municipal n.º 300, de 18-04-1955, é criado o distrito de Mandacaru, com terras desmembradas dos distritos de Gravatá e Uruçú-Mirim, e anexado ao município de Gravatá. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 4 distritos: Gravatá, Chã Grande, Mandacaru e Uruçú-Mirim. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960. A Lei Estadual n.º 4.961, de 20-12-1963, desmembra do município de Gravatá o distrito de Chã Grande, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968 o município é constituído 3 distritos: Gravatá, Mandacaru e Uruçú-Mirim. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014. (IBGE, 2014)

Apesar do rápido desenvolvimento, Gravatá mantém suas origens rurais vivas, onde grande parte da população trabalha na agricultura, agropecuária e no cultivo de flores. Segundo o IBGE (2021) o salário médio mensal dos trabalhadores formais de Gravatá é de 1,6 salários mínimos, considerando que no ano de 2010, 44,6% da população gravataense sobrevivia com um rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo.

Enquanto moradora, deparo-me com tais dados e surpreendo-me, pois apesar da renda salarial ser baixa formalmente, a economia da cidade é bem movimentada por causa do turismo, principalmente nas altas temporadas. O que faz refletir que o recurso injetado através dessa fonte pode estar centralizado em outros focos, que não a qualidade de vida dos moradores locais.

Gravatá conseguiu se desenvolver por causa das benfeitorias que eram realizadas na cidade. Como é o caso da inauguração da linha férrea em 1886²⁴, facilitando a locomoção daqueles que não possuíam transportes próprios e o estreitando relações desde as cidades circunvizinhas até a capital.

²⁴ A data da inauguração é incerta. De acordo com Alberto Lins (1993) o ano foi 1886, já o site Estações Ferroviárias (2022) aponta duas datas: 1894 de acordo com o Jornal do Recife do mesmo ano e com o Guia Geral de Estradas de Ferro do Brasil (1960), e ainda, o ano de 1891, de acordo com o livro “Estrada de Ferro Central de Pernambuco” de Luiz Ruben Bonfim (2002). E na relação de Bens Tombados pela FUNDARPE não consta o ano de inauguração da estrada de ferro, apenas a data de abertura do processo de tombamento: 1985.

Figura 9: Notícia sobre a inauguração da Estrada de Ferro em Gravatá dada pelo Jornal do Recife, janeiro de 1894.

Estrada de Ferro Central de Pernambuco—Inaugura-se no dia 4 do corrente a estação de Gravatá, na Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

Da estação do Recife partiu, ás 6 horas e 10 minutos da manhã, o trem inaugural, que conduzia além do director e engenheiros da estrada, o Exm. Sr. General commandante do 2º districto militar, o governador do Estado, representantes da imprensa, muitos outros cavalheiros de posição saliente, diversas senhoras, etc.

Era pouco mais de 10 horas quando chegou o trem, no qual ia tambem uma banda marcial, á Gravatá, cuja estação estava decorada com bandeiras, folhagens, etc.

Ao saltarem os excursionistas foram saudados com calorosos vivas pelos gravataenses, que alli os esperavam em grande numero, sendo queimadas muitas gyrandolas de foguetes.

Pouco depois seguiram todos á percorrer a cidade, visitando os principaes estabelecimentos d'ali, erguendo-se durante o trajecto muitos vivas aos visitantes e aos gravataenses e tocando a referida banda.

Regressando a estação foram todas as pessoas alli presentes photographadas em grande grupo, sendo em seguida offerecido aos excursionistas pela directoria, empregados e empreiteiros da estrada uma lauta refeição, cujo menu foi o mais delicado e variado possivel e cuja mesa comportava para mais de 100 talheres.

Ao servir-se o champagne trocaram-se entre os convivas muitos e entusiasticos brindes.

Eram 2 horas da tarde quando terminou a refeição e ás 3 regressava para o Recife o trem inaugural conduzindo quantos levava pela manhã e que chegaram na estação central ás 6 1/2, gratos e satisfeitissimos pelo excellent acolhimento que lhes dispensaram o digno director da estrada, seus subalternos e empreiteiros e por terem apreciado as importantissimas obras d'arte contidas no trecho inaugurado.

A inauguração da estação de Gravatá foi mais um passo avantajadissimo na Estrada de Ferro Central de Pernambuco e mais uma gloria para a engenharia brasileira encarregada da construcção d'essa estrada.

Um catunã de catunã — Pelo

Fonte: Ralph Mennucci Giesbrecht, Estações Ferroviárias, 2022.

Para que a linha férrea fosse construída, um árduo trabalho foi realizado, uma vez que as terras montanhosas não facilitavam a entrada e saída das pessoas na cidade. Por isso, foram escavados 14 túneis e 9 viadutos de ferro, atravessando profundos abismos e altos picos. Por muitos anos, o trem era utilizado enquanto principal meio de transporte da região, facilitando o acesso, o comércio se desenvolveu junto com a cidade. (Lins, 1993)

Com a modernização dos transportes, no final do século XX a linha férrea parou de receber trens com passageiros e finalizou suas atividades. Porém foi tombada enquanto

Patrimônio Cultural Ferroviário²⁵ pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, através da Lei nº 11.483/07 e da Portaria IPHAN nº 407/2010. A estação ferroviária originada do século XIX, hoje nomeada “Estação do Artesão”, sedia uma das principais concentrações de comercialização de artesanato gravataense.

Figura 10: Antiga Estação Ferroviária de Gravatá, atual Estação do Artesão.



Fonte: Ricardo Corte, 2021.

Nossa antiga estação datando construção do ano de 1894, apesar de se encontrar sutilmente descaracterizada, seu estado de conservação é excelente. Ali já funcionou como departamento de cultura, biblioteca e finalmente no governo de Sebastião Martiniano foi devolvida ao município no formato Estação do Artesão de onde com orgulho fui o primeiro coordenador. Sem sombra de dúvidas aquilo ali é a mais importante vitrine do que melhor se produz em termos de arte neste município. (Gabú, 2012, p. 22)

Apesar do reconhecimento, em 2013, o Pontilhão Ferroviário, localizado no centro da cidade, que faz parte do percurso ferroviário tombado pelo IPHAN, foi derrubado pelo ex-prefeito Bruno Martiniano – a motivação dessa intervenção, nunca foi afirmada publicamente, o que há até os dias atuais são rumores e suposições da própria população, como o alargamento da rua, por exemplo, mas nunca houve nenhuma obra no local – e mesmo com ações judiciais, o bem histórico não mais foi reerguido, sendo hoje passagem de veículos e transeuntes, sendo o encontro da Avenida Dantas Barreto e Avenida Félix Sobrinho, ligando os bairros Bairro Novo, COHAB-II e Alto da Boa Vista ao centro da cidade.

²⁵ Disponível em: https://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/BENS-TOMBADOS-PELO-ESTADO_Mar2021.pdf

Figura 11: Pontilhão da linha férrea antes da demolição.



Fonte: Site da Prefeitura de Gravatá, 2023.

De acordo com Rodolfo Lima (2023), o Ministério Público Federal - MPF foi notificado da destruição total do pontilhão da linha férrea em 2015 e assim iniciou a ação judicial com Processo nº: 0800566-35.2015.4.05.8302. Dois anos depois, Gravatá foi condenada e teria 30 dias para apresentar o projeto de reconstrução do pontilhão com a aprovação do DNIT e da FUNDARPE. Como o acordo não foi cumprido, o MPF solicitou a aplicação de multa diária no valor de R\$10.000,00 pela falta de realização do acordo no prazo. De 2021 até a data presente o governo do prefeito Joselito Gomes busca solucionar o problema e viabilizar a reconstrução do pontilhão, mas ainda não há sinais de que a obra será realizada.

Figura 12: Pontilhão da linha férrea depois da demolição.



Fonte: Fórum News, 2021.

Trabalhar com patrimônio público não é uma tarefa simples, mas quando os interesses políticos estão totalmente desligados desse compromisso com a sociedade,

torna-se ainda mais complexo. É difícil lutar pela preservação de memórias, histórias e identidades quando o poder de executar tais atividades está concentrado nas mãos de quem vira as costas para essas demandas.

Neste sentido, a história do surgimento de Gravatá atravessa muitas disputas políticas, principalmente por parte de famílias com maior poder aquisitivo da região, e fatos, como a construção do Alto do Cruzeiro, a emancipação da cidade e seus primeiros prefeitos, o desenvolvimento educacional ligado ao catolicismo e demais acontecimentos. Que fazem parte da história da cidade, mas não serão trabalhados aqui, pois, caso fossem destrinchadas, a pesquisa perderia seu foco e se tornaria muito extensa, dado o compromisso de conclusão desse estudo no mestrado no período de 2 anos.

4 PERCURSO HISTÓRICO: DA CADEIA AO MEMORIAL MUNICIPAL DE GRAVATÁ

A cidade de Gravatá conta com um único lugar de memória institucionalizado: o Memorial Municipal de Gravatá. Todavia, não foi possível ter acesso aos documentos legais do Memorial, em nenhum órgão ou instituição da cidade, para que fosse possível compreender a objetivação, motivação e finalidade da criação do Memorial de modo institucionalizado. Desta forma, a partir das contribuições da professora Dilsa Farias, do zelador do prédio Inocêncio Farias e do administrador do prédio Edmilson Silva, foi possível capturar muitas das informações aqui destrinchadas.

A sede²⁶ do Memorial Municipal de Gravatá possui uma emblemática participação na memória histórica da cidade. Seu prédio foi inaugurado em 1911, pelo então prefeito Joaquim Didier, para abrigar a Cadeia Pública da cidade, popularmente conhecida como Quartel. Foi cenário de acontecimentos marcantes, como a execução do Tenente Cleto Campelo bem em frente ao edifício, em meados da década de 1920.

A Cadeia atendia às demandas de Gravatá e das áreas rurais, mantendo encarcerado vândalos, ladrões, bêbados e pessoas à espera de julgamento judicial. Os crimes da época eram variados desde o roubo de galinhas nos quintais até as desilusões amorosas provocadas às filhas das famílias de posses. A rua em frente ao quartel era o lugar de montagem da feira livre da cidade, sendo um espaço muito movimentado.

Com essa movimentação os presos das primeiras celas pediam dinheiro, cigarros, bebidas, comidas e outras coisas, às pessoas que estavam na feira, que por muitas vezes entregavam as doações pelas grades das janelas frontais. Na época, Joaquim Didier visualizava essa prática enquanto perigosa, uma vez que os presos estavam se comunicando diretamente com os cidadãos gravataenses, havendo a possibilidade de colocar em risco a vida dos transeuntes e participantes da feira, assim como a dos encarcerados. Com isso, no final da década de 70, outro prédio foi construído para abrigar os detentos e assim a Cadeia Pública da cidade foi transferida, deixando o prédio vazio por alguns anos.

²⁶ Localizada na rua Cleto Campelo, s/n, Centro, Gravatá-PE.

Figura 13: Feira livre da cidade em frente à Cadeia Pública de Gravatá, em meados da década de 20.



Fonte: Blog Gravatá Cidade Linda, 2017 – Autor desconhecido.

Posto isto, em 04 de agosto de 1983, o prédio de arquitetura neoclássica foi tombado, como “Cadeia Pública de Gravatá”, mesmo sem mais ocupar essa função, após solicitação do Prof. Dr. Alberto Frederico Lins Caldas, pois considerava o local um marco histórico para a cidade, sendo abrigo de muitas memórias. O tombamento foi realizado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE.²⁷

Dois anos após seu tombamento, a edificação agora possuía outra finalidade, sediar a “Casa da Cultura Pastor Rosalino da Costa Lima” juntamente com a “Biblioteca Pública Dr. Rafael Cavalcanti de Albuquerque”, que funcionava nos fundos do prédio. Em 2002, o edifício foi reformado estruturalmente para receber a Casa da Cultura repaginada e renomeada como “Memorial Municipal de Gravatá”, pelo qual é nomeado até hoje.

Doze anos depois, em 2014, a Biblioteca Pública foi transferida para outro edifício deixou e ganhou sua sede em outra localidade da cidade, em consequência o Memorial teve seu espaço ampliado, possibilitando um maior espaço para exposição de seu acervo.

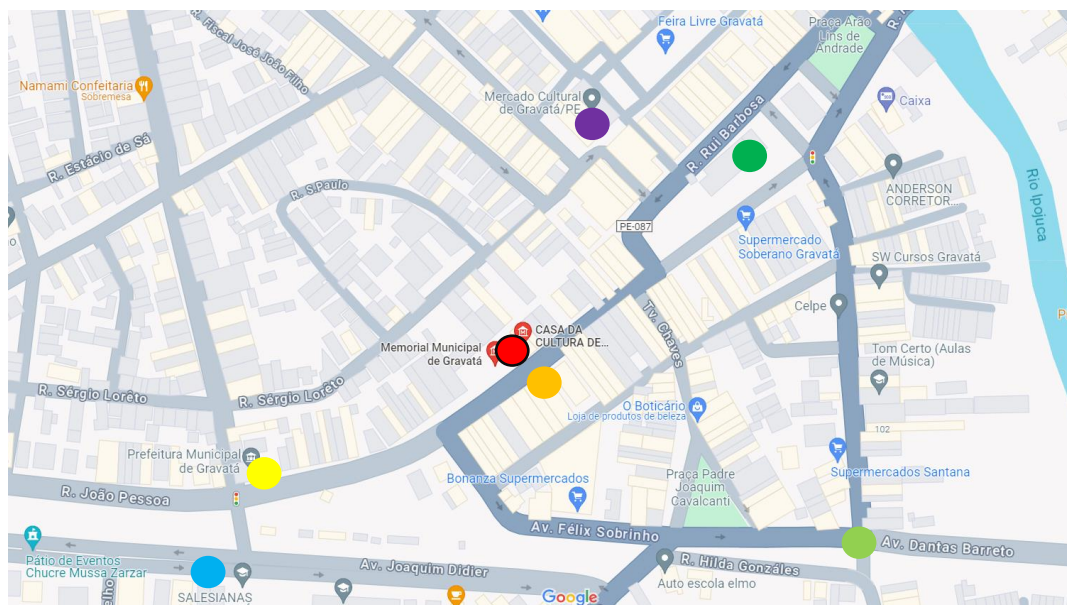
²⁷ Estando inscrito sob o processo de tombamento nº 0488/81 e inscrição nº. 75, Livro de Tombo II, fls 7 v e 08. Ver em: http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/BENS-TOMBADOS-PELO-ESTADO_03_06_2022.pdf

Figura 14: Memorial Municipal de Gravatá.



Fonte: A autora, 2023.

Figura 15: Mapa do centro urbano da cidade de Gravatá.



Legenda: ● Instituto Nossa Senhora de Lourdes; ● Paço Municipal; ● Memorial Municipal de Gravatá, que também pode ser identificado com seu antigo nome, Casa da Cultura de Gravatá; ● Solar dos Didier, atual Casa Paroquial; ● Mercado Cultural de Gravatá; ● Paróquia Matriz de Sant'Anna; ● Pontilhão da Linha Férrea.

Fonte: Google Maps – a autora, 2024.

O Memorial se caracteriza na qualidade de único espaço de memória institucionalizado da cidade de Gravatá. Possuindo o apoio e visibilidade regional, social e política, reforça a ideia de que este é um local legitimador da cultura gravataense, podendo utilizar seu espaço e seu acervo em prol da diversidade, coletividade e representatividade social. Mesmo sendo chamado e entendido pelos gestores, turistas e pela sociedade enquanto museu, visualizo no Memorial, uma característica muito forte de

lugar de memória, por imprimir em seus objetos a memória coletiva da cidade, buscando contar ao público a história dos acontecimentos e como surgiu o desenvolvimento gravataense.

Segundo os funcionários do Memorial, os principais públicos visitantes são as escolas, seguido dos turistas e, por último, os moradores da cidade, estes sendo quase raros. O espaço busca contar a história desde o surgimento da fazenda até os desenvolvimentos do município, através de um acervo diverso formado por quadros, mobiliário, cerâmicas, vestimentas, literatura, bonecos gigantes, fotografias, elementos arquitetônicos, esculturas, armamento, utensílios domésticos, entre outros. Os objetos que compõem o acervo foram adquiridos por doações, tanto por parte de colecionadores de antiguidades até pelas famílias detentoras das peças.

Para Bruno (2003, p.17) os objetos inseridos no âmbito museal é “como suporte de informação (expressão da memória), pelo fato de ter sido seleccionado, enquadrado (e, portanto, interpretado) pode, através do processo de musealização, ser reinterpretado e, daí, sofrer novas ressignificações.”, e por isso é indispensável a prática de atividades que preservem esse bem, através da pesquisa, documentação, conservação e comunicação. A autora ainda enfatiza a importância da presença da comunidade junto ao desenvolvimento dessas ações dentro de uma instituição museal:

A preservação, função básica do museu, só tem sentido quando do ponto de vista da sociedade, uma vez que o museu não deve ser pensado apenas para o seu director ou para o poder que o criou: deve, sim, ser pensado como um instrumento de reflexão sobre a dinâmica social das comunidades, visando à transformação e à construção de cidadania. (Bruno, 2003, p. 17)

Com base no pensamento da autora, analiso aspectos que fazem parte do Memorial Municipal, principalmente no que tange o seu acervo. Verifico a existência de lacunas na formação, e conseqüentemente na comunicação, de sua coleção, por falta da realização de etapas indispensáveis na musealização desses objetos. Neste contexto, a ausência de uma documentação, como Ficha Catalográfica, Ficha de Conservação, Arrolamento e/ou Inventário, Laudo Técnico, Termo de Empréstimo e a Política de Aquisição e Descarte torna-se inviável o controle de entrada e saída dos objetos, assim como as informações básicas como: origem, data, material e autoria, quando cabe. O que pode ser justificado pela ausência de um profissional de museus na gestão, ou minimamente orientação, do espaço.

O único documento com registro sobre o edifício localizado nas dependências do Memorial trata-se de um Termo de Doação destinado ao acervo do Museu de Gravata, originado da Sra. Madalena Medeiros do Nascimento ao prefeito da cidade Dr. Sebastião

Galvão Martiniano Lins, na data de 14 de março de 2002. Todavia, não especificações de que está sendo doado, suas condições ou quaisquer outros detalhes. De acordo com os funcionários do Memorial, supõe-se que seja a doação do terreno para construção da “Casa da Cultura de Gravatá”. (Anexo C e D)

Quanto ao estado de conservação do acervo, não foram identificadas medidas preventivas que assegurem a integridade física das peças, sendo notável a exposição direta à luz natural, à elevada umidade e fixação em suportes inadequados. Além de que quase 90% das peças estão vulneráveis aos toques físicos e aos manuseios sem proteção, pelos visitantes e pelos funcionários do Memorial.

Neste sentido, as peças ficam vulneráveis aos agentes de degradação de natureza biológica como insetos, microrganismos e a própria ação humana, a exemplo do manuseio, roubo e vandalismo, bem como também aos agentes físicos, referentes à iluminação, abrasões, fogo, umidade e temperatura, além dos agentes químicos como os poluentes líquidos e gasosos, a exemplo do gás carbono. Esses e outros elementos podem levar a danos muitas vezes irreversíveis, prejudicando a vida útil do bem.

Consequentemente, sua única forma de comunicação e preservação da memória material se dá através da exposição do acervo. Por não haver Reserva Técnica, ou qualquer outro espaço que possa cumprir essa função, quase todos os objetos estão expostos, exceto alguns documentos em papel que ficam guardados em pastas dentro do próprio mobiliário exposto. O que mais uma vez, coloca em risco a segurança desses documentos e os tornam vulneráveis, bem como a escassez dos recursos financeiros, que também se torna um dos principais motivos para que esse acervo não tenha uma salvaguarda segura.

Os funcionários do Memorial são compostos por pessoas que possuem afinidade com a história e memória de Gravatá e buscam compartilhar essas informações com o público externo através de seus conhecimentos a respeito de como dar visibilidade ao acervo e das experiências desenvolvidas com o passar do tempo ao lidar com as demandas existentes na instituição. Todavia, não possuem formação técnica mínima para as diversas demandas que o acervo exige, muito menos a orientação de um profissional da Museologia para que a realidade seja modificada.

4.1 CELAS ABERTAS, OLHOS FECHADOS

Expor é ou deveria ser, trabalhar contra a ignorância, especialmente contra a forma mais refratária de ignorância, a ideia pré-concebida, o preconceito, o estereótipo cultural. Expor é tomar e calcular o risco de desorientarse - no sentido etimológico (perder a orientação, perturbar a harmonia, o evidente e o consenso, constitutivo do lugar comum, do banal). (Moutinho, 1994:4)

Em concordância com Mário Moutinho (1994) o ato de expor, seja em instituições museais ou fora delas, deveria ser uma forma de apresentar ao mundo representações de recortes sociais com base na igualdade, diversidade e inclusão. Contudo, a teoria nem sempre se faz presente na realidade social.

A partir do pensamento de Sandra Farias (2012, p. 2), a comunicação museológica, dada através da exposição de objetos, é tida como “aquela pensada enquanto um meio para preservar a memória de algo/alguém, construída a partir de um objetivo e que pressupõe uma ação política e ideológica.” Reforçando assim a característica política que um museu possui, ao lidar com demandas sociais através de perspectivas e posicionamentos ideológicos.

Por este viés, a comunicação museológica caminha ao lado da musealização, transformando o objeto em uma tradução do que a narrativa propõe. E para que essa prática seja realizada de forma responsável, faz-se “necessário explicitar e contextualizar o sentido inicial/original na narrativa expositiva. E dessa forma fazer do museu um espaço de comunicação e de diálogo.” (Farias, 2012, p.4)

Compreendendo que realizar a concepção de exposições não acontece por meio de receitas e manuais definidos, faz-se necessário seu desenvolvimento de acordo com as prioridades e necessidades de cada ambiente e do público interno e externo que será atendido, pois este é um processo dinâmico.

Nesta perspectiva, compreende-se a exposição como o conjunto do espaço e do acervo disposto. Para que a comunicação alcance o público destinado ela precisa ser criada de maneira estratégica, como por exemplo do meio da concepção de um projeto expográfico, concebido por uma equipe interdisciplinar com pesquisas e discussões responsáveis, todavia, quando isso não ocorre, o risco de a mensagem chegar distorcida é maior.

Isto não significa que manipulações não existam, pelo contrário, as atividades são desenvolvidas por pessoas, e estas possuem interesses e crenças particulares, por isso é preciso atentar-se para que essas interferências não excluam a possibilidade de proporcionar reflexões e novos olhares sobre o que está sendo exposto.

Neste sentido, a comunicação museológica pode ser manifestada no *lato sensu*, por meio de catálogos, palestras, oficinas, artigos científicos e materiais didáticos, e no *stricto sensu*, sendo mais específico a exposição, onde os visitantes poderão interagir com os objetos expostos, para além da materialidade. Pois, “é na exposição que se potencializa a relação profunda entre o Homem e o Objeto no cenário institucionalizado (a instituição) e no cenário expositivo (a exposição propriamente).” (Cury, 2005, p. 34, grifo da autora)

Por este viés, mostra-se indispensável a explicitação e contextualização do sentido original do objeto desde a construção da narrativa, pois ao direcionar um olhar específico, o estímulo do público à reflexão pode ser reduzido, podendo surgir uma exposição limitante, com silenciamentos e reprodução de estereótipos de determinadas memórias por meio da manipulação de informações.

Optando-se pela perspectiva da comunicação e do diálogo, as exposições devem ser pensadas como espaços para a problematização e reflexão sobre a realidade, a partir de um foco específico que permita a evidência de elementos que, no cotidiano, às vezes, passam despercebidos. (Farias, 2012, p. 11)

Em diálogo com Farias (2012), para que seja possível desenvolver uma exposição que desperte no visitante estados de reflexão, de questionamento, de compreensão e de afeto (seja ele qual for), aproximando o indivíduo ao bem exposto, é preciso a equipe desenvolvedora seja interdisciplinar.

Por este viés, evita-se tornar o público um agente passivo, desconsiderando suas experiências e conhecimento, onde ele seja feito de "esponja", apenas adquirindo informações. Mas lhe possibilitando estratégias para que suscite inquietações para reflexão acerca de temáticas ali abordadas.

Desta forma, conceber a exposição sob a ótica do público permite a ampliação do conhecimento num processo de aprendizagem, interação e troca, a partir da mensagem impressa na expografia, considerando que os visitantes possuem seus próprios repertórios e estes podem expandir, e até, agregar na própria exposição. Sem que a narrativa seja imposta e/ou engessada, considerando que o espaço museal é compreendido enquanto lugar dinâmico e aberto para novas interpretações, novas perspectivas e novos caminhos a serem trilhados, estando em constante mudança.

Dizer que exposição é a transmissão de uma mensagem a um determinado público-alvo por meio de objetos ganha um sentido negativo ou equivocado ou, ainda, limitado. Pode passar a compreensão de que a instituição já tem estruturado o significado da mensagem e que o público-alvo é aquele apto para recebê-la e compreendê-la. (Cury, 2005, p. 41)

Seguindo essa linha de pensamento, percebe-se que um projeto expográfico é exitoso quando o seu delineamento está alinhado ao planejado – inclusive utilizando outras áreas do museu como fontes de informações, como o setor de documentação, conservação, por exemplo –, para que assim, a instituição possa cumprir sua função social.

Assim como os museus, as exposições também possuem tipologias, com características específicas para cada necessidade. Seguindo a percepção de Veiga (2013), as exposições podem ser fixas, identificadas quando não há a locomoção das peças para locais geograficamente distintos, ou itinerantes, estando em constante mudança de espaço. Além de possuir determinações para suas durações:

Por temporário, entende-se que a atividade terá princípio, meio e fim, encerrando um ciclo de vida, conforme terminologia projetual. Esse fim pode ocorrer seja porque o projeto foi concluído, seja porque precisou ser interrompido ou extinto. Projetos podem ter curta, média ou longa duração, gerando produtos efêmeros, a exemplo de uma exposição itinerante; ou ainda de grande durabilidade, como é o caso do edifício de um museu. (Veiga, 2013, p. 149)

Neste sentido, a exposição pode possuir dois tipos de durações: a curta duração, quando for realizada em um período terminado, com início e fim, e que não necessariamente precisam dialogar com o acervo da instituição sediadora. E a longa duração, anteriormente chamada também de permanente, caracterizada por apresentar o acervo que representa a missão do museu. Neste caso, a narrativa possibilita aos visitantes uma percepção da filosofia da instituição, estando implícito também seus valores e visão institucional.

No Memorial Municipal de Gravatá, a exposição é considerada fixa e de longa duração, pois, o espaço foi desenvolvido para abrigar as doações de objetos que de alguma forma representem o município, tendo o intuito de ser acessível e estar em constante exposição

A estrutura física do Memorial mantém as divisões e os pisos originais de quando o prédio abrigava a Cadeia Pública, o acervo se adequa ao espaço, assim como todo suporte utilizado na expografia. A grande maioria dos objetos expostos não possuem legendas, informações ou identificações de quaisquer outros tipos, porém são organizados de acordo com o núcleo temático de cada espaço, não tendo um roteiro de visita ou um trajeto fixo a ser feito.

Quem visita o Memorial talvez nem perceba, saiba ou compreenda os acontecimentos que ocorreram neste espaço. Por isto, a temática central da exposição é a história da cidade de Gravatá e sua evolução, buscando manter vivas as memórias individuais e coletivas, de forma que as novas gerações e os turistas conheçam sua cultura e identidade.

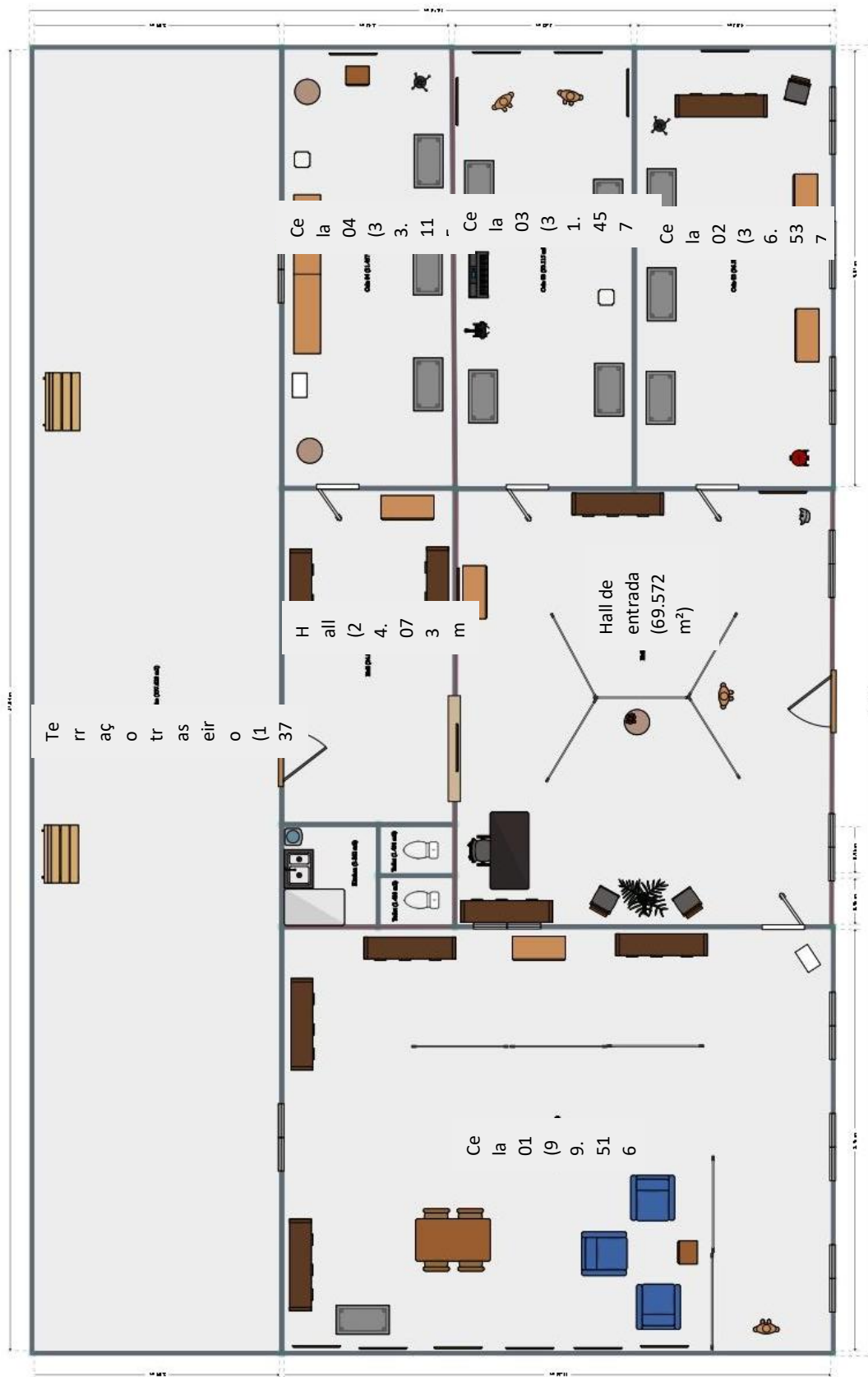
A exposição do Memorial não possui projeto expográfico, qualquer documentação ou estratégia para guiar os objetivos da comunicação do espaço. Todavia, identificou-se núcleos temáticos com base na observação em campo realizada, em alguns ambientes podem ser percebidos aglutinados, complementando-se. São estes: personagens políticos; início da infraestrutura; religião; turismo e cultura.

Os objetos expostos que compõem o acervo não acompanham legendas ou textos explicativos para que o visitante consiga identificar informações a seu respeito, como: nome do objeto, tipologia, doador(a), dados históricos, curiosidades, dimensões, materiais ou quaisquer outros tipos de esclarecimentos. A existência desse elemento

informativo poderia ser uma das formas de proporcionar a aproximação do público da história e da memória apresentadas.

Para facilitar a percepção espacial do(a) leitor(a), apresenta-se a planta baixa do Memorial, onde foram apresentados os espaços expositivos analisados por meio da observação em campo, da análise documental e da realização de entrevistas com os funcionários. Mesmo não tendo o rigor técnico de um profissional de arquitetura, a planta aqui desenvolvida consegue explicar as disposições dos espaços do Memorial Municipal e suas proporções: hall de entrada; cela 01; cela 02; cela 03; hall; cela 04; copa; banheiros; terraço traseiro.

Figura 16: Planta baixa do Memorial Municipal de Gravatá.



Fonte: A autora, 2023

4.1.1. Hall de entrada

Ao entrar no Memorial e passar pela porta de duas folhas de abrir, a primeira peça visível aos olhos dos visitantes é a escultura do busto do fazendeiro José Justino Carreiro de Miranda, o fundador da fazenda que deu origem a cidade, sob o suporte cilíndrico de concreto. Em segundo plano, posicionados no centro do salão, existem cinco expositores em metal, com textos e imagens na frente e no verso, a respeito do surgimento da cidade, dados geográficos, significado do nome “Gravatá”, criação do Memorial, informações sobre o hino da cidade e de sua bandeira, no centro do lado direito dos expositores, está uma mesa circular com o Livro de Assinaturas²⁸ da instituição.

Figura 17: Hall de entrada.



Fonte: A autora, 2023.

A mesa de atendimento ao visitante fica localizada no lado esquerdo do espaço, em frente da pintura da Fazenda Gravatá. Do lado direito, estão expostos uma cristaleira em metal e vidro com peças em porcelana, uma bancada em metal e madeira com uma peça em porcelana em seu centro e uma fotografia em preto e branco de uma visão aérea de Gravatá do século XX.

²⁸ Livro para registro das assinaturas dos visitantes, para controle do Memorial.

Figura 18: Pintura “Fazenda Gravatá” de Jersom Nascimento, localizada atrás da mesa de atendimento.



Fonte: A autora, 2024.

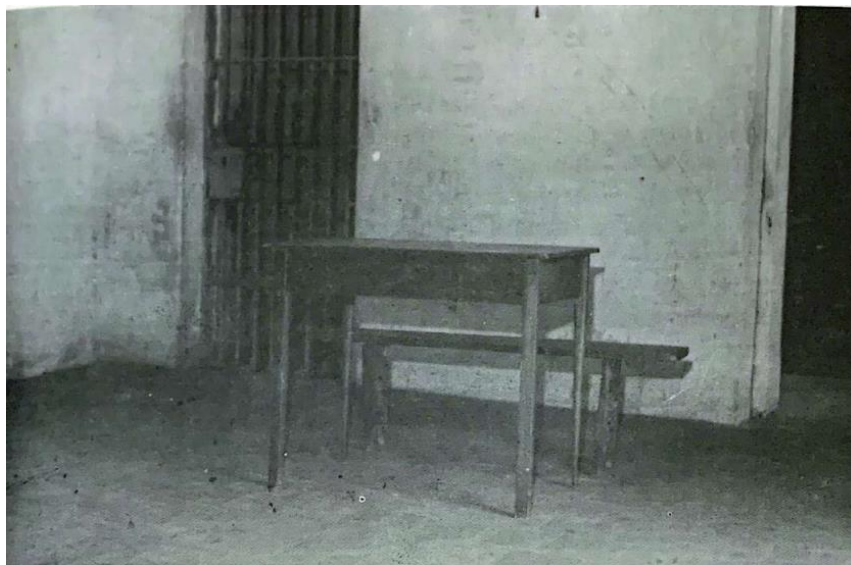
No local onde hoje está uma cristaleira no hall de entrada do Memorial (Figura 19), antes era ocupado pelo corpo de guarda da Cadeia Pública (registro fotográfico na Figura 20), lugar em que, segundo Lins (1993), o Tenente Cleto Campelo lançou a bomba para libertação dos presos e para roubo de armamentos e munições, na tarde de 18 de fevereiro de 1926.

Figura 19: Lado direito – hall de entrada.



Fonte: A autora, 2023.

Figura 20: Corpo da guarda da Cadeia de Gravatá.



Fonte: Alberto Frederico Lins, 1993.

Em contrapartida, ao lado das folhas abertas da porta principal, estão dispostos alguns instrumentos manuais, como um pilão em madeira do lado esquerdo, abaixo da janela, entre a porta principal e a Cella 02, na direção de quem olha de frente para a saída e de costas à escultura de José Justino, conforme a figura 21.

Figura 21: Pilão manual, localizado entre a porta de entrada e a Cella 02.



Fonte: A autora, 2024

Já ao lado direito da porta de entrada, há um moinho em madeira (utilizado para a transformação do grão de milho em fubá) e, pendurados nas paredes, existem um antigo fole de soprar brasa e um marcador de pontos que estão nas paredes (Figura 35).

Figura 22: Moinho manual localizado entre a porta de entrada e a Cella 01.



Fonte: A autora, 2023

Figura 23: Disposição do fole e do marcador de pontos nas paredes, entre a porta principal e a Cella 01.



Fonte: A autora, 2023

Observa-se que a disposição desses objetos não favorece sua visualização por parte dos visitantes caso eles seguissem em frente e não se atentassem a perceber a presença dessas peças, que estão quase ocultadas pela porta principal. É possível verificar que, assim como nos demais espaços do Memorial, a exposição dessas peças carece de maior atenção, no sentido de uma comunicação museológica planejada desde a sua concepção espacial, para facilitar o acesso às informações por parte de todos perfis

visitantes, possibilitando-lhes a compreensão de todo o conjunto de elementos que compõem a narrativa do Memorial.

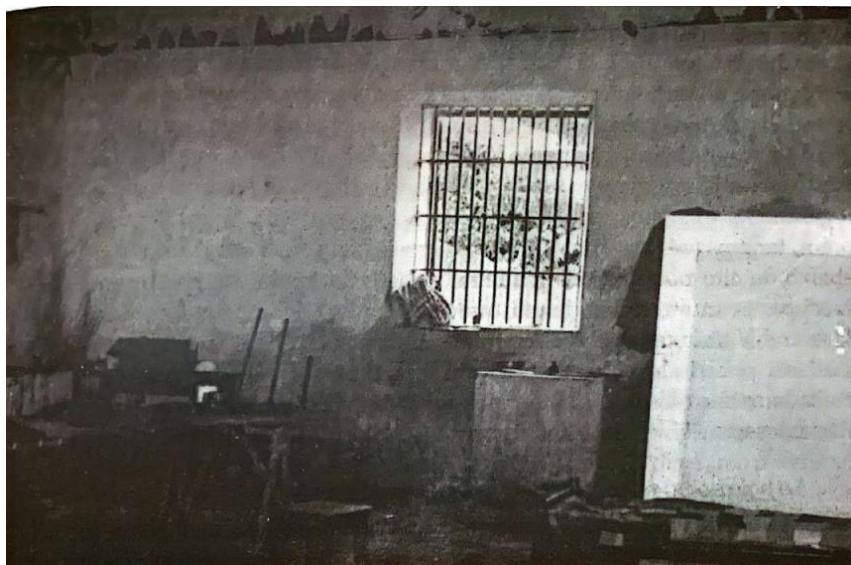
Quando notados, estes são os objetos que mais são tocados por visitantes e funcionários, por estarem mais acessíveis e suscetíveis ao público, assim como por sua estrutura física ser composta por materiais mais resistentes, em comparação aos demais, o que faz com que a preocupação dos funcionários, com relação a quebras, seja menor, não havendo alerta para que o toque físico seja evitado.

4.1.2. Cella 01

Saindo do salão de entrada pelo lado esquerdo encontra-se a Cella 01, identificada com uma etiqueta fixada na parte superior central da parede. O espaço é aberto e fechado com a mesma grade que mantinha os detentos aprisionados, assim como todas as demais. Segundo o Senhor Inocêncio Farias, o vigilante do prédio, na época que funcionava como Cadeia Pública, esta cela não possuía banheiro ou espaço para preparar suas refeições, então realizavam tudo dentro da mesma cela, ao mesmo tempo em que compartilhavam o local com outros presos.

Apesar de ser marcada pelo embate de 1926 com o Tenente Cleto Campelo, as fugas da Cadeia de Gravatá não aconteceram apenas nessa data. É possível visualizar ainda hoje os rastros das grades das janelas serradas para fuga dos presos pela parte dos fundos da Cadeia, onde dá acesso ao terraço traseiro. Marcas essas que lembram a todo instante que o que hoje é uma instituição cultural, antes foi palco da violência.

Figura 24: Quarto de malta da Cadeia Pública de Gravatá.



Fonte: Alberto Frederico Lins, 1993.

Figura 25: Grades da Cella 01 restauradas após deterioração.



Fonte: A autora, 2023.

Atualmente, a Cella 01 acomoda peças de diversas tipologias – como pinturas, utensílios domésticos, documentos, mobiliário e esculturas. Por ser a maior cela das quatro, comporta dois núcleos temáticos em um mesmo ambiente: personagens políticos e início da infraestrutura da cidade.

Porém, assim como nos demais espaços, alguns objetos só podem ser vistos caso o visitante direcione-se a eles. Em alguns casos, a disposição das peças passa a sensação de que um objeto ou outro não pertence à narrativa do espaço, estando de “intruso na cena” e passado despercebido.

Porém, é necessário lembrar que o Memorial não possui documentações e/ ou registros das ações realizadas e suas intencionalidades, nem a explicitação destas atividades na exposição. Portanto, em conjunto com a falta de espaço para acomodação das peças que não estão expostas, sendo necessária a exposição de todas elas, independente do diálogo que façam com a narrativa construída.

Figura 26: Entrada da Cella 01.



Fonte: A autora, 2023

Localizado no lado direito de quem entra na Cella 01, estão localizados dois penicos esmaltados em um aparador de madeira, abaixo da janela, invisibilizando tais objetos a partir da sua disposição. (Figura 27)

No caso dos penicos, não é possível identificar um diálogo com os demais objetos expostos ao seu redor, uma vez que retratam a história do Tenente Cleto Campelo. De acordo com os funcionários do Memorial, essas peças foram alocadas neste ambiente por falta de espaço nos demais.

Nesta perspectiva, percebe-se que a exposição não oferece indicativo de que o projeto expográfico concebido para o Memorial tenha um fio que o conduza ao diálogo entre os núcleos temáticos, pela arrumação dos elementos expositivos. Muitas vezes, durante a visita é perceptível que alguns objetos não conversam com os demais, como é o caso dos penicos na Cella 01, necessitando de uma reconfiguração para que a mensagem que o Memorial queira transmitir chegue ao visitante de forma mais clara e direta.

Figura 27: Penicos esmaltados.



Fonte: A autora, 2023

Isto posto, a primeira visão, ao olhar a Cella 01 de frente, é a escultura do busto do Tenente Cleto Campelo (Figura 28). Esta cela, assim como os demais espaços – exceto a Cella 03, que não possui janelas e depende de iluminação artificial –, possui iluminação natural, as janelas ficam abertas e o ar circula livremente, o que permite a entrada da luz do sol, assim como insetos, micro organismos, partículas, gases e demais agentes biológicos, físicos e químicos, como a poluição proveniente do gás carbônico emitido pelos escapamentos dos carros que passam em frente ao edifício.

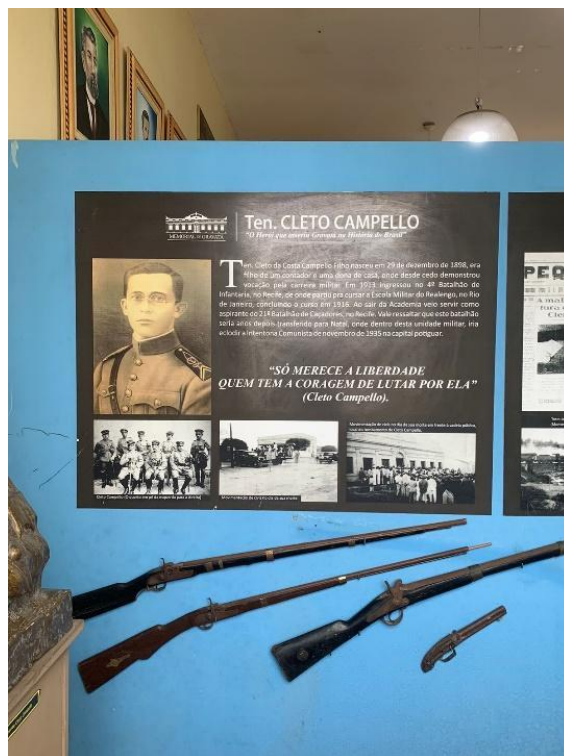
Figura 28: Escultura do busto do Tenente Cleto Campelo.



Fonte: A autora, 2023.

Neste espaço, existe uma parede em gesso, pintada em azul, com painéis expositivos com as informações em texto, fotografia e manchete de jornal do assassinato do Tenente afixados, juntamente ao conjunto de armamentos pendurados na parede, evidenciando o acontecimento enquanto um marco histórico da cidade.

Figura 29: Armamentos utilizados no combate de 1926.



Fonte: A autora, 2023.

Caminhando para o centro da cela, no fundo da sala é possível visualizar o espaço ocupado pela exposição de pinturas dos bustos de todos os prefeitos eleitos de Gravatá. Assim como, a presença do mobiliário que de alguma forma relaciona-se com a política do município, como as mesas de gabinetes e poltronas.

Figura 30: Espaço expositivo sobre a política gravataense.



Fonte: A autora, 2023

Nesta área é possível visualizar a diferença no cuidado com as peças expostas. Com a presença de uma corrente de isolamento, os visitantes e este acervo, em específico, ficam distanciados. Este tipo de relação cria uma barreira não só física, mas também uma barreira no diálogo desses objetos com os demais, desenvolvendo simbolismos de sacralização, onde subentende-se que o deleite é o principal objetivo a ser cumprido.

Na lateral direita da Cella, encontram-se duas paredes de gesso nas cores verde e vermelho com painéis expositivos, onde fotografias e textos informam sobre as primeiras obras realizadas na cidade, como a construção da Escadaria da Felicidade²⁹, no Alto do Cruzeiro; a história da Estrada de Ferro da cidade; a construção do Mercado Municipal e demais curiosidades da arquitetura gravataense.

Figura 31: Painéis expositivos sobre o desenvolvimento de Gravatá.



Fonte: A autora, 2023

A respeito do desenvolvimento da infraestrutura de Gravatá, alguns elementos arquitetônicos, como telhas, cerâmicas e um portal de janela em ferro, também estão expostos nesta cela, juntamente aos utensílios domésticos em ferro fundido, como ferros de passar roupa, candeeiros, moedor de café, chaleiras e um serrote.

As peças estão expostas em estantes abertas de madeira, mas apenas um possui uma placa informando “Por favor, não toque”, porém não impede que estejam vulneráveis aos toques físicos dos visitantes e funcionários, uma vez que não há o monitoramento das peças.

²⁹ A escada foi construída com intuito de facilitar o acesso ao mirante da cidade: o Alto do Cruzeiro. Possui 4km dispostos em 365 degraus, tendo seu primeiro degrau na porta da Igreja de Cristo Rei do Universo, no bairro do Cruzeiro. Cada degrau foi batizado com o nome de uma pessoa em sua homenagem. Boatos citam que se referem às primeiras pessoas enterradas no Cemitério da Cidade ou às pessoas que construíram a escada.

Figura 32: Elementos arquitetônicos e utensílios domésticos antigos.



Fonte: A autora, 2023

4.1.3. Cella 02

Do lado oposto à Cella 01 está localizada a Cella 02. Em menor tamanho físico, este espaço está dedicado ao ex-prefeito da cidade, Joaquim Didier do Rego Maciel e suas benfeitorias para Gravatá. Diferente da Cella 01, as janelas desta cela não são abertas, sendo necessária a utilização de iluminação artificial.

Figura 33: Cella 02.



Fonte: A autora, 2023

Figura 34: Expositores da Cella 02.



Fonte: A autora, 2023

No fundo da cela, uma representação do gabinete do ex-prefeito foi montada com a mesma cautela que a seção existente na Cela 01, a respeito do mobiliário, das imagens e dos documentos referentes à política gravataense. Coincidência ou não, é possível visualizar a corrente de proteção apenas nos objetos que possuem relação direta com personagens políticos da cidade. Por este viés, é possível visualizar uma supervalorização e falta de diálogo das peças com relações políticas em comparação com as demais.

Figura 35: Mobiliário Cela 02.



Fonte: A autora, 2023

Mais uma vez, embaixo de uma janela e ao lado da grade da cela, um instrumento manual encontra-se sem muito diálogo com os demais objetos dispostos na sala, desta vez um moedor de café com etiqueta de identificação e aviso de “não toque”. Dentre os demais objetos manuais, este é o único que possui aviso de cautela e nenhum dos funcionários soube informar o motivo.

Isto posto, a problemática não se apresenta apenas acerca do espaço físico em que o objeto se encontra, mas a respeito da atenção e do cuidado – tanto no âmbito da conservação física quanto na informacional – que é dado às peças que compõem um mesmo acervo e o contexto que elas representam, uma vez que possuem (ou pelo menos deveriam possuir) o mesmo objetivo: representar a história e memória da cidade de Gravata.

Figura 36: Moedor de café e vista do Hall de Entrada do interior da Cella 02.



Fonte: A autora, 2023

4.1.4 Cella 03

A próxima cela também está localizada no lado direito do salão de entrada. Todavia sua temática é mais ampla, com a exposição de objetos provenientes de vários âmbitos culturais, como por exemplo, estandartes e bonecos gigantes de agremiações carnavalescas, painéis expositivos com informações a respeito da história do Clube Desportivo de Gravatá e os primeiros times de futebol da cidade, além do surgimento da rede hoteleira e gastronômica na cidade, inserida por José Truan, e do primeiro cinema da cidade, chamado Cine Tupy (1913).³⁰

³⁰ Posteriormente sob nova direção, tornou-se Cine 15 de Novembro (1926) e por fim, com novos donos, virou Cine Theatro Hollanda (1946) que durou até meados da década de 80.

Figura 37: Cella 03.

Figura 38: Expositores da Cella 03.



Fonte: A autora, 2023

Fonte: A autora, 2023

A Cella 03 apresenta informações da história da Sociedade Musical XV de Novembro e sua banda marcial, que recebeu o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco em dezembro de 2016, e os primeiros instrumentos musicais que fizeram parte de seu surgimento. Atualmente, o popularmente conhecido “Quinze”, é responsável por tocar nos eventos da cidade, como os desfiles cívicos do 07 de setembro, e possui aulas de músicas semanais para crianças, jovens e adultos.

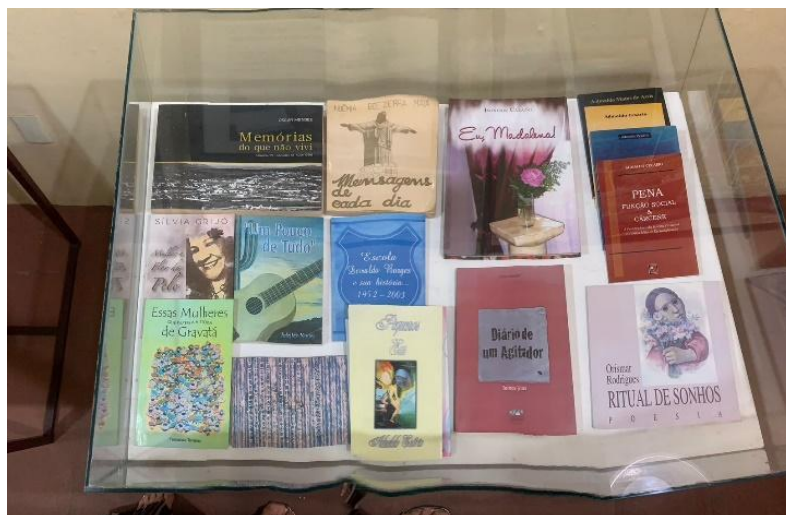
Ainda neste espaço, as obras literárias produzidas por gravataenses, ou por pessoas que possuem relação direta com a cidade, também são expostas. Algumas delas são peças únicas e contam desde histórias que aconteceram em Gravatá, até poemas românticos.

Figura 39: Painéis expositivos e instrumentos musicais da Sociedade Musical XV de Novembro.



Fonte: A autora, 2023

Figura 40: Vitrine em vidro com a exposição de obras literárias gravataense.



Fonte: A autora, 2023

Além disso, o espaço expõe símbolos de conquistas a exemplo da passagem da Tocha Olímpica na cidade, no ano de 2016, a qual foi carregada por um dos funcionários do Memorial, o capoeirista José Vieira. A presença da Tocha na instituição é compreendida enquanto um troféu, que marca um momento importante para o esporte na cidade.

Figura 41: Tocha olímpica.



Fonte: A autora, 2023.

Ao final do circuito expositivo, há um painel com dados históricos a respeito da relação do cantor e compositor Luiz Gonzaga com a gravataense Helena das Neves Cavalcanti e entre diversas canções que ele escrevia para a moça, foi a “Madame Baião” que marcou o romance. Os dados são ilustrados com imagens fotográficas do casal e da cerimônia religiosa, assim como trecho da música desenvolvida para o romance, como pode verificar na figura 42.

Figura 42: Painel expositivo sobre Luiz Gonzaga.



Fonte: A autora, 2023

4.1.5 Hall

O segundo hall do Memorial é o menor espaço expositivo, composto por apenas três móveis em madeira em dois painéis expositivos. Sendo um dos móveis uma cristaleira em madeira e vidro, com louças mais delicadas e inabituais em cerâmica, como é o caso da xícara da Figura abaixo, que chama a atenção dos visitantes por possuir uma parte incomum em seu interior destinada a evitar que o líquido molhasse o bigode de quem a utilizasse. Um privilégio para poucos, inclusive nas xícaras.

Figura 43: Cristaleira com louças em cerâmica.



Fonte: A autora, 2023

Os painéis expositivos são dedicados a apresentar cédulas de dinheiro de diversos locais geográficos fora de circulação e fotografias e textos das primeiras turmas escolares da cidade. Duas cômodas são expostas apenas com um objeto sobre elas, e nos seus interiores são guardados fotografias e documentos que de alguma forma estão relacionados à Gravata, mas que não possuem local para suas exposições. (Figura 44)

Tais documentos estão armazenados em pastas, álbuns e sacolas plásticas, embalagens que não possuem especificações técnicas para um acondicionamento seguro, o que conseqüentemente torna as peças ainda mais vulneráveis aos agentes de degradação.

Figura 44: Cômodas e painéis do hall.



Fonte: A autora, 2023

4.1.6 Cella 04

Por fim, a Cella 04 é o último local expositivo do Memorial, sendo dedicada à acomodação de artigos religiosos da cidade. Mobília, vestimenta, esculturas e painéis expositivos representam a influência do catolicismo em Gravatá. As informações contidas nos painéis são compostas por fotos dos primeiros templos religiosos, incluindo um tabernáculo espírita, uma igreja batista, duas igrejas católicas e cinco capelas, distribuídas pela cidade.

Além de expor a contribuição das freiras “Irmãs Dorotéias” na educação dos gravataenses, tendo como sede o antigo casarão Solar do Didier, atualmente conhecido pelo Instituto Nossa Senhora de Lourdes. Também são apresentadas as etapas das modificações ocorridas na Capela Sant’Ana até sua transformação em Matriz de Sant’Ana. No centro da sala, informações a respeito da padroeira da cidade ocupam o espaço.

Figura 45: Cela 04.



Fonte: A autora, 2023

Para mais, objetos que representam dois personagens católicos que marcaram a história da cidade ocupam também essa Cela. O Monsenhor Paulo Cremildo Batista de Oliveira, ativo nas atividades sociais da cidade, prefeito eleito, conselheiro e professor, o popular Padre Cremildo, falecido em 1998, era e ainda é muito querido pela população pelas benfeitorias feitas na cidade.

Assim como, o missionário italiano, Frei Damião de Bozzano, falecido em 1997, realizou sua primeira missa na cidade de Gravatá e ficou conhecido pela população por fazer milagres. Atualmente, Frei Damião está em processo de beatificação.

Figura 46: Mobília, escultura e vestimenta religiosa expostos na Cela 04.



Fonte: A autora, 2023

Como foi possível visualizar, o Memorial dispõe de um vasto acervo que tem como intuito representar as ações desenvolvidas em Gravatá. Porém, a falta de um profissional de museus para desenvolver as demandas que a instituição necessita, a comunicação museológica apresenta falhas e deficiências relacionadas à aproximação do público com a narrativa exposta.

O Memorial pode, e deve, estar em constante atualização e buscar mais informações e conhecimentos a respeito da própria comunidade e das sociedades que se relacionam com Gravatá, para que sejam incluídas ferramentas que auxiliem na perpetuação e consolidação do espaço, enquanto local íntegro e dinâmico da memória e história da cidade.

Compreendendo que, estar aberto aos novos olhares e incorporar as dinâmicas sociais atuais em diálogo com as dinâmicas antigas poderá proporcionar novas perspectivas ao espaço e ao acervo, pois essas construções também fazem parte do desenvolvimento da cidade, como veremos no capítulo a seguir.

5. RASTROS DE MEMÓRIAS GRAVATAENSES

Gravatá é uma cidade multicultural e sua pluralidade é composta por diversas influências. Os rastros de memória das pessoas que fazem o município crescer fazem parte da construção da memória coletiva da comunidade. Nos espaços públicos, como no Memorial, alguns personagens ganham destaque enquanto outros são deixados de lado, sendo, até mesmo, ocultados da história da cidade.

Neste sentido, este capítulo está estruturado em duas partes: apresentação de parte dos rastros de memórias de pessoas expostas no Memorial e alguns dos rastros de memórias das pessoas que passeiam pelas histórias orais dos gravatenses. Foram escolhidos rastros indicados pela história oral para que seja uma sugestão de ampliação da narrativa do Memorial, pois ao apresentar apenas os rastros das figuras consideradas memoráveis pela história oficial da cidade, a memória coletiva se torna excludente.

5.1 MEMÓRIAS MASCULINAS ENFATIZADAS PELO MEMORIAL MUNICIPAL DE GRAVATÁ

O Memorial Municipal de Gravatá apresenta três personagens masculinos que fizeram parte da história da cidade e os centraliza como os rastros de memória mais importantes para a memória e história gravataense, colocando as demais memórias nos bastidores.

Sendo eles: Joaquim do Rêgo Maciel Didier, popularmente conhecido por Joaquim Didier, que contribuiu para o crescimento de Gravatá através da industrialização; Tenente Cleto Campelo Filho, morto na cidade durante uma de suas lutas contra as opressões governamentais; e, o suíço José Luiz Truan, que com a inserção da rede hoteleira e gastronômica em Gravatá, contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento do turismo – a principal característica da cidade, nos dias atuais.

Isto posto, em conjunto com a criação da linha férrea, a construção de uma fábrica de couro também teve sua importância para o crescimento de Gravatá. Natural da cidade de Pesqueira, Joaquim Didier, chegou à cidade de Gravatá com intuito de construir uma fábrica de beneficiamento de couro, uma vez que sua cidade natal era muito distante da capital pernambucana e seu negócio vagarosamente prosperava. (Lins, 1993)

Figura 47: Joaquim do Rêgo Maciel Didier.



Fonte: Memorial Municipal de Gravatá.

Assim, fundar sua fábrica na cidade central do agreste atrairia a atenção dos comerciantes e das pessoas da capital, por causa da facilidade de acesso que a linha férrea proporcionara. Didier construiu uma espaçosa casa, em 1890, no centro da cidade para que pudesse morar perto de seu investimento, todavia, 14 anos depois, realizou a doação da casa para a paróquia de Sant'Ana, que a transformou na casa paroquial. (Lins, 1993)

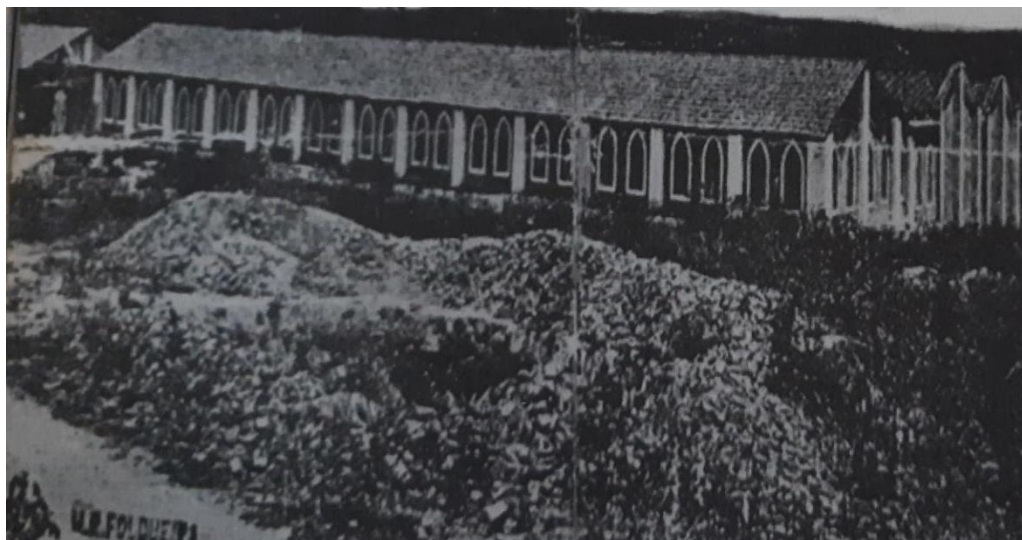
Figura 48: Casa paroquial da cidade de Gravatá.



Fonte: Blog Gravatá Cidade Linda, 2016.

De acordo com Mendes (2017), a fundação da indústria, chamada Fábrica São José, aconteceu no ano de 1893, às margens do Rio Ipojuca, gerando empregos e sendo considerado o maior curtume do Brasil. Juntamente à fábrica, foi necessária a constituição de um escritório (1893) e um açude para abastecimento (1909), pois a fábrica precisava atender suas próprias demandas à medida em que se expandia e ficava conhecida na região.

Figura 49: Fábrica São José, beneficiamento de couros, em Gravatá.



Fonte: M. R. Folqueira, 1912.

Oportunamente, tinha também o objetivo de comercializar carne do ceará (charque), fígado de boi charqueado e especiarias em geral, comprados na cidade de Limoeiro, destacado centro de comércio até então, transportando-os em lombos de cavalos e burros para as feiras de sábado de Gravatá, vindo semanal ou quinzenalmente. No retorno levava peças de panos e couros de fábrica (Curtume São José), para comercializá-los no armazém do meu pai, em Tapera, onde também residia. (Mendes, 2017, p. 19)

Didier lançou candidatura para se tornar prefeito de Gravatá e foi eleito em dois mandatos 1908 a 1913 e 1917 a 1919, onde foi possível realizar obras, como: o calçamento da Avenida Joaquim Didier, antiga Avenida São José, localizada no centro da cidade; a construção da Ponte do Comércio em 1912, sendo um dos principais trajetos de Gravatá; a concepção do Paço Municipal em 1908, atual sede da prefeitura gravataense (Figura 16); a fundação da Cadeia Pública em 1911 (Figura 17); a construção do Mercado Público de Gravatá, inaugurado em julho de 1917 (Figura 18); a criação do Hospital de Sant'Ana, em 1909 (não foi encontrado registro fotográfico); a edificação do Solar dos Didier, em 1904, doado em 1918 às Irmãs Dorotéias, que atualmente sedia o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (Figura 19), e outras realizações.

Obras fundamentais de infra-estrutura foram levadas a cabo no início deste período: a construção do açude para o abastecimento de águas e de pontes sobre o Rio Ipojuca. DE 1910 a 1920 Gravatá sofreu mais um grande impulso com a implantação do telégrafo e da energia elétrica. (Silva, 2002)

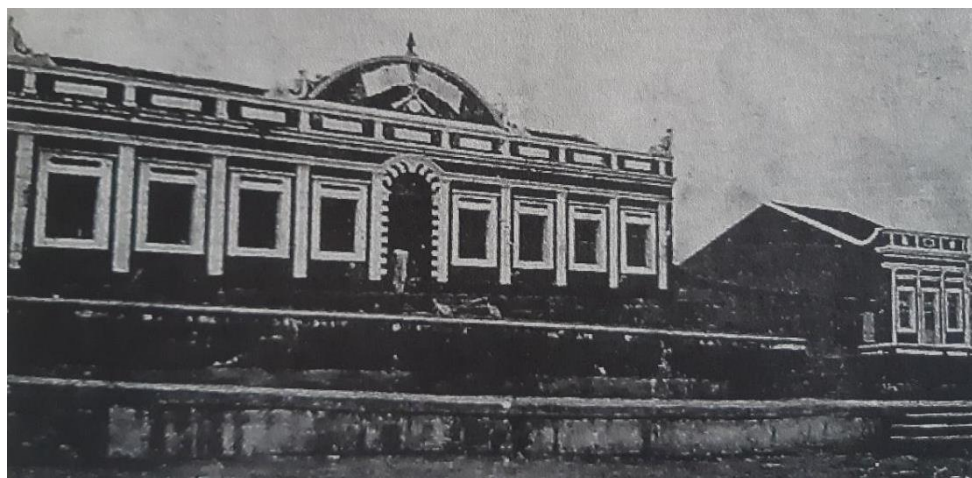
Figura 50: Paço Municipal, atual sede da Prefeitura de Gravatá.



Fonte: G1, 2023.

O Paço Municipal, uma das principais edificações erguidas por Joaquim Didier, está localizado na Rua Cleto Campelo, nº 268, no centro de Gravatá. Para atender as demandas administrativas e políticas da cidade, encontra-se em funcionamento de segunda a sexta das 07h às 13h.

Figura 51: Cadeia Pública de Gravatá.



Fonte: M. R. Folqueira, 1912.

A Cadeia Pública de Gravatá foi erguida no início do século XX na mesma rua em que foi construído o Paço Municipal, no centro de Gravatá. Atualmente funciona como Memorial Municipal de Gravatá, com intuito de salvaguardar a história da cidade, sendo um dos principais pontos de visita turística. Também desenvolvido no governo Didier, o edifício foi tombado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE em 1983.

Figura 52: Mercado Público, atual Mercado Cultural de Gravatá.



Fonte: G1, 2018.

O edifício que hoje abriga o Mercado Cultural da cidade antigamente serviu de sede para o Mercado Público de Gravatá. Situado na Rua Duque de Caxias, nº 89-105, popularmente conhecida como o pátio da feira livre, funciona de terça a domingo das 07h às 19h. Hoje é um dos principais polos de entretenimento e turismo da cidade, com salas para comercialização de artesanato e boxes de gastronomia sertaneja, possuindo espaço também para apresentações artísticas.

Figura 53: Visão aérea do atual Instituto Nossa Senhora de Lourdes, antigo Solar dos Didier.



Fonte: Salesianas Nordeste, 2021.

“[...] fundaram na rua do Cruzeiro, hoje 7 de Setembro na casa 107, uma escolinha de nome Nossa Senhora de Lourdes, no dia 15 de maio de 1918. Nessa pequena escolinha administravam educação e disciplina às moças da cidade. Em virtude da casa ser acanhada para os fins de ensino e não permitir maior expansão, resolveram as Madres procurar outro local. [...] foram surpreendidas pelo convite generoso que lhes fez o Prefeito Joaquim Didier, para se mudarem para o seu solar desocupado naqueles dias. E, em mais um dos gestos generosos que o caracterizavam doou às freiras o próprio solar no

qual morava há 14 anos, facultando assim a melhoria do Educandário Gravataense. Logo mais, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes tornou-se também, internato, aceitando moças de outras cidades.” (Salesianas Gravatá, 2024)

O Instituto Nossa Senhora de Lourdes, também conhecido como Colégio das Freiras, faz parte da Rede Salesianas Brasil Escolas estando sediado em um dos casarões mais conhecidos da cidade, tanto por ter abrigado Joaquim Didier e sua família por muito tempo, mas também pela influência das Irmãs Dorotéias na educação da cidade. Há 54 anos está localizado na Avenida Joaquim Didier, nº 197, no bairro do Cruzeiro, e é o maior e mais conhecido colégio particular de Gravatá.

De acordo com a professora Dilsa Farias³¹ (2017), Joaquim Didier possuía grande apressa pela população e cuidada da cidade como se fosse sua família, investiu na construção de indústrias, pontes, avenidas, açudes, casarões e prédios, além de arborizar o centro da cidade, fazendo com que Gravatá se desenvolvesse e alargasse suas expectativas.

A reputação de Didier não é difundida apenas verbalmente ou em conversas informais, estava também estampada nos jornais, como é o caso da reportagem do Estado de Pernambuco no ano de 1909 edição B00066:

“Na actual administração municipal do coronel Joaquim Didier, tem sido o município dotado de importantes melhoramentos, e na sede tem-se construído moderníssimos edifícios publicos, como sejam, paço municipal, considerado o melhor de todo o interior do Estado; escola municipal, também moderno e luxuoso predio. Em breve será iniciado o mercado publico, que será importante obra d’arte e espaçoso. Opportunamente será installada a iluminação publica a acetylene; devendo ser também construído o Travessão. As ruas foram todas niveladas, e o serviço de limpeza publica é o regular que se póde fazer nas cidades do interior. A hygiene é rigorosamente observada.” (Estado de Pernambuco, M-96, 1909)

Com isso, é possível visualizar que seu governo marcou a cidade por colocar como prioridade grandes investimentos e fazer cumprir os seus planos de progresso social, educacional e econômico para a população. Para além da cidade de Gravatá, "na Bahia, em junho de 1922, Joaquim Didier inaugurou a nova fábrica, o curtume "São José", de nome idêntico ao de Gravatá, em Nazaré, pitoresca cidade do Recôncavo, no fundo da baía de todos os Santos." (Lins, 1963, p. 123)

Isto posto, Didier popularizou-se e ganhou o apreço da comunidade, que homenageou-o buscando eternizá-lo. Assim, o Paço Municipal ganhou seu nome, assim como ruas e avenidas, em forma de agradecimento pelas ações realizadas e pelo

³¹ Professora de Língua Portuguesa e Literatura. Ocupa uma cadeira na Academia de Letras e Artes de Gravatá como Colecionadora e Historiadora de fotos antigas de Gravatá e sua população. Possui grande engajamento no Facebook, onde administradora do grupo “Gravatá em fotos e recordações” que conta com mais de 10 mil membros. Ver mais em: <https://m.facebook.com/groups/123806644470306/>

desenvolvimento das potencialidades da cidade, fazendo com que seu nome não seja levado ao esquecimento.

Em contrapartida à intervenção de Didier na estrutura urbana da cidade, em meados da década de 20, durante o governo do ex-presidente Epitácio Pessoa, houveram muitas revoltas, principalmente por parte dos militares, contra o governo e seu regime, que possuía características imperiais e mantinha o poder nas mãos dos políticos oligárquicos. Em 1924, deu-se início a uma campanha militar que tinha como objetivo lutar contra o regime em vigência, sendo denominado de "Coluna Miguel Costa-Preste" ou "Coluna Prestes".

Já fazendo parte da Coluna Prestes, cada integrante recebeu uma incumbência de voltar a sua terra natal e formar um grupo de adeptos e simpatizantes para se juntar a referida Coluna. Destarte, Cleto volta a Pernambuco na clandestinidade, sendo até foguista de navio. Chegando em sua terra natal, organizou - ainda que de forma incipiente - um levante antigovernista e que tinha o objetivo, como já dito anteriormente, de se encontrar com a Coluna Prestes que estava pelo interior do Estado – e Gravatá, que antes era apenas um caminho para seu esperado destino, tornou-se uma “estação final”. (Leal, 2022)

A caminhada liderada por Cleto Campelo³² teve início no dia 17 de fevereiro de 1926, em pleno carnaval, saindo de Jaboatão em direção a cidade de Buíque no sertão pernambucano, o tenente liderava 11 homens armados com rifles e dinamites, todavia, necessitada organizar uma marcha com um número maior de participantes. Na madrugada do dia 18, Cleto Campelo invadiu e tomou a estação da estrada de ferro da *Great Western*, prendendo o telegrafista, o chefe, o fiscal da contadoria, o condutor de trens e um bagajeiro, em contrapartida os operários das redondezas se aliaram ao movimento, somando agora uma marcha com mais de 30 homens.

³² Cleto da Costa Campelo Filho, natural da cidade de Recife, nasceu em dezembro de 1898, formou-se militar em Realengo-RJ aos 18 anos. Serviu como aspirante no 21º Batalhão do Recife e interessou-se pela política logo cedo. Ao ser transferido a 6ª Região Militar entrou ainda mais fundo nas questões políticas, confrontando inclusive o grupo dos Pessoas de Queirós. Como castigo foi transferido para o 6º Batalhão como 2º tenente para a sede de Goiás, no ano de 1922, inclusive preso por 30 dias por causa de seu posicionamento em uma entrevista ao Correio da Manhã. No mesmo ano, foi promovido a 1º tenente, clandestinamente voltou para Pernambuco, alinhou-se a Coluna Prestes e liderou a rebelião da região contra o governo de Epitácio Pessoa.

Figura 54: Cleto Campelo Filho – 2º Tenente – 1921.



Fonte: Alberto Lins, 1993

Ainda em Jaboaão, o tenente arrecadou dinheiro e tomou um trem para que se tornasse seu trem de combate, levando junto com o trem o maquinista, o foguista, o guarda freios e o condutor de bagagens, forçadamente. Seguindo para a cidade de Moreno, o tenente ordenou ao gerente de uma fábrica que seus operários seguissem com eles, tomando, ainda no município, armamentos para seguirem viagem. O mesmo fez na cidade de Vitória de Santo Antão e de Pombos, roubando as armas que encontrava com os passageiros dos outros trens, ordenando a coleta de dinheiro e de homens para juntar-se à sua tropa.

Ao atingir o primeiro túnel da encosta da Borborema, antes do povoado de Rucinha, mandou parar, e fêz saltar à dinamite pequeno pontilhão, cortando a linha quase na curva. [...] Na curva o Sampaio, chegou à janela do primeiro carro, em que estabelecera o comando e de binóculo em punho focalizou a torre da matriz de Sant'Ana, correndo em arco por sobre telhados e árvores. Foi para o lado esquerdo do vagão e visibilizou o morro do Cruzeiro e a capela descalçada do Redendor. [...] Gravatá seria, na ocasião e pelo tempo gasto de Jaboaão até ali, quatorze horas e meia, o lugar ideal de fechar a armadilha. (Lins, 1993, p. 136)

A chegada da rebelião em Gravatá foi anunciada previamente e provocou desconforto e medo, principalmente para os governantes, que a priori tomaram como iniciativa manter os boatos e a população calmos, pois para os gravataense suas terras seriam apropriadas e serviriam de rota para grandes embates. Por causa disso, a cidade ficou esvaziada no dia 18 de fevereiro de 1926, com a chegada do trem do Tenente e sua tropa, o comércio fechou e as portas e janelas das casas também, alguns até foram para as zonas rurais e outros, junto com a curiosidade, ficaram escondidos pelas esquinas para

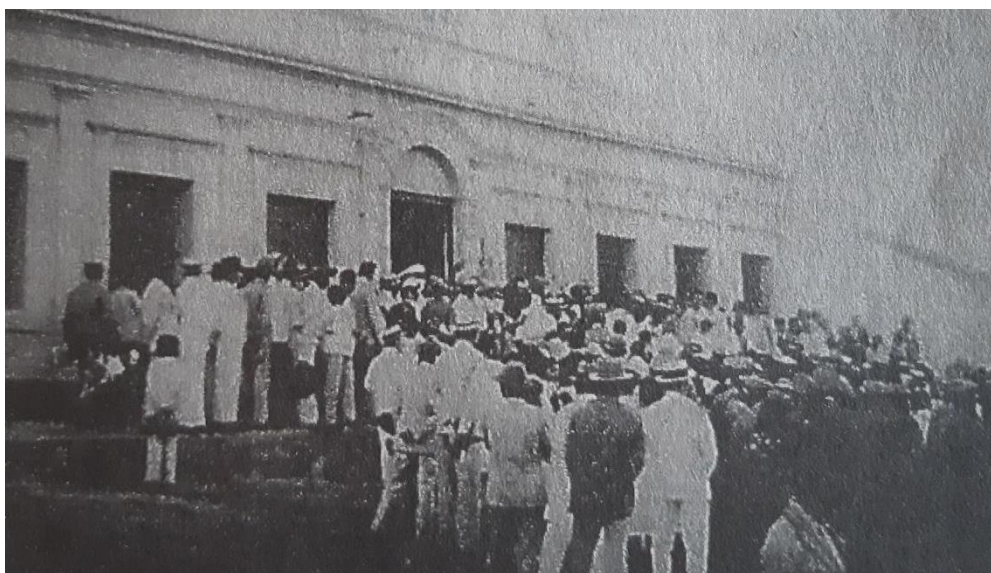
ver o que aconteceria, se tornando “o que viria a ser o núcleo de informações ao vivo e mais confiável do acontecimento.” (Lins, 1993, p. 142)

Por outro lado, Cleto Campelo e seus homens tramavam uma forma de tomar a cadeia para libertar os presos e tomar suprimentos e armamentos. Com a tropa espalhada pela cidade, o Tenente junto ao engraxate Ezequiel³³ não esperou que todos os seus homens se posicionassem e subiram as escadas da cadeia sem medo de qualquer confronto, jogando uma pequena bomba dentro da cadeia, que assustou os presos e os deixou amontoados nas celas.

Ao abrir os portões das celas, a maioria dos detentos não fugiu, preferindo manter-se a ter que juntar-se à tropa, em contrapartida, os oficiais que tomavam conta da cadeia fugira assim que tiveram notícias da chegada da revolução, tornando a entrada ao edifício facilitada. Com sua ação concluída dentro do “quartel”, como era conhecida a cadeia pública, Cleto Campelo e Ezequiel voltara para a calçada, no mesmo momento em que o restante de sua tropa chegava ao local.

[...] Cleto Campelo retornou precipitadamente à calçada, confiando nos seus homens e certo de que todos eles tinham acompanhado a sua ação. Nem bem transpusera a soleira da porta [...] quando o fogueiro do trem, Artur Cipriano dos Santos, que disparava sem cessar depois que chegara, o atingiu com certo tiro, varando-o de lado a lado. Caiu desamparado a dois passos da entrada, batendo com o rosto no cimento da calçada. (Lins, 1993, p. 148)

Figura 55: Movimentação popular em frente à Cadeia Pública logo após o assassinato do Tenente Cleto Campelo no dia 18/02/1926.



Fonte: Oscar Mendes, 2017. Foto – Autor desconhecido, 1926.

A morte de Cleto Campelo é considerada até hoje em Gravatá como um fato marcante, alguns visualizam como um ato heroico e outros como vandalismo, mas o que

³³ O livro do professor Aberto Lins foi o único registro que deu nome a este personagem. Todavia, não há menção de sua origem, sobrenome ou demais características.

importa é que a cidade pacata numa mais foi a mesma, entrando para a história gravatense como um marco. O Tenente recebeu homenagens na cidade, como a renomeação da rua localizada em frente à Cadeia Pública, modificada de Rua do Comércio para Rua Tenente Cleto Campelo, além da atribuição do nome do Grupo Escolar Tenente Cleto Campelo, atual Escola de Referência em Ensino Médio Cleto Campelo.

Por fim, mas não menos importante, a história gravataense foi marcada por mais um ápice de desenvolvimento após a chegada do suíço José Luiz Truan. Filho da espanhola Lourdes e do suíço Ramon Truan, formado em Direito, José Truan é descendente de Louis Samuel Truan Lugeon, pertencente da nobreza rural francesa que se refugiou na Suíça em meados de 1840. Junto a seu bisavô Truan se mudou para o Brasil, chegando em Recife e inaugurando o restaurante Montecarlo, no ano de 1957. Após casar e ter duas filhas, ele se mudou para Gravatá atraído pelo clima, que lembrava sua terra natal. (Antunes, 2021)

Figura 56: José Luiz Truan.



Fonte: JC Online – UOL, 2016.

Em 1964, fundou o Hotel Suíço as margens da BR 232, sendo marcado pela arquitetura alpina³⁴ e as características dos chalés suíços. Após a construção dos conjuntos habitacionais, Truan inaugurou o restaurante Taverna Suíça, em 1968, com gastronomia marcante, servindo pratos típicos da Suíça atraía turistas de lugares distintos que buscavam provar a famosa "*fondue*".

Algumas pessoas duvidam que o suíço José Truan foi o pioneiro da *fondue* no Brasil, porém, seu neto, Joe Henry, herdeiro e atual proprietário da Taverna, afirma em entrevista ao Jornal do Comércio (que a primeira *fondue* servida no Brasil foi no ano de

³⁴ A arquitetura alpina tem como característica principal o uso de madeira nos pisos e telhados, com o teto formado por abas largas fazendo a alusão de um “V” aberto de cabeça para baixo, além da valorização de jardins naturais. É comum utilizar o termo “cabanas” ou “chalés” para este tipo de construção.

inauguração do Taverna Suíça, em 1968, enquanto o restaurante Edelweiss Restaurant, serviu pela primeira vez em Gramado no ano de 1974. Assim, o título da cidade que abrigou a apresentação da *fondue* no Brasil é de Gravatá. O empresário faleceu aos 96 anos, em 2016, em Gravatá comandando sua *Founde House*.

A construção da BR 232 foi um importante veículo para descentralizar o turismo da capital pernambucana, facilitando o acesso às cidades do interior e seus pontos turísticos, desenvolvendo a economia e a infraestrutura dos municípios que fazem parte da rota turística do interior; como é o caso de Gravatá, Caruaru, Garanhuns, Triunfo, Arcoverde, Petrolândia e Exu, por exemplo.

A partir desses investimentos na cidade, outros hotéis começaram a ser construídos, uma vez que houve uma alta no número de turistas e da ampliação dos atrativos turísticos da cidade. Assim como a criação de novos restaurantes, marcando a gastronomia gravataense com influências estrangeiras e regionais. O turismo foi por muito tempo e continua sendo um dos principais ativos econômicos da cidade, com a geração de empregos nas altas temporadas e o intercâmbio cultural, com a confluência de pessoas de diversas regiões do país e do mundo.

Por meio da pesquisa desenvolvida por Wanderson Correia (2015) é possível visualizar os impactos do turismo na economia e no comércio, na sociedade e na cultura, na política e na administração, e no meio ambiente de Gravatá, com base na participação dos gestores da Secretaria de Turismo e Cultura e da Gestora da Agência de Meio Ambiente da Prefeitura de Gravatá³⁵, setores que estão ligados diretamente no desenvolvimento de atividades turísticas.

Tais práticas têm contribuído positivamente para o desenvolvimento da cidade, principalmente no ramo hoteleiro, gastronômico e imobiliário, estimulando o crescimento do comércio e de empreendimentos diversos. Neste sentido, a economia é aquecida e o dinheiro gira com mais facilidade nas demais relações.

Alguns impactos negativos também podem ser observados com os dados trazidos por Correia (2015, p. 41), como: a produção de resíduos excessivos, aumento da poluição sonora, visual, fluvial e atmosférica, o alto índice de especulação imobiliária na cidade, a mudança dos costumes locais com a chegada das atividades turísticas, bem como, “a falta

³⁵ Ainda que não seja o foco desta pesquisa, notou-se a importância de obter tais dados com base na perspectiva da população, uma vez que são eles quem vivenciam tais experiências e fazem o turismo da cidade acontecer juntamente com os administradores e gestores políticos de Gravatá. Sendo de extrema importância a participação dessas pessoas para compreender ainda mais a fundo as potências e limitações do turismo gravataense.

de incentivo à participação dos colaboradores (funcionários) em iniciativas comunitárias, além do aumento de problemas sociais (drogas, marginalização, etc)”.

Diante desta realidade, é importante que o poder público desenvolva políticas públicas capazes de controlar os impactos negativos que podem influenciar mais do que os impactos positivos na cidade. O estímo do turismo de forma responsável, sustentável e inclusiva deve ser feito em consonância com as demandas dos turistas, mas principalmente atendendo as urgências da sociedade gravataense, que vivencia a realidade do local em todas as épocas, não apenas nas altas temporadas.

5.2 MULHERES DESTACADAS NO MEMORIAL MUNICIPAL DE GRAVATÁ

Mas não apenas os homens possuem espaço no Memorial, duas Marias ganham destaque na exposição por suas importâncias na oficialização da cidade, contudo, são pouco conhecidas, estudadas e/ou homenageadas, tornando-as quase apagadas da memória do município.

A professora Maria do Socorro Leão Brasil foi responsável pela criação da bandeira de Gravatá, juntando os elementos que representam a cidade, como o Cristo Redentor do Alto do Cruzeiro no centro e as plantas Gravatá. Maria Brasil possuía relações com as forças políticas gravataenses, sendo liderança de campanhas de redemocratização, nas décadas de 40 e 50, e oradora nos acontecimentos cívicos.

De acordo com o que é repassado oralmente, a figura do Cristo centralizado no meio da bandeira significa a representação do Cristo Redentor do Alto do Cruzeiro de braços abertos, fazendo a alusão de uma bênção à cidade. Já as plantas na base da bandeira referem-se à planta “Gravatá” que deu inspiração para o nome da cidade.

Figura 57: Bandeira de Gravatá e sua criadora, Maria do Socorro Leão Brasil.



Montagem: A autora, 2023.

Fonte: Memorial Municipal de Gravatá.

E a poetisa, atriz e cantora lírica, Maria José de Carvalho, foi responsável pela autoria da letra do Hino gravataense (Anexo A e anexo B), juntamente com o músico, professor e compositor Manoel Pereira da Silva, o qual foi responsável pela composição da melodia do Hino. Ambos participaram do Concurso Hino de Gravatá, concorrendo a autoria da música que serviria de hino e foram contemplados em primeiro lugar, com resultado divulgado na Lei Municipal nº 1.618 de 1981.

Gravatá tu és bela e gentil
Por teus filhos serás sempre amada
Rica joia do nosso Brasil
Ter no berço cidade encantada
Registrando um passado de glória
Tu viveste o episódio real
Foi Campelo este vulto da história
Quem te fez imortal, imortal!
De Justino o audaz cavaleiro
Que um dia em teu solo pisou
Recebemos felizes herdeiros
A herança da paz que ficou! (Carvalho; Silva, 1981)

Apesar de Maria Carvalho ser considerada uma das grandes influências no meio cultural da cidade, pouco se falam de seus feitos. Mas esta realidade não é apenas para as contribuições de Maria Carvalho, a difusão da participação de outras mulheres no desenvolvimento da cidade de Gravatá é tão escassa que registros são quase inexistentes. Diferentemente das conquistas masculinas, como visto na seção anterior, o que reforça a dominação de pensamentos patriarcais, onde as mulheres são colocadas em segundo plano, sem considerar seu lugar na sociedade como agente transformador.

Figura 58: Maria José de Carvalho, autora do Hino de Gravatá.



Fonte: Memorial Municipal de Gravatá.

É notório que as mulheres conquistaram – e ainda estão conquistando – espaço na sociedade com luta e reivindicação, sendo por vezes oprimidas, violentadas, e até mortas, em busca de oportunidades igualitárias diante de uma sociedade culturalmente machista. Embora que o caminho para a igualdade de gêneros tenha começado a ser trilhado, ainda é possível visualizar que as experiências femininas são distintas das experiências masculinas, ainda que ambos estejam inseridos na mesma sociedade, por causa de padrões patriarcais enraizados, como explica Linda Nochilin (2016).

Por este viés, segundo Adriana Piscitelli (2002), uma das causas dessa distinção social está relacionada a subordinação feminina, tendo como base o modo como as mulheres são construídas socialmente desde crianças. O lugar, a cultura e a época histórica em que estão inseridas são fatores que marcam e reproduzem essas práticas, reduzindo-as a estarem em posições subalternizadas. Essa subordinação reproduz um padrão limitante, tendo suas representações totalmente inseridas no universo masculino, as impossibilitando de ter voz e vez como indivíduo social.

Neste sentido, a determinação de significados e concepção de valores as normas sociais são criações humanas, com influências e interesses pessoais. Da mesma forma que são construídas podem e devem ser modificadas de acordo com as demandas que as sociedades apresentam. Por isso é tão importante o questionamento e posicionamento constantes sobre as práticas reproduzidas em sociedade. Os discursos brasileiros do movimento feminista, por exemplo, auxiliaram nessa modificação estrutural, trazendo propostas para uma reconfiguração social para as mulheres a partir do século XIX, partindo das ideais de Adriana Piscitelli (2002) e Carla Gomes e Bila Sorj (2014).

Isto posto, vale a pena ressaltar que a construção social das pessoas, assim como em Gravatá, é desenvolvida a partir de experiências e interesses. Os modos de pensar,

agir e saber fazer são elementos construídos com base nas convenções culturais desenvolvidas através das influências em sociedade, considerando o passado, a memória e a história de uma região específica e um tempo determinado. Sem excluir a possibilidade de modificação de costumes e pensamentos, uma vez que a sociedade, como um todo, está em constante mudança.

Com isso, Coelho Netto (2008) nos mostra que na sociedade ocidental, a cultura é compreendida enquanto instrumento transformador ou, pelo menos, permite a transformação. Sendo vista como puramente positiva, mas que é domesticada e não permite suas diversas fruições, reduzindo-se as políticas normativas que buscam definir e engessar essas noções. Para ele, não se pode comparar culturas distintas e suas dinâmicas, uma vez que a cultura é compreendida como dinâmica, livre, individual e de poder, seja esse poder social ou político.

Assim, as culturas, principalmente ocidentais, se modificaram e se adaptaram com o passar do tempo, alterando suas maneiras de fazer e se expressar de acordo com as necessidades e demandas de seu tempo e sua localidade. Essas transformações respingam nas instituições culturais de maneira direta e indireta, e uma das formas de visualizar essas relações é através da comunicação expositiva.

5.3 MEMÓRIAS OCULTADAS

Como enfatizado por Bruno (2006, p. 154), “os museus são lugares da memorização tanto quanto do esquecimento” e o Memorial Municipal de Gravatá possui seus esquecimentos quando o assunto são as memórias das pessoas comuns que construíram a cidade e que foram colocadas nos bastidores, sendo levadas, inclusive, ao esquecimento.

Por muito tempo Gravatá possuía anualmente edições da Revista Gravatá que buscava apresentar informações culturais e sociais de uma forma mais próxima do público. Mesmo que uma forma cerimonialista, essas produções carregam informações que hoje encontram perdidas e quase fadadas ao esquecimento, como é o caso de algumas figuras populares da cidade.

Almeida (2000) junto à pesquisa realizada por Ricardo Carvalho, escreveu uma matéria sobre personagens gravataense que eram conhecidos na cidade entre a década de 20 e 30 do século passado e que por vezes nem por seu nome próprio eram reconhecidos. Como é o caso do “pedidor” de esmola Cartolinha, que agradecia o que recebia através do canto e do conto de histórias.

Figura 59: Cartolinha, o pedidor de esmola.



Fonte: Zé Peregrino, Antônio de Almeida - Revista Gravatá, 2000.

Além dele, havia “Coruja” que vendia um pastel chamado "truita ou "truta" em um tabuleiro, assim como Cartolinha também tinha o hábito de cantar enquanto oferecia seus produtos aos fregueses, que em sua maioria eram as crianças que estudavam na Escola Cleto Campelo e do Externato Paroquial.

Figura 60: Coruja, o vendedor de pastel.



Fonte: Zé Peregrino, Antônio de Almeida - Revista Gravatá, 2000.

Além desses dois, haviam alguns outros, como o “Velho da pá” que contava histórias sobre suas riquezas imaginadas e faleceu em um trágico acidente de trem. “Manuel Beltrão” vendedor de ferro velho e declamador de poesias de Olavo Bilac e Castro Alves. “Chico do Vento” considerado por Almeida (2000) como “débil mental³⁶”, vivia nas ruas sem falar com ninguém apenas tocando os postes com os dedos.

³⁶ Apesar de não ser mais aceita socialmente, Almeida (2000) utilizou tal expressão para se referir à uma condição mental, onde a pessoa possui desenvolvimento intelectual ou mental insuficiente. Em 2009, o termo “alinhada ou débil mental” foi excluído do Código Penal após a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79 de 2007.

"Manoel Valentão" que parecendo um general militar trajava um paletó cheio de medalhas e narrava batalhadas imaginárias. "A mulher que matou o marido com a mão de pilão" que não se sabe ao certo o porquê deste nome, mas ficou marcada na cidade por ter o hábito de falar palavras consideradas de baixo calão junto a sua mãe "Nenê". "Zé da Silva" que fazia todos rirem com suas brincadeiras. "O Beato Natalício" que servia de porta-voz dos feitos políticos e denunciava as promessas não cumpridas.

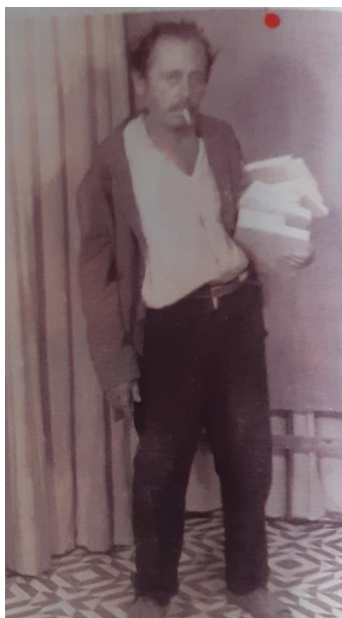
Também "André do Mungunzá" que ficou famoso pelo bordão "Munguzá... Munguzá... está quentinho e tem canela". "Abelardo de seu Inacinho" trajado de paletó anunciava descobertas científicas, como a ida do homem à lua de bicicleta. "Mariano Doido" que atualizava a todos com os números da milhar, centena, dezena e os resultados do jogo do bicho, diariamente.

"Velo" que trabalhava no Cine Holanda e apresentava o filme e as comédias. "O Homem do funil-Bodinho" que apresentava à população notícias da cidade como notas oficiais da Prefeitura, notas de falecimento e festas. "Zé do Gelo" o primeiro vendedor do Jornal do Comércio, Diário da Noite e Diário de Pernambuco da cidade.

Além dessas pessoas, ainda havia:

"Nego Diz" que foi assassinado; 'Arnaud' que procurou um calendário na cadeia, asseverando que foi cliente daquela casa por um ano e 'Chirinha' que pilotava um carro imaginário, 'Maria Bacalhau' e 'Toinha Doida', onde grupo de meninos de rua andava atrás dela e gritava: Pá! E a mesma não gostava." (Almeida, 2000, p. 31)

Figura 61: Arnaud, "cliente" da cadeia.



Fonte: Zé Peregrino, Antônio de Almeida - Revista Gravatá, 2000.

Percebe-se que as pessoas que foram o foco da matéria acima são pessoas colocadas às margens da sociedade, que não fizeram parte da classe econômica

favorecida, mas participavam do cotidiano da cidade. As relações eram estabelecidas nos diálogos informais e marcavam os locais e a temporalidade de acordo com as características desses personagens.

É notório que assim como as figuras apresentadas pelo Memorial, estas e tantas outras pessoas também participaram da construção histórica e cultural de Gravatá, e por isso, suas existências poderiam também serem identificadas nas paredes do Memorial Municipal.

Todavia, suas memórias, histórias e influências sociais não possuem espaço na exposição do Memorial Municipal. Arrisco dizer que, provavelmente, suas memórias não devem ter sido nem cogitadas a entrar neste espaço, uma vez que a noção de “cultura” e de “representação”, principalmente nas instituições culturais das cidades de interior, ainda permeia o campo de relevância a partir do capital econômico e político, deixando de lado os indivíduos que de fato movem a engrenagem social.

Para além desses rastros de memória apresentados, algumas outras memórias ficaram de fora da narrativa do Memorial, principalmente aquelas que participam dos elementos que fazem Gravatá ser conhecida, como o seu artesanato.

Assim como as memórias, os saberes-fazer também podem ser compreendidos na qualidade de patrimônios imateriais que merecem ser salvaguardados e perpetuados. Além de ser uma forma de respeito com a história criada através dessas tradições, também significa reforçar representatividade social, tanto de forma política quanto cultural. Para isso, duas produções artesanais ganham destaque na cultura gravatense e movimenta sua economia local: a Bonequinha da Sorte e os móveis rústicos de madeira.

Um dos artesanatos mais comuns de Gravatá e que marcam a cultura é a Bonequinha da Sorte. Com apenas 2 centímetros, reúne 12 pessoas, distribuídas em 16 processos para sua fabricação, sendo 100% artesanal e feita exclusivamente por mulheres. Cada costureira produz uma parte da bonequinha, que posteriormente são reunidas e dão vida à pequena boneca.

Geralmente são coloridas e são trajadas com chapéu e saia armada, algumas possuem características de épocas específicas, como São João, Independência do Brasil e Natal. Essas peças são comercializadas em várias partes da cidade, mas possuem maior concentração na Estação do Artesão, onde é possível identificar sua figura em artefatos diversos, desde chaveiros e broches até porta-trecos, variando seus valores a partir de R\$3,00.

Figura 62: Bonequinha da Sorte de Gravatá.



Fonte: Revista Good PE, 2018.

A bonequinha da sorte foi desenvolvida pela artesã Nilza Bezerra, gravataense que foi declarada Patrimônio Vivo de Pernambuco em 2023 por causa de sua produção. Este artefato é considerado um amuleto, seu tamanho minúsculo faz com que seja fácil carregá-la e, assim, cumprir a função explicada em sua embalagem: “Na carteira, chama dinheiro. No automóvel, proteção. No colar, saúde. No bolso esquerdo, paixão.” (Vasconcelos, 2023)

Figura 63: Reconhecimento de Nilza Bezerra enquanto Patrimônio Vivo de Pernambuco, pelo prefeito de Gravatá, Joselito Gomes, em 2023.



Fonte: Felipe Vasconcelos, Prefeitura de Gravatá, 2023.

Atualmente, a bonequinha está presente ao lado do nome da cidade nos diversos tipos de artesanatos, inclusive em uma escultura na Praça Rodolfo de Moraes, em frente ao Paço Municipal, e em cima da mesa de atendimento do Memorial Municipal de Gravatá. Todavia, nem a sua história nem a de sua criadora estão evidentes na narrativa do Memorial.

Em uma entrevista para a Prefeitura Municipal de Gravatá, Nilsa Bezerra mostra que o reconhecimento de seu trabalho enquanto um símbolo cultural da cidade demorou 45 anos para acontecer.

“Quero agradecer por esse reconhecimento que eu tive da bonequinha da sorte, da qual eu sou criadora, porque nunca ninguém tinha reconhecido e agora com essa gestão, que me ajudou, sou a Mestra da Bonequinha da Sorte de Gravatá. O sentimento pra mim é de muita felicidade e agradeço às meninas que trabalham comigo, faz 45 anos que faço a bonequinha da sorte e tenho 12 mulheres que trabalham comigo.” (Vasconcelos apud Bezerra, 2023)

Nilsa Bezerra é apenas uma das grandes costureiras e artesãs que existem na cidade, que faz a economia girar e a cultura ser difundida, mas que não possui o devido reconhecimento. Sua história deveria estar presente na narrativa do Memorial, pois assim como os personagens elitizados e políticos, suas mãos construíram e constroem a cidade, empoderaram mulheres e as tiram da marginalização a elas impostas. Porém, ainda há o apagamento dessas pessoas em instituições culturais como o Memorial, que deveria salvaguardar a história e a cultura de seu povo.

Outro elemento que caracteriza a cidade é a produção de móveis rústicos. De acordo com Antônio de Almeida (2000), Raimundo Belarmino, Geraldo Cavalcanti e Pedro Alejado da Estação foram os pioneiros na fabricação de móveis rústicos com madeira maciça, sendo inclusive Geraldo Cavalcanti convidado pelo governo do estado a ser professor de uma escola de marcenaria, para difundir seu conhecimento. O responsável por adquirir madeiras da região amazônica como, amarelo citim, angelim pedra e mouricatiara, foi Raimundo Belarmino, com o intuito de produzir móveis de alta qualidade.

Segundo Almeida (2000), em 1979 surgiu a primeira fábrica de brinquedos educativos em madeira, o grupo ART Gravatá. Daí em diante, Gravatá ficou conhecido por seu polo moveleiro rústico e começou a produzir para outras regiões, dentro e fora do estado, surgindo a necessidade de criar uma associação para intermediar e gerenciar essa prática.

Figura 64: Polo moveleiro – Rua Duarte Coelho, Gravatá.



Fonte: Sant'Anna Pousada.

Em conjunto ao SEBRAE, à Universidade Federal e ao Governo do Estado, entre 1994 e 1998 a Associação dos Fabricantes de Móveis e Artefatos de Madeira de Gravatá - AFMAM conseguiu apoio para capacitar o conhecimento técnico dos fabricantes e designer de móveis rústicos, abrindo as portas para que o ramo moveleiro impulsionasse o crescimento da cidade.

Todavia, se não informalmente, no boca-a-boca, nada existe sobre os operários que trabalharam e ainda trabalham para que as lojas obtenham seus famosos móveis rústicos. Assim como nos registros em jornais e revistas, no Memorial Municipal também não é possível obter informações sobre este recorte do artesanato gravataense e menos ainda sobre os operários que faziam/fazem essa engrenagem funcionar.

6. MÃOS QUE CONSTRÓEM GRAVATÁ

Sair do 'eu sei' absoluto para reconhecer o 'eu não sei' absoluto, em particular a tudo que concerne a vida afetiva e imaginaria de si mesmo e do outro. (Barbier, 2002, p. 15)

A narrativa gerada acerca dos objetos expostos no Memorial da Cidade de Gravató busca cumprir a função de expor as peças enquanto representante da cultura e da memória coletiva por meio da materialidade, identificando e revelando afetos, experiências, conhecimentos e acontecimentos no acervo da instituição. Todavia, é necessário compreender que estas representações são influenciadas diretamente pela forma que as pessoas se relacionam em sociedade, realizando recortes da realidade através de suas intencionalidades e formas de compreender o mundo, considerando suas experiências e seus repertórios culturais e sociais como um todo.

É seguindo por essas relações que este capítulo apresenta análise dos dados coletadas nos formulários aplicados, tendo por objetivo compreender de que forma estes gravataense visualizam a instituição e se relacionam com ela, que por sua vez busca representar a identidade cultural da cidade. Além de analisar, as informações adquiridas por meio das entrevistas realizadas com os funcionários do Memorial, a fim de assimilar também os tipos de relações existentes entre esses colaboradores, a instituição, o acervo e a narrativa apresentada, partindo dos objetos em exposição.

Todavia, faz-se necessária a compreensão da forma que a representação da realidade é trabalhada para que seja possível inseri-la em uma sala expositiva. Uma vez que, seleções, cortes, exclusões e destaques precisam ser realizados como estratégia comunicacional, considerando que não é possível representar fielmente a realidade social, independente no contexto inserido, pois, as atividades expográficas, assim como as demais atividades museais, são realizadas por pessoas, e pessoas são construídas por interesses e experiências, com pontos de vistas a partir de ângulos distintos.

6.1. REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE: ATÉ ONDE É REAL?

Os espaços culturais possuem influência direta e indireta na formação subjetiva de indivíduos e na reafirmação de identidades de uma sociedade. As exposições têm a potencialidade de estimular questionamentos, identificações e afetos nas pessoas por meio das possíveis relações geradas.

No Memorial da Cidade de Gravató, assim como nas demais instituições museais e afins, dois elementos estão presentes em seu acervo, esteja ele exposto ou não: a representação e a representatividade.

Por mais que sejam complementares, não são sinônimos. De modo geral, a representação é uma forma de registrar uma parte da realidade através da materialidade, por meio do uso de signos e da linguagem; já a representatividade pode ser compreendida enquanto um princípio de reconhecimento e/ou afirmação identitária, como veremos adiante.

Os estudos das representações buscam entender de qual maneira as imagens representam a realidade em que estamos inseridos, por quem foram produzidas e quais intencionalidades as motivaram. Para Stuart Hall (1997), não existem significados pré-estabelecidos, são os próprios criadores das representações quem introduzem essas características aos signos; referenciando-se aos representados, seja ele um indivíduo, um grupo, uma realidade, um espaço ou um tempo. Segundo o autor, esta prática faz uso da linguagem enquanto um instrumento de poder reafirmador das significações criadas.

Em concordância com Hall (1997), nenhuma representação mostra a realidade em si, pois necessita de uma seleção do que será apresentado nos limites do tempo e do espaço. Ou seja, a representação da realidade é parcial, uma parte escolhida para dar sentido ao real. Para representar são utilizados signos, que por sua vez são organizados pela linguagem (gestual, verbal, visual, espacial, etc).

Tal linguagem se apresenta enquanto convenção social, ocorrendo apenas quando existe um contato compreensível entre dois ou mais indivíduos, através de códigos – seja verbal ou não. Ainda em concordância com o autor, estes signos são utilizados para representar ou fazer referência a algo. Para que se possa compreender essa referência é necessário que o indivíduo possua repertório que possibilite comunicar-se com tal signo.

Desta forma, Hall (1997, p. 15) nos mostra que usamos no nosso cotidiano um "sistema de representações", onde é possível criar conceitos sobre coisas que muitas vezes nunca nem tivemos contato, podendo ser desde a materialidade, como os objetos que usamos, até a subjetividade, como por exemplo os sentimentos, crenças e ideologias. Esses conceitos são individuais, todavia com influência da coletividade, ao estar inserido em sociedade, sendo possível organizar, classificar, dispor e, inclusive, separar tais conceitos, estabelecendo complexas relações entre si.

A partir do momento em que os conceitos são desenvolvidos, a linguagem se torna ferramenta importante para que seja possível ter entendimento do que está sendo representado. E desta forma, as interpretações ganham força, pois os conceitos que representam as coisas possuem significados, que por sua vez estão expressos em signos, e estes para serem decodificados necessitam de repertórios.

*Los signos visuales y las imágenes, aun aquellas que tienen una semejanza estrecha con las cosas a las cuales se refieren, son signos: portan sentido y por tanto deben ser interpretados. Para hacerlo, debemos tener acceso a los dos sistemas de representación discutidos antes: a un mapa conceptual que correlacione las ovejas en el campo con el concepto de una ‘oveja’; y un sistema de lenguaje que en lenguaje visual, tenga alguna semejanza con la cosa real o ‘se le parezca’ de algún modo.*³⁷ (Hall, 1997, p. 17)

Neste sentido, para que as representações possam ser compreendidas através de seus significados e conceitos, estes são construídos originalmente pelo sistema de representações, que está incluso em nossa sociedade. Sendo estes elementos determinados por códigos e estabelecidos por correlações com nossos conhecimentos e interesses, tendo como base nossa linguagem e bagagem conceitual. A partir daí tais representações conseguem cumprir seu papel de ser referência a algo quando essas relações são estabelecidas através do psíquico.

Para o professor Coelho Netto (2014) os conceitos de “informação” e “significação” são distintos e inconfundíveis, uma vez que o primeiro está relacionado a uma linguagem sistemática, sem interferências ou interpretações subjetivas e o segundo está diretamente ligada à subjetividade, por seu valor interpretativo e particular. O que cada pessoa faz com uma informação transforma essa mensagem em uma significação própria, sendo assim cada indivíduo possui seus significados de acordo com seus repertórios.

Trazendo para o campo museal, a informação se apresenta a partir dos dados existentes na documentação museológica, que são, em seguida, suporte para a musealização dos objetos, por exemplo, onde o conjunto de informações cumpre a função de identificar, sistematizar e fazer referência ao objeto, evitando interferências interpretativas. Já a significação começa a acontecer desde o momento em que o objeto entra na instituição, passando pelo processo de musealização até as ações socioeducativas realizadas pela comunicação das peças, desenvolvendo tais significações desde a seleção até o contato com o público.

Nesta perspectiva e em conformidade com Coelho Netto (2014), a mensagem informacional tem por objetivo a eliminação de dúvidas, sendo direta e objetiva. O que acaba se afastando da proposta da exposição de longa duração do Memorial, uma vez que mesmo ao narrar uma história através dos objetos, trazendo dados e conteúdos

³⁷ “Sinais e imagens visuais, mesmo aqueles que têm grande semelhança com as coisas a que se referem, são sinais: carregam significado e, portanto, devem ser interpretados. Para tal, devemos ter acesso aos dois sistemas representacionais discutidos acima: a um mapa conceptual que correlaciona ovelhas no campo com o conceito de “ovelha”; e um sistema de linguagem que, na linguagem visual, tem alguma semelhança com a coisa real ou “se assemelha” a ela de alguma forma.” (Hall, 1997, p. 17, tradução da autora)

quantitativos, as pessoas observantes interpretam e refletem a partir de seus interesses e repertório, ressaltando memórias e ressignificando essas informações ao fazer contato com suas memórias.

Da mesma maneira, podemos visualizar que as peças que constituem o acervo do Memorial da Cidade de Gravatá – assim como em outras instituições – são repletas de distintos significados. Uma mesma fotografia, por exemplo, pode despertar diferentes sentimentos – nostalgia, raiva, alegria, amor e outros – nas pessoas observantes. A maneira que o objeto se comunica com culturas, memórias e histórias, é capaz de evidenciá-las e/ou silenciá-las na mesma proporção. Por isso é importante, estar atento à forma de construção de representações.

À vista disso, é importante questionarmos e analisarmos os sistemas de troca, e aqui nomeio esse sistema de troca enquanto a instituição e a curadoria desses objetos representativos. A partir do momento que são selecionados e determinados os vestígios arquitetônicos, as louças finas e as vestimentas religiosas, por exemplo, tornam-se possível caracterizar e fazer alusão a memória coletiva de uma cidade, quem realiza essa ação possui um propósito e uma intencionalidade.

Analisando a própria sede do atual Memorial da Cidade de Gravatá, é possível imaginar que diversas narrativas são criadas a partir de um mesmo objeto de observação. O prédio pode ser visto, por exemplo, por pesquisadores e estudiosos como sede de acontecimentos históricos, marco de um período específico do município; por políticos, turismólogos e historiadores enquanto um recinto representativo e cultural; e até mesmo ser visto pela sociedade, ex detentos ou seus familiares e amigos como um lugar passível de desprezo e angústias, onde foi a cadeia da cidade durante muitos anos. Assim, é possível idealizar como as relações também são dadas a partir dos objetos expostos em seu interior.

Isto posto, Stuart Hall (1997) nos apresenta o problema da representação também a partir do discurso, não considerando apenas as influências das relações de sentido, mas também as relações de poder. As regras que produzem valores semânticos e que regulam dinâmicas através do discurso também são responsáveis por interferirem nos significados das representações, através da linguagem e sua prática.

*Así como un discurso 'rige' ciertos modos de hablar sobre un tópico, definiendo un aceptable e inteligible modo de hablar, escribir, o comportarse uno, del mismo modo, por definición, 'excluye', limita y restringe otros modos de hablar, o conducirnos en relación con el tópico o de construir conocimiento sobre el mismo.*³⁸ (Hall, 1997, p. 38)

³⁸ Assim como um discurso “governa” certas maneiras de falar sobre um tema, definindo uma forma aceitável e inteligível de falar, escrever ou se comportar, da mesma forma, por definição, 'exclui', limita e

Por esta ótica, é importante que discursos sejam criados para direcionar problemáticas, reflexões e informações a partir dos objetos expostos, todavia quando juntamente a estes discursos são impostos pensamentos, opiniões e conhecimentos, a interação e troca com o público é limitada.

Pois, as referências impressas na materialidade através da linguagem e dessa narrativa, limitam-se a representações homogêneas e acabam por reproduzirem padrões que legitimam desigualdades nos âmbitos culturais, políticos e econômicos; favorecendo assim, a permanência de ideologias que afastam a possibilidade de equidade entre pessoas(as) que compõem o social, tornando-se entre outras, um dispositivo de racialidades. (Carneiro, 2023)

A utilização da linguagem, do afeto³⁹, da Figura e de demais elementos para construção de uma representação, e também o seu discurso, são utilizados de maneira intencional, com objetivo de alcançar determinado interesse. Seja ele qual for, são esses interesses que direcionam narrativas, perspectivas e ações, fazendo uso de manipulações, recortes, exclusões e destaques dentro e fora das partes institucionais da cultura e da memória.

Fazendo uma análise acerca de um quadro, mas que podemos relacionar aos objetos tridimensionais, Hall (1997) mostra que representar vai além do que é apresentado, considerando também o que foi deixado de fora.

*Todo es en cierto sentido visible en el cuadro. Y sin embargo, de lo que 'se trata' –su sentido— depende de cómo lo 'leamos'. Está construido tanto alrededor de lo que se ve como de lo que no se ve. No puedes ver lo que está siendo pintado en el lienzo, aunque esto parece ser el punto de todo el ejercicio. No puedes ver lo que todo mundo está viendo, que son los sentados, a no ser que asumamos que hay un reflejo de ellos en el espejo. Ellos están y no están en el cuadro. O mejor, están presentes a mediante una substitución. No podemos verlos porque no están directamente representados: pero su 'ausencia' está representada –reflejada a través de su reflejo en el espejo del fondo. El sentido de la pintura es producido, dice Foucault, a través de este complejo inter-juego entre presencia (lo que ves, lo visible) y ausencia (lo que no ves, lo que ha sido desplazado al marco). La representación trabaja tanto por medio de lo que no está mostrado como de lo que lo está.*⁴⁰ (Hall, 1997, p. 51)

restringe outras formas de falar, ou de nos comportarmos em relação ao tema ou de construir conhecimento sobre ele. (Hall, 1997, p. 38, tradução da autora)

³⁹ No sentido de afetar, inquietar.

⁴⁰ “Tudo é, em certo sentido, visível na pintura. E, no entanto, aquilo que “trata” – o seu significado – depende de como o “leamos”. É construído em torno do que é visto e do que não é visto. Você não consegue ver o que está sendo pintado na tela, embora esse pareça ser o objetivo de todo o exercício. Você não pode ver o que todo mundo está vendo, que são as pessoas sentadas, a menos que assumamos que há um reflexo delas no espelho. Eles estão e não estão na foto. Ou melhor ainda, estão presentes através de uma substituição. Não podemos vê-los porque não estão diretamente representados: mas a sua “ausência” é representada – refletida através do seu reflexo no espelho ao fundo. O sentido da pintura é produzido, diz Foucault, através desta complexa interação entre presença (o que você vê, o que é visível) e ausência (o que

Assim, as práticas representativas em conjunto com a sociedade colocam em evidência demandas e urgências sociais em espaços institucionalizados de cultura e memória, de modo a estar em concordância com posicionamentos e valores da organização. Ao aproximar a comunidade das práticas museais, novas ideias e formas de representar as dinâmicas sociais são visibilizadas, sendo possível incluir nas exposições e nas ações educativas e culturais não só a representação, mas também a representatividade.

Neste contexto, a representatividade está além de fazer referência a algo ou alguém, como ocorre na representação. Ela se manifesta por meio do reconhecimento do indivíduo através dessa representação, está muito mais ligada à uma afirmação identitária, sentir-se pertencente a algo, do que ao fato de estar simplesmente exposto. A representatividade pode ser manifesta diretamente, como por exemplo a presença de indivíduos subalternizados em lugares políticos de tomadas de decisões, ou indiretamente, como o reconhecimento identitário através de narrativas, experiências e realidades.

Apoiando-se nas considerações de Conrado Dess (2022), a representatividade em coletividade é dada por meio da hierarquização de pessoas com base em sua visibilidade social. Mesmo indivíduos que fazem parte de um mesmo grupo, ainda assim não são compreendidos nas mesmas condições. Isso ocorre por causa dos lugares que são ocupados na cadeia hierárquica social, onde os maiores e menores graus de visibilidades se acomodam nas mesmas proporções nos espaços de poder.

Em teoria, um homem branco pode perfeitamente representar os interesses de um grupo de mulheres negras, pois ele não é representativo desse grupo, mas apenas está atuando nessa função. Atualmente, contudo, tem-se entendido que características e vivências comuns podem se tornar importantes ferramentas de luta também na representação política, o que tem confundido a figura do organismo representativo com a do representante delegado. É o que acontece quando vemos a eleição para cargos executivos de mulheres negras, pessoas trans, indígenas, que propõem defender as causas de seus grupos. Nesses casos, sobrepõem-se a representação política e a representatividade, visto que entra também em jogo o efeito estético que a presença desses corpos causa nos regimes de visibilidade. (Dess, 2022, p. 10)

Neste sentido, a representação e a representatividade andam de mãos dadas e são complementares, pois as referências que são criadas no contexto social em geral – considerando a inserção de ambas nas instituições museais, culturais, de ensino e demais organizações – fortalecem as identidades, fomentam a troca, inclusão e a igualdade,

você não vê, o que foi deslocado para dentro da moldura). A representação funciona tanto através do que não é mostrado quanto através do que é.” (Hall, 1997, p. 51, tradução da autora)

validam experiências e amplificam narrativas e vivências, mas também causam invalidação de identidades.

Ambas as práticas se debruçam sobre uma parcela da realidade selecionada, todavia, é possível visualizar maior compromisso social com tal parte escolhida quando a representatividade se faz presente. Pois, ao possibilitar que culturas e identidades possam ser apresentadas, difundidas e reconhecidas respeitando suas potências, limitações e demandas, torna-se viável a identificação dos indivíduos pertencentes a tais grupos que por muitas vezes foram apagados e excluídos dos espaços de cultura e memória.

Atrelada à representação e à representatividade, outro elemento indispensável na construção de uma Figura social é a identidade. Para Michael Pollak (1992) a identidade, assim como a memória, é um mecanismo de afirmação construído individualmente ou em coletivo, que permite que o indivíduo ou o grupo produza referência a si que podem ser reconstruídas de acordo com sua coerência e continuidade. Ou seja, trata-se de uma Figura adquirida ao longo da vida, apresentada conforme a representação que se deseja ser repassada em comunidade, interferindo diretamente no modo em que, o grupo ou indivíduo, é percebido socialmente.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (Pollak, 1992, p. 204)

Neste sentido, a identidade e o meio em que o indivíduo está inserido funcionam de modo equivalente, podendo ser construídos e moldados pelo indivíduo, ao mesmo tempo em que ele é influenciado pelos paradigmas desses dois dispositivos. Por meio das dinâmicas sociais, o indivíduo torna-se capaz de conhecer sua realidade, assim como suas relações com sua cultura e com os elementos que a legitimam, assim é através desse processo de autorreconhecimento que a identidade ganha força e forma.

As características da identidade podem estar impressas na materialidade e na imaterialidade, assim como ocorre com a memória. Desta forma, as relações afetivas podem ser despertadas por meio do reconhecimento identitário com representações existentes em espaços, temporalidades, acontecimentos, objetos, narrativas, práticas e vivências, sem excluir ou deslegitimar a atribuição de valores a esses símbolos.

Ulpiano Meneses (2009) em seu artigo “O campo do Patrimônio Cultural: uma revista de premissas”, explora uma ilustração francesa onde em uma igreja determinada senhora estava em oração e em certo momento um guia com um grupo de turistas sentiu-

se incomodado com a presença da “velhinha”, por ela estar atrapalhando a visitação de tais turistas à um patrimônio.

A cena nos mostra que existem diferentes formas de lidar com um bem patrimonializado, assim como existem múltiplas maneiras de tratar a identidade e a memória. Por um lado, há quem defenda o afastamento ou o desuso para a preservação, e por outro lado, existe a compreensão de que o uso e a aproximação fazem com que tal patrimônio seja reconhecido enquanto um símbolo representativo.

Apoio-me no segundo pensamento. Para que o reconhecimento, o usufruto e a difusão da memória e da identidade ocorram, faz-se necessária que ambas sejam construídas por meio das dinâmicas sociais. Uma coisa só tem importância para alguém, coletivo ou individual, caso estabeleça algum tipo de relação para este, pois estas autenticações culturais ocorrem subjetivamente por meio de interferências sociais. A rejeição, a aceitação, a apropriação, o destaque, a exclusão, a incorporação e demais ações relativas aos objetos só conseguem ser manifestadas a partir do momento que os pessoas entram em contato com as peças.

Isto posto, é possível visualizar que assim como as concepções de memória, as construções identitárias não são isentas de intencionalidades e interesses. Ambas possuem interferências diretas da realidade em que o indivíduo está inserido, considerando suas crenças, seus posicionamentos, suas vivências e suas ambições. Ou seja, bem como as demais estruturas sociais, “as identidades construídas, não são representações simbólicas neutras”. (Santos; Chagas, (2007, p.18)

No Memorial da Cidade de Gravatá – assim como em outras as instituições museais e afins – tais construções sociais se fazem presente, principalmente nas narrativas desenvolvidas na comunicação do espaço. Estas concepções são estabelecidas desde a seleção dos objetos que comporiam o acervo e representam a memória e a cultura de Gravatá, até sua organização nos espaços expositivos.

No caso do Memorial, o destaque de identidades e memórias de um grupo específico – como o grupo político e o grupo religioso – se sobressai em comparação a outras, que acabam sendo alocadas em locais de menor visibilidade ou até mesmo não chegam a estar inclusas nessas narrativas. É possível visualizar na história da cidade, que seu surgimento e desenvolvimento não ocorreu por parte apenas de alguns personagens ali identificados. Trabalhadores(as) rurais, cultivadores(as) de plantios, vaqueiros(as), povos originários, nômades e refugiados⁴¹ foram as primeiras pessoas a habitarem as

⁴¹ Em referência à apresentação dos primeiros habitantes das terras de Gravatá, como exposto por Alberto Lins (1993, p. 47).

terras gravataenses e suas memórias não são apresentadas como elemento constituinte da criação da cidade.

Bem como a própria memória da Cadeia Pública, que além de seu prédio e da associação a figura do Tenente Cleto Campelo recebe pouco destaque em relação a como esse espaço se relacionava com a cidade. Durante a visualização do acervo exposto, fora a própria arquitetura, poucos objetos fazem referências à esta parte da história gravataense. Na exposição referida, observa-se que aqueles e aquelas que construíram a cidade, e ainda constroem, não foram visibilizados, ficando a sua participação nesse processo de concepção apagada, assim como suas memórias.

Incluir de modo justo as demais memórias no Memorial da Cidade de Gravatá não irá deslegitimar os feitos realizados pelos personagens políticos e religiosos do município, também não quer dizer que inserir um dependerá da exclusão do outro. Longe disto, pois, quando há a representação aliada a representatividade, a identidade se fortalece, mesmo que se trate de uma região, uma cidade ou um grupo social determinado, ainda haverá múltiplas identidades e memórias.

Por se tratar de relações sociais dinâmicas, que estão em constante transformação, a diversidade identitária e cultural tornam-se evidentes. E incluir o máximo de possibilidades dessas modificações sociais nas representações de indivíduos e coletividade, é possibilitar um diálogo direto com a população, evidenciando a sua participação construção da memória, história e cultura gravataense.

6.2.INSTITUCIONALMENTE FALANDO

Pesquisas que trabalham com interpretações de dados provenientes de pessoas pesquisadas podem sofrer grande influência das percepções, interesses e crenças de quem os interpreta. René Barbier (2002) aborda a escuta sensível como uma das ferramentas primordiais para a realização de um trabalho com interferências mínimas do repertório do pesquisador na área da ciência da saúde, porém podemos ampliar essa compreensão para as demais áreas, aqui o campo das humanidades.

A escuta sensível se apoia na **empatia**. O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do *outro* para poder compreender *de dentro* suas atitudes, comportamentos e sistema de ideias, de valores de símbolos e de mitos. (Barbier, 2002, p. 1, grifo do autor)

Deste modo, ao aplicar a escuta sensível é importante que todo julgamento seja suspenso, evitando traduções pré-concebidas de informações prestadas tendo como base as vivências e experiências do pesquisador. Faz-se necessária o estabelecimento de uma

relação de confiança entre o pesquisador e o pesquisado, para que assim as proposições interpretativas sejam feitas de modo prudente.

Os sujeitos não são mais ratos de laboratório, mas pessoas humanas que decidiram compreender ou lutar e que não aceitam ser desinformadas dos resultados das análises relacionadas às informações comunicadas aos pesquisadores e diretamente extraídas de suas tragédias cotidianas. (Barbier, 2002, p. 15)

Com isto em mente, a participação colaborativa dos pesquisados para a construção da presente pesquisa mostrou-se enquanto caminho a ser percorrido. Foi possível, em conjunto, alinhar as informações prestadas com as interpretações realizadas e assim manter a integridade dos dados expostos em concordância com a parte da realidade coletada. Fazendo uso das vivências, experiências e conhecimentos dos colaboradores em parceria com os conhecimentos técnicos da pesquisadora, sendo possível construir tal resultado.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado os dados obtidos nas entrevistas individuais realizadas, com cada funcionário ativo do Memorial da Cidade de Gravatá. Tendo como objetivo analisar e interpretar as relações existentes entre o Memorial e seus funcionários, desde afetos e identificações até os incômodos e inquietações, buscando entender como eles compreendem a significância da instituição, da qual fazem parte, para a representação social da própria cidade, através do recorte social exposto.

As entrevistas foram realizadas em dois momentos, em decorrência da escala de trabalho no quadro de funcionários: o primeiro se deu no dia 18 de agosto de 2022, numa manhã de quinta-feira, com os seguintes funcionários: Diretor do Memorial, Auxiliar Administrativo, Serviços Gerais e Vigilante; o segundo momento aconteceu no dia 20 de agosto de 2022, numa manhã de sábado, com o funcionário Auxiliar de Serviços Gerais. Ao total, o Memorial dispõe de 6 funcionários, onde 5 foram entrevistados, com suas identidades preservadas para fins éticos. Não foi possível realizar a entrevista com a 6ª funcionária, pois a mesma encontra-se afastada por motivos de saúde, por tempo indeterminado.

Antes de começar a entrevistar os funcionários, aconteceu uma conversa informal sobre minha pesquisa e uma breve apresentação entre os funcionários e a pesquisadora, para que pudesse criar um ambiente confortável para ambas as partes. As entrevistas aconteceram em locais distintos do Memorial, de maneira isolada para que nenhuma resposta interferisse nas informações posteriores e assim manter um distanciamento satisfatório para evitar interferências emocionais entre as outras. Assim como também

foram autorizadas as gravações e utilizações das informações mediante autorização assinada por duas vias, garantindo o direito e dever das duas partes.

Os diálogos realizados foram compostos por respostas subjetivas particulares, ou seja, não houveram respostas certas ou errado, de modo que o entrevistado deveria sentir-se à vontade para solicitar a exclusão de alguma parte da entrevista que não queria que fosse utilizada na pesquisa, falando apenas o que se sentir livre para falar. E caso não quisessem responder alguma pergunta, a mesma não precisava ser respondida. A qualquer momento poderiam ser feitas interrupções, recomeçar ou cancelar a entrevista.

As entrevistas foram gravadas através do *smartphone* da pesquisadora, com tempo médio de 10 minutos cada. Posteriormente, foram transcritas, impressas e disponibilizadas para avaliação dos entrevistados, para confirmação e verificação da veracidade das informações.

Foi possível analisar, de maneira individual, partindo das informações obtidas pelas gravações e pelas objetividades e subjetividades intrínsecas e extrínsecas da pesquisadora, as relações, opiniões, posicionamentos e visões de cada funcionário. Para tanto, foi utilizado o seguinte roteiro para nortear as conversações:

Roteiro de Entrevista

Identificação do entrevistado:

- Nome
- Naturalidade
- Função no Memorial
- Tempo de trabalho

Perguntas:

- Qual sua aproximação com o Memorial?
- Como você se sente trabalhando aqui?
- O que motiva você a manter o Memorial funcionando?
- Para você, qual a importância em ter um Memorial na cidade?
- Na sua visão, como o Memorial se relaciona com a população gravataense?
- Caso seja gravataense, você se sente representado pelo recorte social exposto pelo Memorial?
- Se tivesse alguma coisa pra melhorar no Memorial, o que seria?

Finalização e agradecimento.

Administração do prédio

O primeiro entrevistado foi o administrador do prédio e do Memorial, que respondeu às perguntas acima no dia 18 de agosto de 2022 as 10:05hrs, com duração de 03 minutos e 37 segundos. Durante toda pesquisa, o entrevistado mostrou-se muito interessado e disponível para providenciar o acesso à instituição, às informações, aos

funcionários e ao acervo do Memorial, o que proporcionou um desenvolvimento facilitado da pesquisa. O mesmo fez questão de estar presente em minhas visitas à sede e sanou minhas dúvidas desde as perguntas sobre infraestrutura até a fonte de informações sobre o acervo.

O administrador é gravataense e está à frente do Memorial há quatro meses em média, enquanto Administrador do prédio, mas é considerado por todos e assume as funções de Diretor geral do Memorial. De maneira objetiva e direta respondeu às perguntas dando foco em alguns quesitos.

Um dos pontos mais destacados por ele versa sobre manter vivo e presente para a sociedade o surgimento da cidade e os acontecimentos que marcaram Gravatá, sendo essa narrativa contada através da exposição dos objetos do acervo. Proporcionando a perpetuação da história gravataense e maior alcance na comunidade, principalmente pelas novas gerações, como forma de reafirmação identitária.

Contudo, ele destacou que a relação do Memorial com a sociedade gravataense ainda é de curto alcance, não havendo um laço mais estreito no consumo e aproveitamento da instituição. E enfatizou, que em sua administração está lutando e promovendo meios de comunicar e aproximar Gravatá de seu espaço institucionalizado de cultura e memória. Pois, para ele, é de suma importância que os gravataenses conheçam sua história, trajetória e acontecimentos marcantes que construíram e constroem a Gravatá do momento atual, através do acervo em exposição. Para ele, o Memorial consegue representá-lo e representar a história de seu povo, através da exposição referida.

Outro ponto por ele destacado marcou sua fala e sua preocupação, está relacionada às ações políticas dentro do Memorial, principalmente por esferas e autoridades municipais e federais. Sua necessidade de aproximar essas pessoas e órgãos das vivências dessa instituição cultural, passa por questões de funcionamento e infraestrutura. Pelo prédio ser um bem histórico tombado, muitas questões burocráticas atravessam os desejos e anseios em tornar o Memorial um espaço com maior acessibilidade, como destaca-se a seguir.

Por estar o Memorial instalado num edifício histórico, caracterizado como “casarão”, as estruturas físicas seguem padrões arquitetônicos pouco acessíveis, como por exemplo: a longa escadaria, sem corrimãos, sendo o único acesso à porta de entrada do local. Com isso, o entrevistado apresentou enquanto principal déficit do Memorial, a falta de acessibilidade para pessoas com baixa ou nenhuma mobilidade, como os idosos e os cadeirantes. Segundo ele, esse é um dos motivos que afastam as pessoas com tais

dificuldades do espaço, por não ser inclusivo, não permite que todas as pessoas consigam usufruir do local.

Por fim, o administrador enfatizou o número significativo de turistas de diversos estados e países que vistam o Memorial, mostrando uma ampla vontade de que o espaço melhore cada vez mais e siga cumprindo sua missão, para que a memória e a história da cidade sejam difundidas para um número cada vez maior de visitantes, principalmente os gravataenses.

Auxiliar administrativo

A segunda funcionária a me receber foi a auxiliar administrativo entrevistada no dia 18 de agosto de 2022 as 10:36hrs, com duração de 05 minutos e 09 segundos. Ela me recebeu com algumas curiosidades, querendo saber do que se tratava minha visita, porém muito solícita e prestativa, se envolveu diretamente com a entrevista e informalmente compartilhou momentos e curiosidades de sua trajetória no Memorial.

A entrevistada é gravataense, ocupa o cargo de Auxiliar Administrativo e atua no Memorial há oito anos, passou por vários setores da Prefeitura de Gravatá, mas sempre teve vontade de trabalhar no Memorial e pediu para ser realocada. Segundo ela, sente-se muito bem trabalhando no local, por ter proximidade pessoal com o acervo da instituição. “Viaja no tempo olhando as coisas”, como ela mesmo se expressou.

Durante sua fala, se refere com frequência as escolas da cidade e sua aproximação com o Memorial, chama a atenção de que esta é a principal maneira de aproximar a sociedade gravataense de sua memória e história: através do ensino e das visitas ao Memorial da Cidade de Gravatá. Para ela, é através desse espaço que a história da cidade será perpetuada, principalmente quando introduzida desde a educação básica, contribuindo para maior reconhecimento das pessoas e suas vivências, em forma de reafirmação identitária.

A entrevistada enfatizou a importância das visitas escolares ao Memorial, mas que infelizmente alguns(as) professores(as) não possuem o entendimento da potência existente no espaço. Através do acervo e da mediação junto com os estudantes é possível agregar noções de cidadania e identidade, já que é nessa fase que as crianças e adolescentes estão se desenvolvendo enquanto cidadãos. Para a auxiliar, o Memorial dá conta de representa-la enquanto gravataense, e muito orgulha-se da história de sua cidade; um de seus desejos é que esse sentimento fosse coletivo e que mais pessoas pudessem acessar esse local.

Encaminhando-se para o encerramento da entrevista, a mesma relatou a importância do desenvolvimento de atividades educativas dentro do Memorial, que seriam métodos de divulgação e aproximação da comunidade através de palestras, saraus, lançamentos de livros, eventos culturais e artísticos, peças teatrais, exposições de artistas locais e demais movimentos que incentivassem a população a se aproximarem e se sentirem parte dessa instituição de memória e cultura da cidade.

Serviços gerais

O terceiro entrevistado foi o responsável pelos serviços gerais, me recebeu e respondeu as questões no dia 18 de agosto de 2022 as 10:48hrs, com duração de 03 minutos e 02 segundos. O entrevistado timidamente aceitou fazer parte da pesquisa, disponibilizando seu tempo para uma breve conversa, foi possível visualizar um pouco da sua relação com o Memorial e seus objetos.

O entrevistado também é gravataense e ocupa o cargo de Serviços Gerais do Memorial há, aproximadamente, dois anos. Antes de trabalhar na instituição, não tinha muita aproximação, visitou poucas vezes o espaço, contudo não tinha feições construídas sobre o espaço. Após sua interação com o Memorial através de seu trabalho, ele enfatiza que se sente bem trabalhando no local, e caracteriza o espaço como “interessante”, por manter viva a história de Gravataá através da exposição de objetos antigos, dado que, assim como os funcionários anteriormente entrevistados, também se sente representado pelo recorte social apresentado.

Apesar do entrevistado identificar que existe uma representatividade do povo gravataense na exposição dos objetos do Memorial, o mesmo enfatizou que falta uma aproximação e valorização das pessoas para com o espaço, que há uma carência da visitação das pessoas da própria cidade. E quando as visitas de pessoas locais acontecem pela primeira vez, ele destaca os idosos, acabam descobrindo histórias e acontecimentos que desconheciam ou não lembravam do ocorrido, tornando uma experiência estimulante ao manter viva a memória local em suas mentes.

A ênfase dada pelo entrevistado está relacionada a um esquecimento do Memorial pelas autarquias políticas, relacionadas às questões de investimento e desenvolvimento estrutural do espaço. Ele relaciona essa carência ao fato de as pessoas não se sentirem estimuladas a visitarem o espaço, assim, uma vez que essas faltas sejam supridas, desde sua arquitetura até as atividades desenvolvidas dentro da instituição, tornam-se atrativas à visitação do público local e, ainda mais, de fora.

Vigilância

O quarto funcionário a me receber foi o vigilante, entrevistado no dia 18 de agosto de 2022 as 10:57hrs, com duração de 04 minutos e 10 segundos. Com certo receio, o entrevistado de primeiro deduziu que seus conhecimentos não agregariam nenhuma informação à minha pesquisa, por não ser “letrado”, contudo, através de uma simples conversa informal, ele compreendeu que suas experiências vão além e são tão importantes quanto as palavras difíceis e técnicas, que profissionais utilizam.

Ele é gravataense, trabalha como vigilante do espaço e é funcionário da Prefeitura há dezessete anos, passou por diversos setores, como educação e saúde, gosta de atuar em todos eles, mas sente-se melhor trabalhando no Memorial. Possui uma aproximação com o espaço por causa de sua experiência e vivência no trabalho, sente bem em receber os visitantes da instituição e fica feliz em ver turistas conhecendo a história do seu povo e de sua cidade.

Quando questionei sobre a importância de ter um Memorial na cidade, sua resposta foi rápida e direta: “100% bom, né? Ótimo! Ótimo!”. Deu para sentir através de suas palavras e a forma como se expressava que ele reconhece a instituição como um local de reafirmação da história e da memória de Gravatá, através da contação dos acontecimentos da cidade. Um dos fatos que ele enfatizou foi a morte do Tenente Cleto Campelo em frente ao prédio, que assim como muitos gravataenses, ele se sente marcado por essa fatalidade.

Para o entrevistado, assim como para os anteriores, a população da cidade não se faz presente no espaço, os únicos visitantes, que começaram a ter uma certa frequência atualmente, são os alunos e professores das escolas de Gravatá e região circunvizinhas. Sendo assim, a não visitação ao espaço acaba gerando uma má informação para a população sobre a história da própria cidade e do próprio povo, sem saber sua origem, seu passado e seus antecessores.

O vigilante não pontuou fatores para melhora do espaço, disse que não tinha do que reclamar. Elogiou o trabalho desenvolvido pelo atual diretor e toda equipe do Memorial, caracterizando as pessoas envolvidas, enquanto pessoas esforçadas e dedicadas. Apesar de não elencar nenhum ponto a ser melhorado, disse que se tivessem mais doações de objetos para o Memorial, seria ótimo para o crescimento da instituição e, que conseqüentemente, a memória e história de Gravatá estaria sendo complementada com as novas peças que fariam parte do acervo.

Auxiliar de serviços gerais

O quinto, e último, entrevistado foi o auxiliar de serviços gerais que me recebeu sozinho enquanto realizava as demais atividades no Memorial, mas mesmo assim respondeu atenciosamente as perguntas no dia 20 de agosto de 2022 as 10:37hrs, com duração de 05 minutos e 34 segundos.

Assim como os demais funcionários, ele é natural de Gravatá, trabalha no Memorial há, aproximadamente, oito anos, desempenhando a função de Atendente do público, mas formalmente é Auxiliar de Serviços Gerais. O entrevistado foi muito solícito e para além do que foi perguntado durante a entrevista, falou curiosidades e informações a respeito da dinâmica e funcionamento do espaço.

Ele enfatizou desde o início da entrevista sua aproximação direta e afetiva com o Memorial, por se tratar de sua identidade e representação da história e memória de sua cidade, que, conseqüentemente, também são suas. Desse modo, sente-se grato por poder contar os acontecimentos desde o surgimento da cidade até os dias atuais para os visitantes, principalmente turistas.

Para o entrevistado é gratificante falar sobre sua cidade através dos objetos expostos no Memorial, pois é uma maneira de reafirmar a identidade local e manter a história e memória da cidade viva, mesmo com o passar dos anos. Por exemplo, descobrir que Gravatá, no início de sua formação, foi uma fazenda e que hoje se desenvolveu a ponto de abrigar cerca de 80 mil pessoas, é saber que as origens são responsáveis pela construção identitária de um povo. E, segundo ele, poucas pessoas de Gravatá, acessavam esse espaço e não tinha noção da amplitude de informações e acontecimentos que o Memorial conta, a partir dos objetos expostos.

O sentimento de representatividade por ele é ainda maior, pois em um dos espaços expositivos existe uma tocha olímpica, que passou pela cidade no ano de 2016 e ele foi um dos condutores escolhidos, dentre os dose mil convidados pelo Comitê Olímpico, para levar a tocha por um trecho da cidade. Essa escolha se deu por causa de seu trabalho social desenvolvido em Gravatá, com isso ganhou destaque e teve o prazer em representar sua cidade em mais um momento histórico. Assim, o entrevistado, sente-se representado e orgulha-se da narrativa existente e exposta no Memorial, pois através dos objetos, é possível contar um pouco de cada pessoa que ajudou a construir a cidade.

Quando foi perguntado sobre as possíveis melhorias no espaço, o entrevistado, assim como o diretor do Memorial, ressaltou a necessidade de uma acessibilidade no prédio, para melhor circulação e acesso das pessoas com baixa e/ou nenhuma mobilidade, possam também usufruir dessas experiências. Todavia, esse problema estrutural não atrapalha o sentimento de honra que ele expressa pelo local, visto que falar sobre sua

cidade, sua história e sua cultura, ultrapassa os limites físicos, não impedindo a difusão dessas informações.

Análise dos dados obtidos

A utilização dos objetos materiais para reforçar e manter viva a memória coletiva da cidade, mostra-se como uma das maneiras de relacionar-se com o passado e acessar memórias e lembranças particulares e de grupo. Todos os funcionários entrevistados do Memorial da Cidade de Gravatá, construíram e/ou fortaleceram vínculos de afetividade com o espaço através da realização de suas atividades profissionais, principalmente com os objetos expostos.

Não podemos deixar de lado a possibilidade de as informações fornecidas durante as entrevistas, atravessarem mais os interesses institucionais e políticos do que interesses pessoais e sociais. É compreensível que funcionários de uma instituição tenha cautela nos dados relatados sobre seu ambiente de trabalho, que passa por questões que lhes podem trazer algumas complicações, de possíveis sanções, por se tratar de serem funcionários da esfera pública, neste caso municipal.

Durante as entrevistas, foi possível observar que todos os funcionários almejam maior visibilidade ao Memorial. Aspiram a aplicação de investimentos voltados desde a parte estrutural do prédio, focando na acessibilidade e manutenção física, até às ações educacional e culturais desenvolvidas pela e na instituição.

Aproximar o público de suas práticas também está em seus desejos, é possível identificar, principalmente nos funcionários que lidam diretamente com os visitantes – sendo estes os auxiliares de serviço gerais e administrativo, assim como o administrador do prédio – que a ausência das pessoas também é motivo de inviabilização de alguns projetos, como as ações de formação, por exemplo.

Quanto ao quadro de funcionários, é possível visualizar a falta de formação técnica para lidar com as demandas do cotidiano. Todos realizam suas tarefas com base em suas experiências pessoais e/ou da forma que foi repassada para eles. Todavia, lidar com um acervo identitário e seus desdobramentos requer noções básicas para o desenvolvimento de práticas que preservem, comuniquem e disseminem a cultura e a memória da cidade.

A instrução para os funcionários através de um(a) profissional de museologia – por meio de um curso de formação, consultorias e/ou eventos culturais, por exemplo – assim como a realização de uma pesquisa aprofundada acerca dos objetos que compõem o acervo e, conseqüentemente, fazem parte da narrativa construída e compartilhada no Memorial, se mostram enquanto caminhos possíveis para pensar essas práticas de um modo mais assertivo, inclusivo e direcionado.

Ao colocar em prática essas atividades e caminhos discutidos na teoria, seria possível contribuir para a construção de um espaço que cumpre seu compromisso social de modo eficiente e inclusivo, através de mecanismos condizentes com sua realidade, sanando adversidades que se fazem presente no cotidiano do Memorial. Como por exemplo: o planejamento com estratégia para a segurança do acervo, a aproximação por meio de ações que visem uma inclusão maior do público local, a ampliação da visibilidade do lugar enquanto espaço representativo e a ampliação dos conhecimentos da equipe da instituição.

6.3.RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO A PARTIR DA MATERIALIDADE

Assim como o posicionamento e a visão dos funcionários do Memorial importam para compreender as relações entre as pessoas e a instituição, a participação da comunidade também é indispensável. Para isto, foram aplicados formulários à 100 pessoas, sendo 80 de forma online e 20 presencial, todavia só foram obtidas 55 respostas, considerando que apenas 35 das 80 pessoas que foram aplicadas de forma online responderam ao formulário. As perguntas iniciais foram formuladas de acordo que pudesse ser identificada os perfis dos participantes, a fim de compreender o meio em que estão inseridos.

Desta forma, foi possível identificar que dentre as 55 respostas, 25,5% (14) eram do gênero masculino e 74,5% (41) eram do gênero feminino, sendo 1 pessoa com idade entre 13 a 18 anos, 24 indivíduos entre 19 a 25 anos, 14 pessoas com idade entre 26 a 35 anos, 4 entre 36 a 45 anos, 8 entre 46 a 59 anos e 4 com 60 anos ou mais.

Em se tratando da moradia dos colaboradores, 81,8% das pessoas residem na cidade de Gravatá, 5,4% moram nas cidades circunvizinhas, como Bezerros, Chã Grande e Uruçu Mirim, todavia possuem relação direta com Gravatá, assim como 12,8% residem em outras cidades, inclusive fora do estado, como Recife-PE, Vitória de Santo Antão-PE e Cubati-PB, mas que também possuem relações diretas com o município. Dentre as respostas, apenas 1 das pessoas reside em área rural, sendo as outras 54 residentes da área urbana. Assim, conseguimos traçar um perfil médio dos participantes, sendo a maioria mulheres entre 19 a 25 anos, gravataenses residentes da área urbana.

O segundo bloco de perguntas dedicou-se a compreender o conhecimento das pessoas acerca do Memorial, e das 55 respostas obtidas, apenas 1 pessoa não conhece a instituição, sendo esta uma mulher entre 19 a 25 anos, residente da área urbana de Gravatá. Dentre os 54 que o conhecem, somente 2 nunca visitou o espaço, tendo como

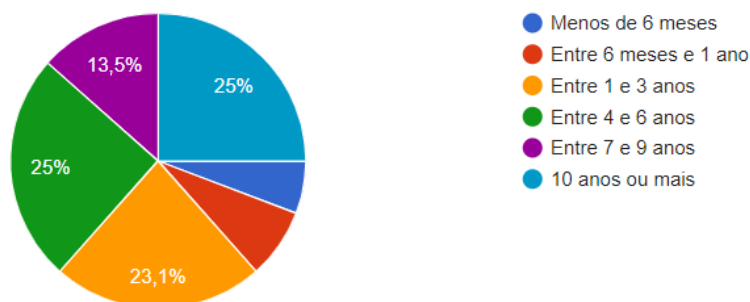
resposta a "falta de interesse" de uma dessas pessoas, a outra não respondeu a motivação da não visita, mantendo o mesmo perfil da participante que desconhece o Memorial.

O terceiro bloco de questões agora só contava com as respostas dos 52 participantes que visitaram o Memorial. Buscando compreender o quão próximo ou longínquo foram essas visitas e o que as motivaram as perguntas mostradas nos quadros 2 e 3 nos apresentam as respostas. Dentre os dados, 38,5% das visitas ocorrem entre os últimos 4 a 9 anos, sendo 25% realizadas em 10 anos ou mais, ou seja, 13 dos 52 participantes foram ao Memorial antes de sua separação da Biblioteca Municipal, que ocorreu no ano de 2014.

Quadro 1: Tempo passado da visita ao Memorial dos participantes.

Em média, quando foi sua última visita ao Memorial?

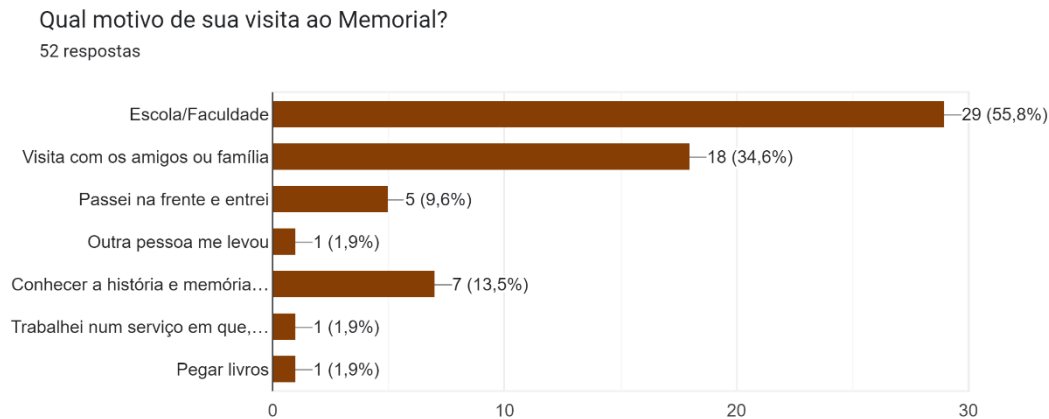
52 respostas



Fonte: A autora, 2023.

Existe uma significativa possibilidade do acervo -incluindo seu quantitativo - assim como sua forma de apresentação terem sido modificados consideravelmente, recriando assim um espaço distinto do que antes existia há uma década. Inclusive, é possível verificar no quadro abaixo que uma pessoa visitou o Memorial com fins exclusivos de pegar livros na Biblioteca Municipal. Este não é um caso isolado, muitas das pessoas que visitavam ou minimamente conheciam o Memorial tinham a finalidade de ir à Biblioteca e, conseqüentemente, acabava parando, observando e conhecendo o acervo e sua narrativa. Eu sou um desses casos, por exemplo.

Quadro 2: Motivação da visitação ao Memorial dos participantes.



Fonte: A autora, 2023.

Neste sentido, foi questionado aos participantes se eles se lembravam dos objetos que estavam expostos no Memorial no momento de suas visitas e 48,1% das 52 pessoas não se recordavam do que haviam visto no local. Dos 27 participantes que se lembraram dessas peças, os objetos que gostaram, se identificaram ou que os marcaram de alguma forma no momento da visita, segundo suas respostas, foram bem parecidas, como: o reconhecimento dos prefeitos eleitos através dos quadros, os antigos instrumentos musicais, as fotos da Igreja Matriz enquanto ainda era uma capela, a estrutura física da antiga Cadeia, as louças e câmeras antigas, as fotos antigas da cidade e os livros da biblioteca.

Dentre essas, a resposta que me chamou atenção foi a seguinte: "Gostei muito de umas xícaras de porcelana pela semelhança com algumas que minha mãe tinha.". É possível visualizar que essa relação foi construída a partir de uma identificação e do afeto.

Visitar memórias que são despertadas, muitas vezes, por gatilhos sensoriais, como o visual, por exemplo, é uma das funções que podem ser desenvolvidas através das comunicações museológicas. Neste sentido, objetos possuem a potência de marcar gerações, regiões e temporalidades, sendo referências para as pessoas que se relacionaram de alguma forma que esta materialidade.

Não só o "afeto positivo" pode ser despertado nos visitantes, como por exemplo o amor, carinho e felicidade, como também os demais afetos e inquietações, como a crítica, raiva, questionamento e nostalgia. Os espaços de cultura e memória também se caracterizam enquanto espaço de disputa, de conflito, como explica Teixeira (2021). Representar uma parcela da sociedade é selecionar e provocar, com base em interesses principalmente, e estas ações não levam à caminhos confortáveis de trilhar.

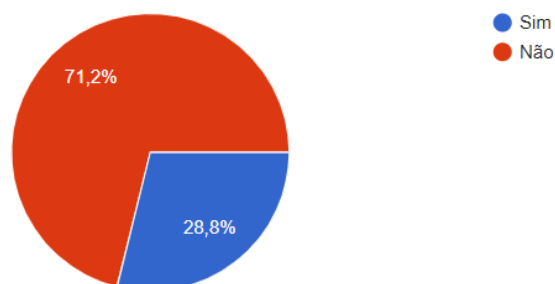
Indo para o penúltimo bloco de perguntas do formulário, os pontos analisados foram buscando compreender as relações das pessoas com o Memorial e as representações expressas em seu acervo. Ao questionar aos participantes se estes consideravam o Memorial Municipal de Gravata importante para a cidade, 98,1% das respostas foram afirmativas, tendo apenas uma resposta "não". Esta mesma pessoa que respondeu negando a importância do Memorial para a cidade, numa pergunta adiante, respondeu que não se sente representada pelo espaço por não identificar a cultura gravataense expressa nos objetos expostos.

Por outro lado, ao questionar a visibilidade da instituição pela população da cidade 37 pessoas responderam que não há essa condição de ser conhecido por parte dos gravataenses, sendo apenas 15 o número de pessoas que percebem essa interação entre comunidade e Memorial, como é possível visualizar no quadro abaixo.

Quadro 3: Percepção dos participantes acerca da existência de interação entre a população e o Memorial.

Você acha que o Memorial da Cidade de Gravata tem visibilidade pela população gravataense?

52 respostas



Fonte: A autora, 2023.

Essa falta de visibilidade é perceptível para a comunidade, pois, a instituição não está presente nas atividades habituais dos gravataenses. Geralmente, as atividades da cidade giram da gastronomia e das práticas realizadas nas áreas rurais, como os esportes radicais, trilhas e acampamentos.

Desta forma, a possibilidade de visitar e usufruir do Memorial enquanto espaço de lazer e de conhecimento não é tão forte como as demais atividades. Isto também ocorre pela falta de ações realizadas pelo Memorial, pois com a ampliação de afazeres culturais e educativas, amplia-se também o contato com os visitantes e os convidam a consumir as informações expostas sobre os objetos, além de contribuir com a aproximação do público com sua identidade.

Em se tratando da percepção dos colaboradores a respeito da importância do Memorial para a cidade de Gravatá, as respostas que confirmam esta relevância se firmaram nas seguintes justificativas gerais:

- “- Porque conta a história da cidade.
- Porque trata-se de um marco histórico.
- Porque é um patrimônio relevante na história da cidade.
- Porque é possível revisitar o passado.
- Porque preserva a memória da cidade.
- Por ser o prédio em que abrigou a Cadeia Pública.
- Porque é o local onde as futuras gerações poderão conhecer a história da cidade.
- Porque é possível identificar e aprender com os erros e assim avançar enquanto sociedade.
- Porque ao relembrar as lutas e processos de evolução fortalece a importância da cidade”.

Dentre estas respostas, uma me chamou a atenção: “A história de um lugar é parte de sua identidade, conservar e expor isso ativa a memória e sentimento de pertencimento de quem faz parte desse lugar”. Esta resposta corrobora com a discussão apresentada na construção deste estudo, pois a noção de “lugar de memória”, “representatividade”, “identidade”, “comunicação museológica” e o “fato museológico” de Guarnieri (1989) podem ser observados neste exemplo. Neste sentido, o Memorial da Cidade de Gravatá possui potência suficiente para representar a memória e história do município através da materialidade – seu acervo – de forma representativa e diversa, uma vez que expõe, narra e difunde informações a respeito de um recorte da realidade.

Ao mesmo tempo em que cumpre essas funções, necessita de subsídios outros para suprir demandas reais, como a preservação e segurança de seu acervo, a construção de uma narrativa inclusiva, nos aspectos físicos e subjetivos, a capacitação da equipe, o desenvolvimento de ações culturais e educativas atrativas dentre outras.

Foi perguntado aos entrevistados se eles próprios se sentiam representados pelo Memorial da Cidade de Gravatá e as respostas consistiram em “sim”, “mais ou menos”, “não” e “indiferente”. As justificativas das respostas positivas foram:

- “- *Sim, acho que retrata a nossa evolução.*
- *Sim, porque aborda a cultura da cidade.*
- *Sim, por ser gravataense e saber que tem um lugar rico em histórias da cidade.*
- *Sim, o passado constitui quem somos.*

- *Sim, ali contém memórias do início de nossa cidade, desde quando era apenas uma fazenda.*

- *Sim, pois a história que é contada lá é a minha história. Eu faço parte da população de Gravatá, e de alguma forma a história da cidade também constitui a minha identidade.*

- *Sim, pois muita coisa que há nele de faz parte da minha história”.*

As justificativas das respostas “mais ou menos” foram:

- *Não sei como está agora, já que visitei a anos atrás mas aprecio por valorizar a história da cidade.*

- *Mais ou menos, pois não tem tanta representatividade da cultura da cidade.*

- *Mais ou menos! Sinto que poderia ter mais artefatos, mais histórias narradas, uma comunicação melhor no e sobre o mesmo”.*

As justificativas das respostas negativas foram as seguintes:

- *Não. O memorial de Gravatá precisa de mais incentivo a visitação para que a população tenha mais ligações com a história da cidade.*

- *Não, o que está representado é a história política e arquitetônica da cidade.*

- *Não. As peças parecem falar somente de um passado distante, e uma gravata ‘irrelevante’.*

- *Não. Não consigo explicar direito, mas creio que o Memorial não acolhe as memórias mais recente.*

- *Não, acho que deveria ter mais acessibilidade ao público”.*

Não houveram justificativas para a resposta “indiferente”.

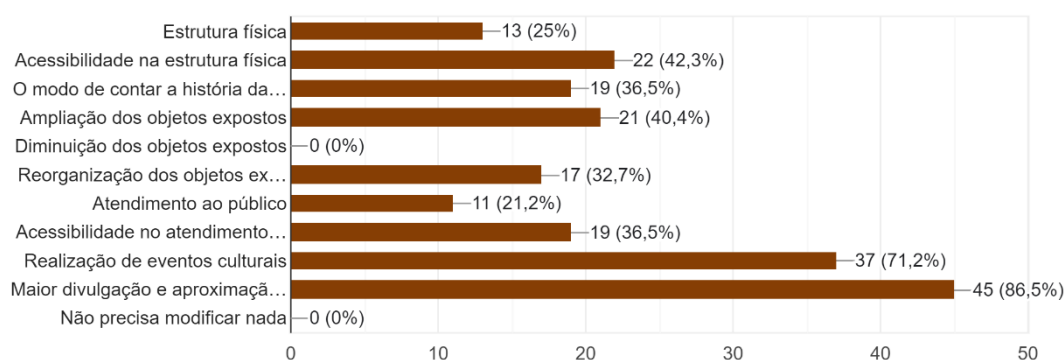
Finalizando este bloco de perguntas, foi questionado aos participantes o que seria necessário modificar no Memorial, tendo a possibilidade de selecionar mais de uma opção dentre as seguintes opções respectivamente: Estrutura física; Acessibilidade na estrutura física; O modo de contar a história da cidade; Ampliação do número de objetos expostos; Diminuição dos objetos expostos; Reorganização dos objetos expostos; Atendimento ao público; Acessibilidade física e subjetivo no atendimento ao público; Realização de eventos culturais; Maior divulgação e aproximação com a sociedade; Não precisa modificar nada.

Dentre todas as respostas as únicas que não tiveram nenhuma marcação foram: Diminuição dos objetos expostos e não precisa modificar nada. Tendo o maior número de votos a maior divulgação e aproximação com a sociedade, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 4: Opinião dos participantes a respeito da modificação de algo no Memorial.

Em sua opinião, se fosse necessário modificar alguma coisa no Memorial, o que seria?

52 respostas



Fonte: A autora, 2023.

Por fim, o último bloco de questões foi composto por apenas uma pergunta aberta: “Você sente falta de alguma coisa no Memorial, que gostaria que estivesse exposto?”. Das 52 respostas, 15 responderam “não”, “não sei responder”, ou “indiferente”. As outras 37 respostas debruçaram-se nos seguintes posicionamentos: ampliação do acervo, maior detalhamento da história, inclusão de exposições de artistas da cidade e de fora, realização de eventos culturais, maior divulgação, inclusão da história dos antigos marceneiros que fizeram da cidade o polo moveleiro reconhecido, a representação da fauna e flora local, atrações para o público mais jovem, maior criatividade na exposição dos objetos, inclusão de tecnologia e maior participação dos órgãos públicos para preservação do Memorial.

Ter acesso à estas informações só foram possíveis ao realizar uma pesquisa direcionada, pois, sem esta ação os posicionamentos e visões acerca do Memorial ficariam no campo da subjetividade. No campo institucional, para compreender algo como um problema antes é preciso identificar quais ações estão sendo prejudiciais, quais suas causas e efeitos, e só assim sugerir soluções que possam beneficiar com mudanças significativas para lacunas apontadas, a exemplo da falta de aproximação do público local, criar acessos para as pessoas com pouca ou nenhuma mobilidade, entre outros. Esta percepção pode ser desenvolvida em quase todos os âmbitos sociais, inclusive nos espaços de memória, cultura e história.

Por fim, para que o Memorial da Cidade de Gravatá otimize seu espaço com estratégias inclusivas para que cumpra melhor seu papel social, faz-se necessário ouvir as pessoas que a compõe, compreender suas demandas, necessidades e sugestões, para que possa ser trilhado um caminho efetivo na aproximação dos indivíduos e das memórias expostas. Desta forma, a identidade e a representatividade serão elementos de fácil

identificação nas práticas museológicas desenvolvidas, assim, a construção em coletividade coloca em prática ações que vão de encontro com os padrões segregadores, e preconceituosos, tornando o Memorial um espaço colaborativo, múltiplo e inclusivo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo em Gravatá é colocado em foco de tal modo que as urgências sociais da comunidade acabam ficando em segundo plano. As melhorias realizadas na cidade são, em sua maioria, voltadas para o usufruto dos turistas, tanto em sua infraestrutura quanto nos dispositivos de lazer e cultura. Como é o caso do Memorial Municipal, utilizado muito mais enquanto instrumento de promoção turística do que elemento representativo, uma vez que não foi dada a possibilidade de os gravataenses se reconhecerem em seu acervo.

Três meses após a finalização da escrita desta dissertação, visitei o Memorial da Cidade de Gravatá para realização de um projeto independente e me deparei com uma nova realidade da instituição. Fiquei surpresa com a significativa mudança em tão pouco tempo. Antes de apresentar essas modificações, é preciso salientar que a atual equipe de funcionários – mesmo com todas as limitações que possui – mostrou-se estar disposta a buscar melhorias – profissionais e institucionais – em todo o processo da pesquisa, porém, também deixou claro que as barreiras que precisam enfrentar são hierárquicas e não conseguem progredir em alguns projetos por falta de recursos provenientes dessa estrutura.

Deste modo, ações demandadas de forma hierárquica não podem ser recusadas e, geralmente, não são acordadas em conjunto. Por isso, ao chegar ao Memorial deparei-me com a organização dos objetos completamente modificada, acúmulo de peças em alguns locais e esvaziamento em outros. A Cela 01, por exemplo, estava praticamente desocupada, restando apenas alguns quadros, uma estante com utensílios antigos, um aparador, uma grade de ferro, dois cofres e três paredes de gesso, ou seja, muito diferente de como era antes, como pode-se ver nas imagens a baixo.

Figura 65: Cella 01 atualmente.



Fonte: A autora, 2024

Figura 66: Cella 01 esvaziada atualmente.



Fonte: A autora, 2024

Em consequência, os demais espaços do Memorial ficaram superlotados – com exceção da Cella 02 que já não possuía muito espaço e não teria como acomodar novos objetos. A escultura do busto do Ten. Cleto Campelo, bem como os armamentos e o painel expositivo foram alocados ao Hall de Entrada, juntamente as poltronas de revestimento vermelho que ficavam na Cella 01.

Figura 67: Hall de entrada atualmente.



Fonte: A autora, 2024

Os objetos das Celas 03 e 04 foram misturados entre si, não mais havendo grupos temáticos ou ordenamento nas disposições dos objetos. Essa nova dinâmica trouxe para esses dois espaços, em específico, um desconforto visual; muitas informações num só local, sem identificações ou relações entre si. Transparecendo a sensação de acúmulo, desordem, sem planejamento, cuidado ou, até mesmo, perspectiva.

Figura 68: Celas 03 e 04 atualmente.



Fonte: A autora, 2024

Por fim, o hall onde ficavam apenas alguns móveis, agora possui cristaleiras, mesa, cadeiras e aparadores amontoados, dificultando o diálogo entre eles e até mesmo a locomoção dos visitantes.

Figura 69: Hall atualmente.



Fonte: A autora, 2024.

Aos questionar aos funcionários o que motivou toda aquela mudança, tive como resposta vaga, mas que é possível interpretá-la. Os objetos foram selecionados e retirados para a realização de um novo projeto, em um outro espaço, ficando assim a sala quase vazia e sem muitas opções para realocação das peças que permaneceram. Não tive muitos esclarecimentos sobre a desocupação da Cella 01, porque ela poderia continuar abrigo para os objetos restantes, mas acredito que também possa fazer parte do novo projeto.

Talvez, isto justifique a falta de estudos e desdobramentos acerca do Memorial. Construir um caminho que possa ser trilhado por outras pessoas não é tarefa fácil e se torna ainda mais difícil quando essa construção é interrompida constantemente, quando não é, até mesmo, desfeita.

Esta situação nos mostra que a falta de uma gestão embasada pelas políticas públicas voltadas às instituições museais e a falta de um profissional museólogo para nortear as ações desenvolvidas no Memorial fazem com que o acervo e a narrativa da organização fiquem subordinadas às influências políticas e de pessoas que não estão preocupadas com a preservação dos rastros de memória dos gravataenses.

A Política Nacional de Museus – PNM, lançada pelo Ministério da Cultura em 2003, tem como resultado das discussões o caderno “Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania⁴²”, tendo como objetivo a promoção da preservação, fruição e valorização do patrimônio cultural brasileiro, através da revitalização e desenvolvimento

⁴² Ver em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/politica-nacional-de-museus-2013-memoria-e-cidadania>

de instituições museais, bem como fomentar a criação de processos institucionais e produtivos de memórias sociais diversas.

Este documento pode e deve ser utilizado como norteador para otimizar e ampliar, qualificando ainda mais as atividades realizadas pelo Memorial Municipal de Gravatá, bem como investir em um profissional museólogo para implementar com maior eficiência tais práticas. Fazendo assim com que o Memorial tenha sua função representativa melhorada, atualizando suas narrativas conforme as demandas e urgências sociais, evitando o apagamento de memórias tão importantes quanto as existentes em sua narrativa.

Além de reforçar que o poder é a ferramenta norteadora das atividades do Memorial e reverter esta realidade requer significativo esforço, uma vez que estas práticas estão enraizadas culturalmente e a reprodução delas se tornaram um hábito, sendo passado de geração em geração. Todavia, esta reversão não é impossível, nem em espaços museais de referência, nem naqueles espaços sem planejamento e sem gestão com a participação de profissionais museólogos, que desenvolva e aplique estratégias norteadores, pois com a difusão do conhecimento, o acesso à diversidade torna-se facilitado, sendo possível inserir múltiplas identidades e dinâmicas sociais nas memórias expostas.

No Memorial da Cidade de Gravatá não é diferente. Apesar de ter como missão, extraoficialmente⁴³, representar a memória gravataense, os recortes temporais, espaciais e de grupos sociais são realizados; como o foco expressivo da exposição nas peças e acontecimentos políticos e religiosos, deixando de lado as histórias e contribuições dos demais indivíduos para o surgimento e desenvolvimento da cidade.

Implicitamente essas memórias estão presentes, principalmente na ocasião de o(a) visitante possuir alguma relação com a cidade para identificar esses casos, como por meio de alguns instrumentos manuais, que inclusive estão expostos em locais desfavoráveis. Porém, nem todos possuem carga simbólica ou registros em seu repertório que façam *link* com os signos que se apresentam na exposição, e nem são obrigados a tê-lo, para ler nas entrelinhas memórias ocultas e histórias não contadas.

Neste sentido, é imprescindível que no conjunto da narrativa expositiva – textos, organização dos objetos e mediação cultural – os rastros de memórias não sejam apresentados com discurso hierarquizante, silenciando ou apagando memórias de outras pessoas que também participaram e ainda participam da construção da história, memória

⁴³ Por não estar registrada oficialmente em documentos legais, mas difundida oralmente.

e cultura de Gravatá. Essa reflexão se aporta para além da observação da pesquisadora, incluindo os dados concedidos pelas pessoas que participaram da pesquisa.

Isto não significa que, para desenvolver narrativas horizontalizadas é preciso excluir um para sobrepor o outro, pelo contrário, trata-se de estabelecer diálogos a partir da materialidade entre essas memórias.

E para que seja possível colocar estes argumentos em prática, os estudos e as pesquisas aprofundadas devem ser o pontapé inicial, buscando compreender, em conjunto à comunidade, quais elementos fazem parte da cultura gravataense, desde seu surgimento até os dias atuais. Priorizando a existência da representatividade e do reconhecimento identitário, uma vez que passado, presente e futuro andam de mãos dadas.

Na qualidade de pesquisadora, as restrições dificultaram o processo de contextualização histórica e, em alguns pontos, a procedência de ações e intencionalidades, todavia, enquanto cidadã gravataense, as lacunas me fazem questionar o que pretendem fazer com a memória da minha cidade. Será que se refere a mais um apagamento de memórias? Ou uma reconstrução de identidades? Retirar o que não agrega aos interesses de terceiros é uma forma de legitimar poder injustificáveis? Provavelmente serão perguntas que por muito tempo não terei respostas, enquanto pesquisadora e gravataense.

No entanto, percebo que a contribuição deste estudo não é o de concluir ou apresentar respostas prontas nem tão pouco de apontar erros, mas de contribuir com a identificação de lacunas que ao fim e ao cabo desvelam o memorial de Gravatá em suas múltiplas camadas que poderão fortalecer-lo como lugar de memória, história e cultura do povo e para o povo gravataense.

Ao aproximar do ponto final, considero que este trabalho é resultado de muito esforço e energia despendida, desde o deslocamento para a realização da pesquisa de campo até a análise de dados e escrita do produto final. Muitas vezes esses processos foram atravessados por problemas de saúde (física e mental), falta de acesso à documentação, dentre outras dificuldades, todavia ao concluir as últimas palavras carrego o sentimento de dever cumprido, ainda que subjetivamente.

Finalizo este estudo em meio a tantas inquietações por falta de respostas, porém deixo portas e janelas abertas, não só para ampliar futuramente este estudo, mas também para convidar outros(as) pesquisadores(as) a olhar com novas lentes pontos que ainda serão relevados.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.
- AGAMBEN, Giorgio. Elogios da Profanação. In: **Profanações**. 1942. Tradução e apresentação de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALMEIDA, Antônio Mozart de. Figuras Populares e Pitorescas de Gravatá. **Revista Gravatá e suas Histórias**. Gravatá-PE, ano 3, n. 4, janeiro, 2000.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ANTUNES, Fabiano. **Taverna Suíça Fondue House, Gravatá: sabor e história num só lugar!** Folha Turismo. Folha de Pernambuco. 2021. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/folha-turismo/taverna-suica-fondue-house-em-gravata-sabor-e-historia-num-so-lugar/25652/> Acesso em: 30, out, 2023.
- AXT, Gunter. A função social de um memorial: a experiência com memória e história no Ministério Público. **MÉTIS: história & cultura**, v. 12, n. 24, p. 64-89, 2012.
- BARBIER, René. Escuta sensível na formação de profissionais de saúde. In: **Conferência na Escola Superior de Ciências da Saúde–FEPECS-SES-GDF**. Brasília. 2002.
- BARCELLOS, Jorge. O Memorial como instituição no Sistema de Museus. **Fórum Estadual de Museus**, Porto Alegre, 1999.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_215.pdf Acesso em: 26 maio 2023.
- BRULON SOARES, B. Objetos de museu: entre a classificação e o devir. **Transbordamento Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 1, p. 25-37, 2015.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e pedagogias museológicas: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. **Introdução à Sociomuseologia**, 2006.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e Comunicação. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 21, 2003.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: entre abandono e destino. **Revista Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 17, p. 19-28, 2020.
- BULHÕES, Gírlene. As louças de vovó, o prato do garimpeiro, a altura dos olhos e nuvens; abelhas, formigas, seleção e seletividade; patrimônio, fratrimônio, a casa da princesa do Seu Tição e o Museu do Djhair; a cabeça da medusa, árvores, rizomas,

- afetos, afetividades e bem viver; coleções, acervos, musgo e outras performances museais. **Revista Ventilando Acervos**, Museu Victor Meirelles/IBRAM, v. 4, 2016.
- CARNEIRO, Jose Fernando. Tratamento da tuberculose no passado. **Anais da Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre**, v. 21, n. 2, p. 20-27, 1961.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2023.
- CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 2002.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. **A cultura e seu contrário**: cultura, arte e política pós-2001. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008, p. 14-48.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. **Semiótica, Informação e Comunicação**. São Paulo: Perspectiva, p. 119-174, 2014.
- CONSIDERA, Andréa Fernandes. Os museus e os primórdios da museologia brasileira no século XIX. In: MAGALDI, Monique B.; BRITO, Clóvis Carvalho (Org.). **Museus & museologia**: desafios de um campo interdisciplinar. Brasília: FCI-UnB, 2018. p. 61-72.
- CORREIA, Wanderson Joás de Vasconcelos. **Impactos resultantes do turismo em Gravatá – PE**: um estudo a luz dos gestores públicos locais. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pernambuco. Caruaru, 2015.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 162 p., 2005.
- DESS, Conrado. Notas sobre o conceito de representatividade. **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 1 n. 43, abr. 2022.
- DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.
- DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Representatividade**. 2008-2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/representatividade>. Acesso em: 07, nov 2023.
- FARIAS, Dilsa. **A construção de uma cidade por Dilsa Farias**. Vera Souto Maior, Viva Comunicação PE. Gravatá, 2017. Disponível em: <https://www.verasoutomaior.com.br/single-post/a-construção-de-uma-cidade-por-dilsa-farias> Acesso em: 26, mar 2024.
- FARIAS, Sandra Martins. Exposição como meio de comunicação museológica. In: **3 Seminário Internacioanal Museografia e Arquitetura de Museus** – Conservação e técnicas sensoriais, Rio de Janeiro-Lisboa: UFRJ-FAU-PROARQ, v.1, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução: Edmundo Cordeiro e António Bento. *Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*, Éditions Gallimard, Paris, 1971.
- GABÚ, João Batista. **Revista Gravatá**. Editora Gravatá Ltda. Ano 15, ed. 29, 2012.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

- GOMES, Carla; SORJ, Bila. **Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil**. Sociedade e Estado, v. 29, p. 433-447, 2014.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museu, museologia, museólogos e formação. **Revista de Museologia**, v. 1, n. 1, p. 1, 1989.
- GUIMARÃES, Rita Lobo. **Práticas de recepção cultural: os públicos das galerias de arte**. 2009. Tese de Doutorado.
- HALBWACHS, Maurice. *Memoria individual y memoria colectiva*. **Estudios**. Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba, n. 16, p. 163-187, 2005.
- HALL, Stuart. *El trabajo de la representación*. In: **Representation: Cultural representations and signifying practices**, Londres: Sage Publications, v. 1, p. 13-74, 1997.
- ICOM, 1972. MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE – ICOM, 1972. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 1999.
- ICOM, 1984. DECLARAÇÃO DE QUEBEC, PRINCÍPIOS BASE DE UMA NOVA MUSEOLOGIA, 1984. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 1999.
- ICOM, 1992. DECLARAÇÃO DE CARACAS – ICOM 1992. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 15, n. 15, 1999.
- JORNAL DO COMÉRCIO. **O primeiro fondue do Brasil veio de Gravatá?** Cores e Sabores. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NUk77mhSBZ8&t=93s> Acesso em: 30, out, 2023.
- LEAL, Maria Dulce Bandeira de Sousa. Notícias de um crime: o assassinato do Tenente Cleto Campelo e sua repercussão em periódicos pernambucanos (1926). **XIV Encontro Estadual de História: História: fome, direitos humanos e democracia**. 2022
- LINS, Alberto Frederico. **História de Gravatá**. Recife: Inojosa Editores. 1993.
- MENDES, Oscar. **Memórias do que não vivi: Gravatá/PE (décadas de 1920/1950)**. Recife: Ed. do Autor, 299p, 2017.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. **Conf. 10o. Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina**, 2018.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, IPHAN. Ouro Preto/MG, v. 1, p. 25-39, 2009.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **Para que serve um museu histórico?** Como explorar um museu histórico. São Paulo: Museu Paulista da USP, 1992.
- MIGNOLO, Walter. *Museums in the Colonial Horizon of Modernity: Fred Wilson's Mining the Museum* (1992). Tradução: Gisele Barbosa Ribeiro. In: WILSON, Fred; GLOBUS doró (ed.). **Fred Wilson, a critical reader**. Londres: Ridinghouse, 2011.

- MOUTINHO, Mário Canova. A Construção do Objeto Museológico. **Cadernos de Sociomuseologia**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 1994.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e mentira no sentido extramoral**. Tradução: Fernando de Moraes Barros. Hedra: São Paulo, 2009.
- NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas?**. São Paulo: Edições Aurora, 2016.
- NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.
- O'DOHERTY, Brian. **No interior do cubo branco: a ideologia do espaço da arte**. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PEARCE, S. Pensando sobre objetos. In: GRANATO, M; SANTOS, C. P. **Museu: instituição de pesquisa**. MAST Colloquia, vol. 7, Rio de Janeiro: MAST, 2005.
- PESSOA, Paulo da Veiga. **Gravatá no Quadriênio 1969-1972: um homem - uma administração**. Álbum de Gestão, 1972.
- PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher? A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos 48, 7-42, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Tradução: Monique Augras. Ed. Dora Rocha, v. 5, n. 10. p. 200-215, 1992.
- POMIAN, Krszystof, Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Oficial, Casa da Moeda, 51-86, 1985.
- PREFEITURA DE OLINDA. **Em Olinda, Terreiro de Xambá comemora 90 anos de resistência cultural**. Notícias. SECOM - Olinda. 05, jun de 2020. Disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/em-olinda-terreiro-de-xamba-comemora-90-anos-de-resistencia-cultural/> Acesso em: 24, ago de 2023.
- PREFEITURA DO RECIFE. **Memorial Luiz Gonzaga reabre as portas no Pátio São Pedro**. Cultura. Notícias. Recife. 05, ago de 2022. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/05/08/2022/memorial-luiz-gonzaga-reabre-portas-no-patio-de-sao-pedro-0> Acesso em: 23, ago de 2023.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 227-278, 2005.
- RAMIRES, Maria Luísa Santana. **Galerias De Arte Em Lisboa: Passado e Presente**. Tese de Doutorado. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal). 2018.
- SALESIANAS GRAVATÁ. **Nossa história**. 2024. Disponível em: <https://salesianasgravata.com.br/historia/> Acesso em: 26, mar 2024.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; CHAGAS, Mário de Souza. A linguagem de poder dos museus. **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**, p. 12-19, 2007.
- SILVA, Emanuel. **Gravatá - Memórias do Tempo**. 2002.

SILVA, Priscila E. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In.: MÜLLER, Tânia; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

SILVA, Yan. **Clima. Today**. Clima em Gravatá PE, BR. 2022. Disponível em: <https://clima.today/BR/PE/Gravata/marco.html> Acesso em: 25, mar 2024.

SOTO, Moana. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma conceção museal à serviço da transformação social. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 48, n. 4, 2014.

TEIXEIRA, M^a das Graças. Uma exposição denúncia: experiências de museologia social no Museu Afro-Brasileiro da UFBA. In.: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. **TEORIA E PRÁTICA DA SOCIOMUSEOLOGIA**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Catedra UNESCO. Lisboa, 2021

VASCONCELOS, Filipe. Criadora da bonequinha da sorte, Nilza Bezerra é declarada Patrimônio Vivo de Pernambuco. **Prefeitura Municipal de Gravatá**, Gravatá-PE, 2023. Disponível em: <https://gravata.pe.gov.br/noticia/criadora-da-bonequinha-da-sorte-nilza-bezerra-e-declarada-patrimonio-vivo-de-pernambuco/> Acesso em: 17 jun. 24.

VEIGA, Ana Cecília Rocha. **Gestão de projetos de museus e exposições**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2013.

APÊNDICE A

GLOSSÁRIO

ALASTRADO: Cacto da caatinga brasileira, conhecido também por xique-xique ou xinane. Gênero: pilosocereus gounellei.

BOQUEIRÃO: Acidente geoQuadro, abertura em um rio ou canal.

CAATINGA SANFRANCISCANA: Caatinga da região do Planalto da Borborema.

CAPINZAIS: Terreno onde nasce capim.

CARAPOTÓ: Etnia indígena da aldeia Plak-ô e o povoado Terra Nova – AL.

CARDEIRO: Cacto da caatinga brasileira, conhecido também por mandacaru. Gênero: cereus jamacaru.

CARIRI: Etnia indígena, povo Kariri-Xokó, situado no nordeste brasileiro.

COROA DE FRADE: Cacto da caatinga brasileira, conhecido também por cabeça de frade. Gênero: Melocactus zehntneri

CURATO: Zona geográfica da Igreja Católica para realização de atividades religiosas.

FACHEIRO: Cacto da caatinga brasileira, conhecido também por facheiro azul ou mandacaru de facho. Gênero: pilosocereus

MANDACARU: Cacto da caatinga brasileira, conhecido também por cardeiro. Gênero: cereus jamacaru.

PALMATÓRIA: Cacto da caatinga brasileira, conhecido também por quipá. Gênero: tacinga palmadora

SESMARIAS: Sistema português de distribuição de terra para atividades agrícolas.


TAPUIAS: Termo genérico para se referir aos indígenas que não falam Tupi. A origem da palavra vem do Tupi.

UMBEBÁ: “Urumbeba” - Cacto da caatinga brasileira com ramos achatados, utilizados para construção de cercas vivas. Gênero: opuntia monacantha

XIQUE-XIQUE: Cacto da caatinga brasileira, conhecido também por alastrado ou xinane. Gênero: pilosocereus gounellei.

ANEXO A

Lei Municipal nº 1.618 de 1981.


Estado de Pernambuco

Prefeitura Municipal de Gravatá
Rua Cleto Campelo, 268 - C. G. C. MF. 11.049.830/0001-20
Palácio Joaquim Didier

L E I N Ú M E R O 1618/81.

EMENTA: Considera e oficializa o Hino de Gravatá.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ, Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - A composição musical constante do Anexo I, desta Lei, de autoria do Maestro Manoel Pereira da Silva e letra da Professora Maria José de Carvalho, classificada em primeiro lugar no julgamento do Concurso Hino de Gravatá, realizado no dia 04 do mês de outubro de 1981, é considerada HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

Artigo 2º - O HINO MUNICIPAL deve ser executado em todas as solenidades cívicas na ordem de precedência do Hino de Pernambuco e do Hino Nacional, devendo, também, ser incluído no currículo das escolas públicas e particulares sediadas no território de Gravatá.

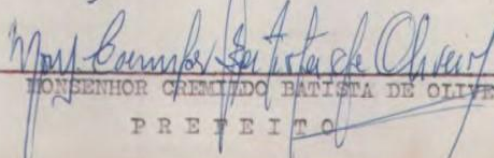
Artigo 3º - Nos dias 15 de março e 30 de maio, feriados municipal e escolar, instituídos pela Lei Municipal Nº 1592/80, de 22 de outubro de 1980 a Bandeira do Município deverá ser hasteada sob a execução do Hino de Gravatá.

Artigo 4º - Esta Lei deverá ser sancionada em solenidade pública com a apresentação do hino à população, no dia 15 de novembro do corrente ano.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO JOAQUIM DIDIER, 15 de novembro de 1981, 100º de Vila e 88º da autonomia.


HONORÁVEL CREMINO BATISTA DE OLIVEIRA
P R E F E I T O

ANEXO B

Hino da cidade de Gravatá

“Entre vales bem no alto da serra
Tu te ergues cidade altaneira
Linda Flor és o orgulho da terra
Dessa imensa Nação Brasileira!
Sobre o Cristo de braços abertos
Se desdobra num manto de luz
Este céu que parece tão perto
Do caminho que a Deus nos conduz

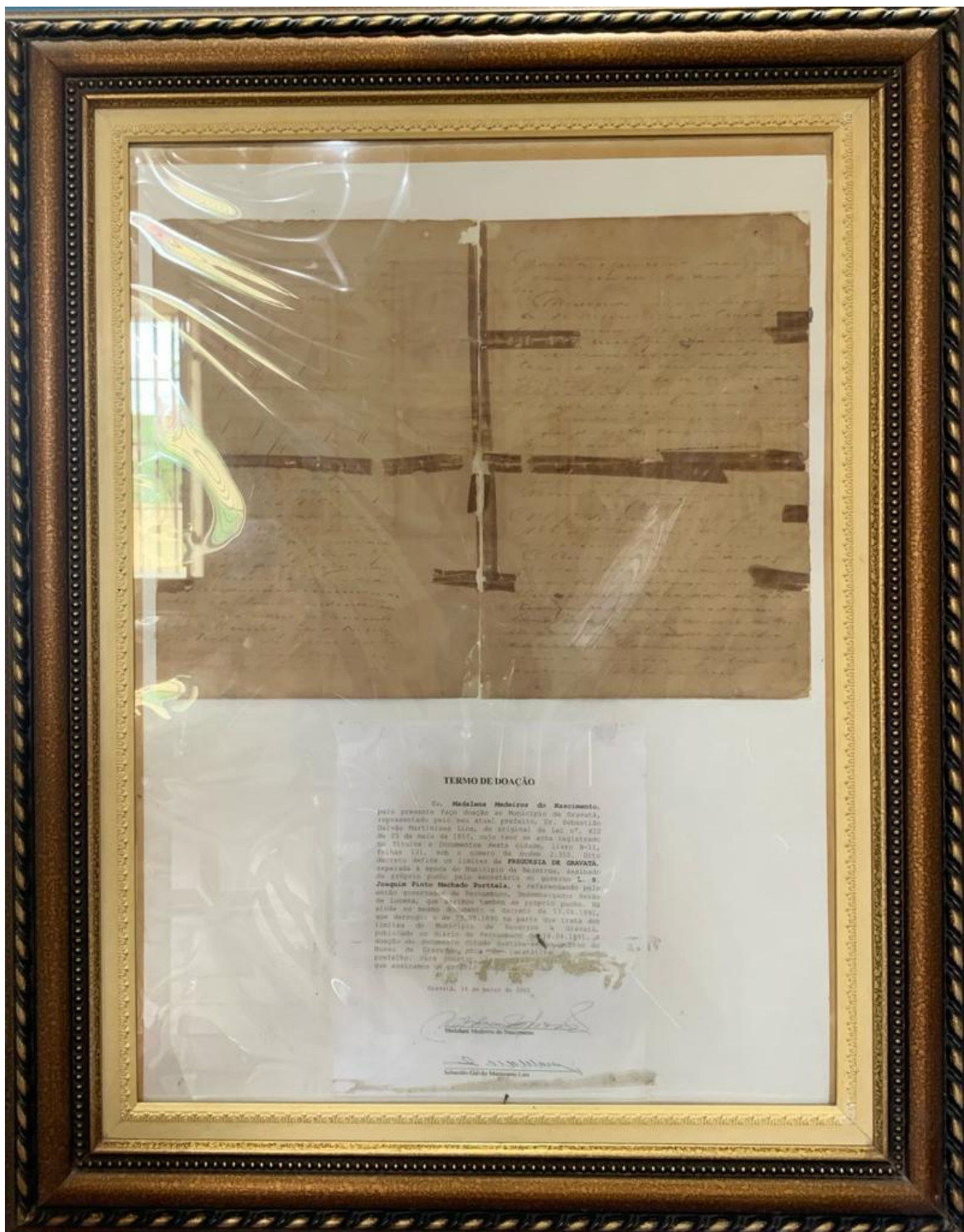
Gravatá tu és bela e gentil
Por teus filhos serás sempre amada
Rica joia do nosso Brasil
Ter no berço cidade encantada

Registrando um passado de glória
Tu viveste o episódio ideal
Foi Campelo este vulto da história
Quem te fez imortal, imortal!
De Justino o audaz cavaleiro
Que um dia em teu solo pisou
Recebemos felizes herdeiros
A herança da paz que ficou!”

Letra: Maria José de Carvalho
Melodia: Manoel Pereira da Silva

ANEXO C

Termo de doação ao Memorial da Cidade de Gravatá.



ANEXO D

Digitação do Termo de doação ao Memorial da Cidade de Gravatá.

